UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

JACINTO DA SILVA

**IMPrensa Local no final da Escravidão:
O Guaripocaba (1877-1888)**

Versão corrigida

São Paulo

2020

JACINTO DA SILVA

**IMPrensa LOCAL NO FINAL DA ESCRAVIDÃO:
O GUARIPOCABA (1877-1888)**

Versão corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Suely Robles Reis de Queiróz

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586i Silva, Jacinto
IMPrensa LOCAL NO FINAL DA ESCRAVIDÃO: O
GUARIPOCABA (1877-1888) / Jacinto Silva ;
orientadora Suely Robles Reis de Queiróz. - São
Paulo, 2020.
197 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. Imprensa Local. 2. Escravidão. 3. Bragança
Paulista. 4. Institucionalismo. 5. Jornal O
Guaripocaba. I. Queiróz, Suely Robles Reis de ,
orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do aluno: Jacinto da Silva

Data da defesa: 25/06/2020

Nome da Prof.^a orientadora: Dra. Suely Robles Reis de Queiróz

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 12/08/2020

À

Professora Dra. Maria de Fátima Guimarães,

Grande conhecedora e incentivadora

da pesquisa histórica em

Bragança Paulista.

Agradecimentos

Ao final desse trabalho, é preciso lembrar de todos aqueles que, de algum modo, contribuíram para a realização dessa empreitada.

Assim, primeiramente, agradeço à professora Dra. Suely Robles Reis de Queiroz pela confiança em mim depositada desde o início dessa jornada. Guardarei sempre com carinho a lembrança dos encontros de orientação que tivemos, quando podia aproveitar de toda sua experiência e sabedoria, frutos de uma longa e reconhecida trajetória acadêmica. Suas preciosas correções textuais sempre primaram pela qualidade e rigor acadêmico. A ela, serei eternamente grato.

Agradeço aos professores Dr. Guilherme Grandi (FEA/USP e PPG/HE/USP) e Dr. José Flávio Motta (FEA/USP e PPG/HE/USP), pelas contribuições na banca do exame de qualificação da tese. Ao professor Dr. Guilherme Grandi, agradeço ainda pela participação na banca de defesa da tese e por ter me apresentado a Nova Economia Institucional durante a disciplina *Instituições e Desempenho Econômico nas Américas*, que serviu de arcabouço teórico para a presente pesquisa.

Agradeço às professoras Dra. Maria Alice Rosa Ribeiro (Unesp, CMU/Unicamp) e Dra. Marina Gusmão de Mendonça (UNIFESP e UNESP) pelas sugestões durante a banca de defesa.

Aos funcionários de todos os arquivos visitados em Bragança Paulista, em especial a Sandra, Elton, Nicolino e Isidoro do CDAPH/USF – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação da Universidade São Francisco –, bem como à Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães, coordenadora desse arquivo.

Ao apoio da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – que no último ano me concedeu uma bolsa de pesquisa que foi fundamental para a concretude da tese.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, em especial à Profa. Dra. Sara Albieri, por ter me aceitado como estagiário na Disciplina Teoria da História II no segundo semestre de 2019.

Ainda em relação ao estágio, agradeço à Profa. Dra. Cláudia C. Amigo Pino (DLM/FFLCH), coordenadora do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino – PAE – e à Profa. Dra. Eliane G. Lousada (DLM/FFLCH), responsáveis pela disciplina Ensino e Fundamentos Pedagógicos da Prática Docente na Educação Superior (Preparação Pedagógica), pelas orientações para o ingresso no estágio docente na FFLCH/USP.

A todos os familiares e amigos que, direta ou indiretamente, me incentivaram na realização deste trabalho.

Por fim, à querida e amada, Aline Domingues Beckmann, pela companhia durante todo o percurso da pesquisa. Sem ela, com certeza, essa tarefa seria muito mais árdua.

As instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, em definição mais formal, as restrições concebidas pelo homem que moldam a interação humana. Por consequência, estruturam incentivos no intercâmbio humano, sejam eles políticos, sociais ou econômicos. A mudança institucional molda a maneira pela qual as sociedades evoluem no decorrer do tempo e por isso é a chave para a compreensão da mudança histórica.

Douglass North

(Instituições, mudança institucional e desempenho econômico)

Resumo

SILVA, Jacinto. **Imprensa Local no Final da Escravidão: *O Guaripocaba* (1877-1888)**. São Paulo, 2020. 197 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A presente tese visou estudar o conhecido tema da escravidão negra, à luz da NEI – Nova Economia Institucional – importante referencial teórico para a compreensão dos processos de mudança econômica, social e política. O período foi o do final do cativeiro e a principal fonte, *O Guaripocaba*, um pequeno jornal de Bragança Paulista, uma também pequena cidade de São Paulo. Tanto Imprensa Local no Brasil quanto a NEI têm sido pouco explorados pela historiografia e como a escravidão é uma instituição, o citadão referencial teórico é importante para entender a sua extinção.

Palavras-chave: Imprensa Local; Bragança Paulista; História; Escravidão; Institucionalismo; Nova Economia Institucional; Jornal *O Guaripocaba*.

Abstract

SILVA, Jacinto. **Local Press at the end of Slavery: *O Guaripocaba* (1877-1888)**. São Paulo, 2020. 197 f. Thesis (PhD in Economic History) – Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo.

This thesis aimed to study the well-known theme of black slavery in the light of the NIE – New Institutional Economics – important theoretical reference for understanding the processes of economic, social and political change. The period was the end of captivity and the main source, *O Guaripocaba*, a small newspaper from Bragança Paulista, also a small city in São Paulo. Both the Local Press in Brazil and the NIE have been little explored by historiography and as slavery is an institution, the cited theoretical reference is important to understand its extinction.

Keywords: Local Press; Bragança Paulista; History; Slavery; Institutionalism; New Institutional Economics; *O Guaripocaba* Newspaper

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1 – ORDEM E DESORDEM: O AMBIENTE INSTITUCIONAL DE BRAGANÇA PAULISTA NO FINAL DA ESCRAVIDÃO	28
1.1. <i>O Guaripocaba</i> e a cidade	32
1.2. Percepção do ambiente institucional local	38
Capítulo 2 – UM TEMA RECORRENTE: A TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE	64
Capítulo 3 – EDUCAÇÃO: A SOLUÇÃO D'O GUARIPOCABA PARA OS PROBLEMAS PÓS-ABOLIÇÃO	92
3.1. Os agentes da educação	92
3.1.1. A instrução pública	92
3.1.2. Instrução Escolar	94
3.1.3. Bibliotecas	115
3.1.4. <i>Conferências</i>	119
3.1.5. Teatro	123
Capítulo 4 – EMANCIPACIONISMO E DESLEGITIMAÇÃO DO CATIVEIRO	127
4.1. Papéis sociais e a ordem escravista	134
4. 2. Abolicionismo e emancipacionismo	136
4. 3. Deslegitimação do cativo	146
CONCLUSÃO	166
FONTES CONSULTADAS	172
BIBLIOGRAFIA	174
ANEXOS	190

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca investigar o modo como o jornal de uma pequena cidade interiorana – no caso, Bragança Paulista – atuou no final da escravidão brasileira, refletindo, atacando ou defendendo as instituições de seu município.

O momento pelo qual passa o Brasil atualmente foi de fundamental importância para a tomada de rumo da pesquisa que ora se vai ver. De modo geral, os principais meios de comunicação têm apresentado uma imagem muito negativa do país – assolado por gravíssima crise econômica; altos índices de desemprego; escândalos de corrupção descobertos a partir de grandes operações jurídico-policiais envolvendo destacados empresários e personalidades públicas das mais altas esferas, inclusive a presidência da República. Tais circunstâncias têm criado descrédito sobre a política em geral, incluindo uma sensação de impunidade que leva à desconfiança também em relação à Justiça e aos órgãos responsáveis pela segurança pública, igualmente, envolvidos em casos de corrupção.

Assim, a todo momento, nos deparamos com variadas análises de especialistas a respeito deste caótico momento pelo qual passa a nação e que são veiculadas em diversos órgãos de imprensa. Alguns enxergam aí a demonstração da fragilidade de nossas instituições – políticas, econômicas, jurídicas e sociais – que estariam entrando em colapso. Para outros, é justamente por conta do bom funcionamento das mencionadas instituições que as mazelas e falcaturas estão vindo à tona e levando à punição de agentes públicos de modo imparcial.

Divergências à parte, o certo é que em ambos os casos se fazem referências à nossa estrutura institucional, o que demonstra a importância do estudo da mesma e seu impacto nas relações econômicas e sociais.

Portanto, se a conjuntura presente tem-nos chamado a atenção para as instituições brasileiras, qual teria sido o papel das mesmas no desenrolar dos acontecimentos que culminaram com o fim do regime escravista no Brasil? Como se comportou a Imprensa ante esse tumultuado tempo? É bom lembrar que a sociedade brasileira da época também passava por grandes transformações, geradoras de incertezas quanto aos rumos da nação. Alguns chegavam até a afirmar que o fim da escravidão levaria o país à ruína, já que a economia se amparava no braço escravo.

Desse modo, as discussões no Parlamento eram acompanhadas atentamente pela Imprensa e disseminadas por todas as regiões brasileiras, debatendo mudanças institucionais diversas, principalmente acerca do *elemento servil*, gerando apreensão nos leitores, pois, de algum modo, suas vidas poderiam ser afetadas.

Daí termos nos interessado em pesquisar mais detidamente o ambiente institucional na cidade escolhida para a pesquisa, no período acima referido.

Além disso, queríamos verificar de que modo atuava um Jornal de pequena difusão em um núcleo também pequeno, com um número igualmente pequeno de habitantes alfabetizados e se o mesmo refletia a posição da grande imprensa.

Cabe lembrar que, embora ainda resistente, a ordem escravocrata estava com seus dias contados desde a Lei de 1850, proibidora do tráfico negreiro para o Brasil. A partir daí, a legitimidade do cativo iria progressivamente decaindo, até a chegada do 13 de Maio.

Tal cenário gerou incertezas no mercado de mão de obra cativa, elevando os custos de sua manutenção devido, entre outras, às dificuldades no controle da escravaria. A legitimidade do regime foi se perdendo perante a sociedade.

Contudo, cabe pensar:— o que conferia essa legitimidade à escravidão? Certamente, a criação ao longo do tempo de instituições que lhe outorgavam um respaldo jurídico e moral capaz de garantir os direitos de propriedade dos senhores sobre seus escravos. E como já se disse, esse ambiente legitimador ou *manto de legitimações*, como querem os autores austro-americanos Peter Berger e Thomas Luckmann, foi se perdendo, dando lugar a novas instituições.¹

Ora, uma teoria econômica relativamente recente, defende que as instituições, entendidas como “as regras do jogo” de uma sociedade, são fundamentais para o desenvolvimento das relações econômico-sociais. Trata-se da NEI, sigla para a Nova Economia Institucional ou Neoinstitucionalismo, que ganhou destaque mundial a partir dos anos 1990, tendo tido vários representantes agraciados com o prêmio Nobel de Economia.

Segundo José Ayala Espino da Universidad Nacional Autónoma do México, os antecedentes da NEI são remotos. Sua origem se encontraria nos “economistas clássicos, no historicismo alemão, na escola austríaca, no marxismo.” Estes foram “os primeiros em introduzir a análise das instituições para explicar o intercâmbio econômico”. Adam Smith, por exemplo, reconhecia que os conflitos de interesses entre os indivíduos deviam ser regulados por meio de normas e instituições a fim de proteger os direitos de propriedade.²

Os autores clássicos tinham consciência de que a conduta humana não dependeria, em geral, “do cálculo econômico, mas dos hábitos e até mesmo das emoções, e que

¹ Cf. BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas: *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 14ª. Edição. Rio de Janeiro, editora Vozes, 1978

² Cf. ESPINO, J. A. *Instituciones y economía: una introducción al neoinstitucionalismo económico*. México: Fondo de Cultura Económico, 1999.

muitas vezes as metas humanas não são materiais.” Até mesmo autores como Hobbes, identificados com as “premissas metodológicas individualistas”, reconheciam as limitações que os indivíduos enfrentam para adaptar-se socialmente às mudanças e circunstâncias de todo tipo: sociais, políticas, tecnológicas e morais.

Contudo, a partir do domínio da escola neoclássica na Europa Ocidental e América do Norte, o estudo das instituições perdeu destaque entre os círculos acadêmicos mais influentes e seu desenvolvimento ficou restrito a outras escolas econômicas com menor visibilidade, como a historicista ou a austríaca. No entanto, autores como Max Weber (1864-1920), chamaram a atenção ao demonstrar as relações de interdependência entre a economia, as instituições e os valores: Em suas conhecidas obras *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904-1905) e *Economia e sociedade* (1922) pôs em relevo a necessidade de relacionar a economia, a política e a sociedade.

Seguindo a perspectiva weberiana, surgem outros pensadores, como Thorstein Veblen (1857-1929), por exemplo, considerado o fundador do Institucionalismo moderno ou americano, para quem, “a economia é uma rede de instituições e valores que organizam e moldam o comportamento econômico dos indivíduos”. Segundo Ayala Espino, a teoria de Veblen teria muito a ver com os “hábitos e costumes que formam parte da vida social e de suas transformações através de processos socializados individual ou coletivamente pelos indivíduos.”

É possível então afirmar que o enfoque institucional remonta aos anos finais do século XIX com Thorstein Veblen (1857-1929), Wesley Mitchell (1874-1948), Frank Knight (1885-1972), John R. Commons (1862-1945), Herbert Simon (1916-2001) e Clarence E. Ayres (1891-1972), todos norte-americanos. As pesquisas desses autores, vinculados à “Velha Economia Institucional”, como hoje é conhecida, formaram então a

base do Institucionalismo ou Economia Institucional e diversos conceitos desenvolvidos por eles estão hoje atrelados também à Nova Economia Institucional como: incerteza, racionalidade limitada, relação entre as leis e o comportamento econômico. Inclusive, esses últimos, continuam em desenvolvimento através da escola conhecida como *Economics and Law* que estuda “a influência das cortes, tribunais, contratos, os direitos de propriedade e, em geral, das leis sobre decisões dos agentes econômicos.”³

Apesar dessas importantes contribuições, a escola institucionalista americana não teve a atenção devida e, além disso, recebeu muitas críticas, principalmente por não desenvolver nenhuma teoria das instituições. Isso teria tornado seus trabalhos meramente descritivos, já que não apresentavam as relações entre as instituições e o desempenho econômico.

Coube então a Douglass C. North (1920-2015), formular uma teoria das instituições. A partir daí, as pesquisas relacionadas a elas passam a ter destaque mundial e seus principais autores conquistam grande notoriedade ante a comunidade científica e os organismos mundiais.

Convencionou-se então chamar de Nova Economia Institucional (NEI) aos estudos teóricos surgidos a partir desse autor, somados aos de outros importantes estudiosos, como Oliver Williamson, Ronald Coase e Elinor Ostrom. Assim como North, todos eles foram agraciados com o prêmio Nobel de Ciências Econômicas.

Em síntese, segundo North, podemos dizer que, a partir da ideologia dominante de uma determinada sociedade é que se forma sua *matriz institucional*, entendida aqui, como o conjunto de regras formais e informais que propicia incentivos à interação hu-

³ ESPINO, J. A. *Instituciones y economía: una introducción al neoinstitucionalismo económico*. Op. cit., p. 34-35.

mana. A partir daí, desenvolve-se toda a estrutura econômica, jurídica e social de uma nação.

A NEI possui uma metodologia de trabalho interdisciplinar, que permite o diálogo entre várias áreas do conhecimento: como a economia, história, ciência política, sociologia, antropologia, ciência cognitiva, etc.

Criou novos conceitos, que convém explicitar: além da ideologia, já mencionada, refere-se por exemplo aos *custos de transação*, que, embora estejam em todo lugar, nem sempre são observáveis e variam de acordo com o ambiente institucional onde as transações se desenvolvem. Em resumo, estes se referem aos custos de informação, negociação, vigilância e execução dos acordos. Este último, denominado *enforcement* pela NEI, diz respeito aos mecanismos de coerção para fazerem cumprir os contratos.

Também trata dos *direitos de propriedade*, os quais se referem às garantias dadas pelo ambiente institucional às partes envolvidas numa transação econômica.

E ainda a *path dependence*⁴, ou trajetória de dependência, que ajuda a compreender as dificuldades para a mudança profunda nos rumos de uma nação, devido à estrutura institucional herdada do passado.

Assim, é importante recorrer a ela, mesmo que seja para confrontá-la com outras visões histórico-econômicas. Muitos estudiosos, entre os quais se incluem brasileiros, como Paulo Gala e Hélio Afonso de Aguiar Filho, a utilizam na tentativa de compreender as diferenças no desempenho econômico entre as nações do mundo. Sua aplicação aos temas históricos, no entanto, ainda é pouco praticada e a recorrência a ela poderá

⁴ Cf. NORTH, Douglass. *Understanding the process of economic change*. Princeton: Princeton University Press, 2005. p. 49.

talvez abrir novos caminhos à pesquisa historiográfica, sobretudo porque é indispensável à NEI recorrer à História para saber do nascimento e evolução das instituições.

Como é sabido, a escravidão é um dos temas que mais têm chamado a atenção de pesquisadores nas últimas décadas e, muitos deles, buscaram explicar as razões que levaram ao seu término. Contudo, os trabalhos surgidos não insistem em esclarecer como uma instituição se mantém e as causas de sua decadência.

Sendo assim, a opção pelo referencial teórico da Nova Economia Institucional foi fundamental para nos aproximar de autores que estudam justamente a dinâmica das instituições: como surgem, operam, se transformam e acabam. A escravidão é também uma instituição, assim, tal referencial teórico foi muito útil para a compreensão do processo que levou à sua extinção.

Cabe lembrar ainda que, embora o tema escravidão seja o centro do período pesquisado, as instituições não se restringiam a ela. A mesma estrutura institucional que dava suporte ao regime escravista, também era responsável, entre outros elementos, pela definição, proteção e garantia dos direitos de propriedade como um todo. Desse modo, por vezes, as instituições serão tratadas de maneira mais ampla, já que estamos partindo do pressuposto de que elas envolvem, de forma direta ou indireta, todos os setores da sociedade.

Como foi mencionado no parágrafo inicial desta Introdução, a presente pesquisa apoia-se especialmente n’*O Guaripocaba*, um pequeno jornal de Bragança Paulista.

Que razões levaram à escolha desta última?

Primeiramente, o contato anterior com a cidade e seu rico acervo documental. Além disso, núcleos urbanos menores sempre nos interessaram e permitem levar a comparações com as metrópoles. Além disso ainda, o Jornal escolhido como fonte principal,

é encontrado em muito boa quantidade de números no período estudado, diferentemente de jornais locais de outras cidades.

Bragança era então uma cidadezinha que, de acordo com o Censo de 1872, apresentava 11 623 habitantes, dos quais 9 648 eram livres e 1 975 escravos.⁵

O café tornara-se a principal fonte de riqueza do país e já chegara ali. Segundo Sérgio Milliet, em *Roteiro do café e outros ensaios*, a cultura atingira a região por volta de 1854 e, nesse ano, Bragança já exportava 36.755 arrobas, ampliadas em 1886, para 250.000 arrobas. Entre outras iniciativas, o café estimularia o surgimento da Estrada de Ferro Bragantina que, embora tenha tido uma lenta construção, foi fator de grande importância para o crescimento da cidade, assim como o comércio, já que a região era passagem para o sul de Minas.

Ainda assim, segundo Francisco César de Araújo, importante estudioso da história bragantina, o núcleo urbano era reduzido, apresentava ruas de terra, poeirentas ou lamacentas dependendo da estação do ano, mal iluminadas à noite por lampiões de querosene ou óleo de baleia.

A urbanização do município, assim como o processo econômico e suas consequências político-sociais eram acompanhados pela população bragantina através da imprensa local, especialmente *O Guaripocaba*, já mencionado como a fonte principal do texto a ser aqui desenvolvido.

Cabe agora uma indagação: qual a relevância de um jornal interiorano para o conhecimento histórico?

⁵ Confira Anexos Nº 1.

Pode-se responder primeiramente que ele faz parte da Imprensa, na qual a historiografia tem se apoiado grandemente para suas interpretações. Ao informar sobre a realidade na qual está inserida, seja local ou não, ela intervém no social, expressando opções políticas e o papel que os indivíduos desempenham no meio em que vivem.

Para o historiador, oferece dados importantes sobre as instituições. Possibilita explorar uma série de evidências empíricas recorrentes no cenário cotidiano das cidades, no caso, as oitocentistas como, por exemplo: a) tensões e conflitos decorrentes do mau funcionamento das instituições relacionadas à segurança pública e administração local; b) as incertezas em relação às mudanças institucionais em processo, tais como, por exemplo, a *questão servil* e a introdução do trabalho livre assalariado; c) o comportamento oportunista de agentes diversos ligados à administração pública; d) a proposição de alterações institucionais, entre outros aspectos.

Permite ainda ao pesquisador e também ao leitor comum aproximar-se tanto do mundo idealizado pela sociedade da época, presente nas normas em vigor, quanto do mundo mais “real e objetivo”, apresentado no noticiário local, especialmente aquele das ocorrências cotidianas próprias da convivência humana, como brigas, roubos, assassinatos, fugas de escravos, cobrança de dívidas, corrupção e outros episódios.

E é em cenários como este descrito, permeados de instituições, que as transações econômicas, sociais e políticas se desenvolvem.

Daí a sua importância, reconhecida por quem a ela recorre, tal como Heloisa Faria Cruz e Maria do Rosário da C. Peixoto, para quem a Imprensa é um “manancial fértil

para o conhecimento do passado”, “fonte de informação cotidiana”, “material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos”.⁶

Quanto à imprensa local, é igualmente importante. Pesquisas historiográficas relativas a ela ainda são escassas no Brasil, mas o estudo de seus jornais é fundamental para a compreensão de aspectos do cotidiano interiorano em um país e que nem sempre merecem a atenção dos grandes jornais. Em razão da própria proximidade dos acontecimentos, tais publicações tornam-se canais privilegiados para se conhecer o impacto dos eventos de amplitude nacional e os arranjos institucionais que mexem com o dia a dia dessas pequenas localidades.

Amparada em estudos de Michel Mathien, a pesquisadora Beatriz Dornelles, professora da Faculdade de Comunicação Social (FAMECOS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), afirma que, embora difusa e fragmentária, ela desempenha diversas funções, entre as quais, se destacam:

- ✓ Servir de elo da comunidade a que se dirige;
- ✓ Constituir-se como complemento à experiência quotidiana dos seus leitores, completando-a através da informação disponível, quer sobre a realidade mais próxima, quer sobre os acontecimentos mais distantes;
- ✓ Reduzir a incerteza do ambiente que rodeia o leitor, tentando responder às questões banais acerca das novidades e da atualidade; [...]

Além disso, a grande imprensa se vale frequentemente do que é impresso em sua congênere menor. Em São Paulo, por exemplo, a imprensa paulistana reproduzia notícias de Bragança através do *Guaripocaba* que, por sua vez, recorria aos grandes jornais

⁶ Para Maria Helena Capelato, que também a utilizou, [...] a imprensa oferece amplas possibilidades para o estudo da história porque nela fica registrada a vida cotidiana de uma sociedade em seus múltiplos aspectos, o que permite ao historiador compreender como viveram os indivíduos de outras épocas, não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos.

paulistanos para reverberar os debates ocorridos na Assembleia Provincial ou no Parlamento nacional. Havia, pois, constante intercâmbio entre os órgãos maiores e menores.

Também se pode lembrar que a imprensa local auxilia a compreender melhor o espírito de uma época através de episódios envolvendo personagens de pouca expressão nacional. *O Guaripocaba* foi conduzido por letrados que debatiam as questões locais, regionais ou nacionais, abrindo a possibilidade de compreender melhor a recepção e efeitos de ideias até de amplitude internacional numa pequena localidade interiorana como era Bragança.

Segundo Gabriel Tarde, citado por Maria Helena Capelato, no caso da Imprensa,

“os jornais conduzem o mundo” porque conseguem captar e elaborar as ideias e os sentimentos dos indivíduos, bem como as opiniões, e convertê-los sinteticamente em uma opinião pública abstrata, fruto do “direcionamento da vontade ou da opinião por eles determinada”.

Também segundo Marco Morel, professor do Departamento de História da UERJ,

[...] a opinião pública era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral.

As fontes precisam certamente ser inseridas na trama histórica da época de sua produção, mas não se pode esquecer que, apesar de informarem, quaisquer fontes históricas exigem cautela ao serem consultadas. Elas não são neutras e carregam consigo uma carga de subjetividade e intencionalidade que não deve ser ignorada.

No caso da presente pesquisa, houve a preocupação de articular as conjunturas local e nacional para tentar descobrir como os acontecimentos impactavam o cotidiano de Bragança, especialmente no que tange às questões institucionais.

Além d'*O Guaripocaba*, sobre o qual acrescentaremos mais informações em páginas futuras, outras fontes primárias foram consultadas: as do CDAPH/USF (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação da Universidade São Francisco), por exemplo, grande acervo documental formado por Fundos e Coleções⁷, entre os quais se destacam:

Também o *Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista (1798-1980)* custodiado pelo CDAPH/USF em decorrência de convênio firmado em 1990 entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Universidade São Francisco. Compreende cerca de 80.000 documentos e contém processos-crime, cíveis, comerciais e trabalhistas, inquéritos, editais, relações de jurados, livros de notas, de coletoria e de protocolo. Alguns processos do Judiciário possuem em anexo, plantas, mapas, jornais, fotografias, entre outros papéis.

Em comum, tais documentos trazem consigo interrogatórios sobre uma infinidade de personagens convocados ou intimados a depor sobre acontecimentos diversos, perante autoridades ligadas à justiça e à segurança pública.

A análise dessa documentação revela muito sobre o cotidiano vivenciado pelos bragantinos da época e deles pode-se extrair o modo como a sociedade lidava com quem se desviava do caminho traçado pelas instituições escritas e não escritas.

Outros documentos explorados também fazem parte do *Fundo do Poder Judiciário*: são os inventários *post-mortem*, com *testamentos* que revelam a vontade do inventariado a ser cumprida após a morte, a forma de partilha dos bens entre os filhos, cônjuge e demais parentes, dotes, libertação de cativos, forma de sepultamento, a quantidade de

⁷ A ortografia das citações feitas a partir da documentação da época foi atualizada.

missas a serem rezadas, doações de bens aos pobres, morféticos, entidades filantrópicas ou irmandades religiosas.

Além dos *testamentos*, os inventários *post-mortem* ainda contêm muitas informações pertinentes aos bens do inventariado: relação de propriedades, incluindo o número de escravos, tipo de lavoura ou criação de animais, notas promissórias de dívidas, recibos, etc. Alguns, de pessoas mais abastadas, também apresentam papéis relacionados a ações de empresas como, por exemplo, a Companhia Bragantina (Estrada de Ferro).

Após a Lei do Ventre Livre de 1871, os escravos deveriam ser cadastrados por seus proprietários na coletoria municipal. Assim, nas últimas décadas de escravidão, os inventários passam a conter dados mais detalhados acerca dos plantéis de escravos, como: o nome dos mesmos e, o do senhor, o sexo, cor, idade, filiação, aptidão para o trabalho. Além desses registros feitos na coletoria local, alguns inventários incluíam ainda informações adicionais que revelavam as condições físicas dos cativos de uma fazenda.

A *Coleção de Periódicos* do CDAPH/USF também faz parte das fontes consultadas. Ela é formada por revistas, boletins, jornais, anuários e almanaques e seus títulos pertencem, em grande parte, ao período que se estende de fins do século XIX à segunda metade do século XX. Entre os jornais, além d'*O Guaripocaba*, a *Cidade de Bragança*, *A Notícia* e *O Lyrio*.

Anuários e almanaques são comuns às cidades do século XIX. Na localidade que será pesquisada, estes últimos formam quatro volumes: *Almanack de Bragança para 1900*, *Annuário de Bragança para 1902*, *Annuário de Bragança para 1904* e *Almanach Bragantino 1914*, e são uma documentação importante pois contêm informações relativas à história e geografia locais; dados censitários; dados de empresas locais como a *Estrada de Ferro Bragantina*, *Empresa Telefônica*, *Empresa Elétrica*; biografias de

bragantinos ilustres; histórico de associações e clubes, tais como o *Club Literário Recreativo*, *Club dos Operários*, por exemplo, bandas de músicas, associações religiosas; inspetores de quarteirão; repartições públicas; escolas; datas religiosas; composição de membros da Guarda Nacional, Câmara Municipal. Além disso, lista de eleitores por quarteirão; histórico da imprensa local, etc.

Algumas das últimas fontes citadas são de data posterior ao recorte temporal aqui proposto, mas dizem respeito a um período bem próximo e vários personagens ali retratados ainda eram atuantes. A paisagem urbana e rural de Bragança também quase não mudara, por isso, é possível cruzar através deste conjunto de fontes diversas informações relacionadas à divisão dos quarteirões da cidade, assim como a seus moradores e familiares.

O *Arquivo da Câmara Municipal de Bragança Paulista* foi muito importante para a pesquisa, especialmente as atas que continham, entre outros dados, os códigos de posturas de 1858, 1877 e 1881, isto é, as leis criadas pelo legislativo local que normatizavam a vida cotidiana da cidade.

Foram consultados ainda periódicos de diversas localidades na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, inclusive números do próprio *Guaripocaba* e outros jornais bragantinos do período, não disponíveis no Arquivo do CDAPH/USF.⁸

O que foi acima descrito, permitiu a elaboração de um roteiro composto de itens ou capítulos, expostos do seguinte modo:

Capítulo 1 – ORDEM E DESORDEM: O AMBIENTE INSTITUCIONAL DE BRAGANÇA PAULISTA NO FINAL DA ESCRAVIDÃO.

⁸ Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional – <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Nesse capítulo, buscou-se apresentar o ambiente institucional de Bragança Paulista a partir do referencial teórico da Nova Economia Institucional, de modo a tentar verificar o quanto a vida cotidiana de uma localidade é sensível à mudança ou permanência de instituições.

A análise minuciosa da imprensa local propiciou visão panorâmica dos acontecimentos da época, em razão de sua própria natureza e ao manter relações próximas às autoridades responsáveis por gerir os rumos da cidade. *O Guaripocaba* e seus colaboradores reportavam a defesa ou o ataque às instituições do município, permitindo acompanhar, em consonância com conceitos propostos pela NEI, a reação positiva ou não da população a peculiaridades do processo político-econômico-social a que estava sujeita.

Capítulo 2 – UM TEMA RECORRENTE: A TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE

Trabalha-se aqui as ideias constantemente veiculadas no *Guaripocaba* sobre o fim da escravidão e as propostas para superação da crise de mão de obra vivenciada pela sociedade da época. Em decorrência das circunstâncias, o período foi tumultuado, dando margem a interpretações diversas para aquele momento histórico, vistas na pesquisa e exposta no texto que se vai apresentar. Além dos debates decorrentes de propostas antagônicas sobre o candente tema, neste capítulo discute-se como *O Guaripocaba* se posicionou a respeito.

Capítulo 3 – EDUCAÇÃO: A SOLUÇÃO D'O GUARIPOCABA PARA OS PROBLEMAS PÓS-ABOLIÇÃO

O grande tema proposto pelo Jornal como solução para os problemas pós-Abolição era a educação, vista por ele de forma abrangente, ou seja, não apenas a instrução escolar, mas também a presença de outros instrumentos públicos ou não, ou seja, instituições culturais cuja existência seria o caminho para a evolução institucional.

Capítulo 4 – EMANCIPACIONISMO E DESLEGITIMAÇÃO DO CATIVEIRO

Nesse capítulo serão vistas as mudanças institucionais – alteração de leis e comportamentos sociais – que vinham ocorrendo a partir, sobretudo, da proibição do tráfico negreiro e da Lei do Ventre Livre, que, juntamente com a pregação abolicionista, foram progressivamente deslegitimando a instituição escravista.

Importante ressaltar que o roteiro aqui exposto, não obedece a uma sequência absolutamente cronológica, redundando por vezes na retomada de problemas e fatos, a fim de melhor aclarar interpretações.

CONCLUSÃO

A síntese das interpretações extraídas da pesquisa.

Capítulo 1

ORDEM E DESORDEM: O AMBIENTE INSTITUCIONAL DE BRAGANÇA PAULISTA NO FINAL DA ESCRAVIDÃO.

Manter uma democracia estável, constituições estáveis e uma próspera economia requer um tipo de sistema de crenças compartilhadas específico. Os cidadãos devem acreditar que estas instituições são apropriadas para sua sociedade; devem aceitar as decisões adotadas por estas instituições como legítimas; e devem acreditar que seus direitos devem ser protegidos, no sentido de que estão dispostos a reagir contra os governos que tentam privá-los desses direitos.

Douglass North, William Summerhill e Barry Weingast (2002)

Ao longo de toda a sua existência, a humanidade tem lidado com um ambiente permeado de incertezas, sobre o qual aceita ou nega crenças, valores, hábitos. Douglass North, o principal expoente da Nova Economia Institucional, chama estas últimas, de ideologias, ou seja, as percepções subjetivas, como modelos, teorias, tudo o que se tem enfim, para explicar o mundo que nos rodeia.⁹

As ideologias procuram analisar não só como a sociedade opera, mas como deveria operar; a partir desse modo de percepção, as instituições se formarão com o objetivo de diminuir as incertezas e tornar o mundo um pouco mais previsível. Assim, os sistemas ou estruturas de crenças se transformarão em estruturas econômicas e sociais mediante as instituições,¹⁰ que, para North, podem ser classificadas como formais

⁹ Ao que parece, o conceito de *ideologia* de North se aproxima do conceito de *cultura* de Ruth Benedict. No dizer dessa antropóloga americana: “A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo”. (Ruth Benedict, *O Crisântemo e a Espada*, 1972). Citado por LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Sobre o conceito de ideologia, veja NORTH, Douglass C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. Trad. de Augustín Bárcena. – México: FCE, 1993, p. 38-39.

¹⁰ “No sentido mais amplo do termo, as instituições são o **conjunto de regras** que articulam e organizam as interações econômicas, sociais e políticas entre os indivíduos e os grupos sociais.” Cf. ESPINO, J. A. *Instituciones y economía: una introducción al neoinstitucionalismo económico*. *Op. cit.*, p. 62-63. Grifos nossos.

(constituições, leis, códigos jurídicos, contrato) e informais (oriundas da herança cultural, como ideologias, códigos de conduta, etiqueta, dogmas).

Nesse sentido, terão então como objetivo, direcionar o comportamento humano de modo a facilitar a cooperação e o convívio social.¹¹ Prêmios e punições são então estabelecidos pelo conjunto de normas formais e não formais de uma nação, ou seja, a matriz institucional que as elaborou.

Contudo, nem sempre funcionam como deveriam¹²: quando isso ocorre sofrem aos poucos um processo de esgarçamento que leva ao descrédito e repercute nas relações políticas, econômicas e sociais. Em tal cenário, há um aumento das incertezas, os riscos se elevam, as transações econômicas e sociais se retraem.

Já num cenário ideal, onde as instituições gozam de maior confiança pela população, as pessoas sentem-se mais seguras para investir e realizar negócios.

Não se pode esquecer, entretanto, da realidade que se impõe à nação, como lembra Gonzalo Caballero Miguez, da Universidade de Vigo,

As crenças dominantes são transferidas para a estrutura institucional da sociedade, buscando gerar uma ordem que reduza a incerteza. A cadeia de relacionamentos parte da realidade, em torno da qual os indivíduos formam crenças, que são transferidas para as instituições, estabelecendo uma estrutu-

¹¹ Sobre o pensamento de Douglass North, ideologia e outros conceitos relacionados à Nova Economia Institucional confirmam NORTH, Douglass C. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*; tradução de Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2018; ESPINO, J. A. *Instituciones y economía: una introducción al neoinstitucionalismo económico*. *Op. cit.*, p. 131; FIANI, Ronaldo. *Crescimento econômico e liberdade: a economia política de Douglass North*. Economia e Sociedade 11 (1), 2002, p.54; INSTITUTO INTERNACIONAL DE GOVERNABILIDAD BARCELONA (IIGB). 1998. *Douglass C. North: La teoría económica neoinstitucionalista y el desarrollo latinoamericano*. 2017, p. 32-33, Disponible en: www.undp.org.ar. Acesso: 27/08/2017.

¹² É preciso ressaltar que não estou fazendo juízo de valor dessas instituições, apenas quero demonstrar que nem sempre elas cumprem o papel para o qual existem.

ra de incentivos que afeta as ações dos agentes. Essas ações modificam a realidade novamente, gerando um processo de retroalimentação (*feedback*).¹³

A evolução institucional influencia o modo como a sociedade interpreta o cenário em que vive, ou seja, sua ideologia. A partir daí é que surgem as instituições: criações humanas com a finalidade de diminuir as incertezas próprias da convivência entre os homens.

Como se vê, conforme a Nova Economia Institucional, o sucesso ou insucesso de uma nação podem ser explicados a partir do desempenho de suas instituições e da realidade em que está inserida.

Ante às circunstâncias relatadas, que ambiente institucional Bragança oferecia a partir do seu Jornal?

Embora já se tenha enfatizado na Introdução a este texto a importância da Imprensa, convém repetir que o acesso à informação por ela oferecido, é fundamental para o intercâmbio econômico. José Ayala Espino, professor da Universidad Nacional Autónoma do México, afirma que se não tivéssemos notícias a respeito das instituições, elas não teriam a menor importância: – “não saberíamos da existência dos mercados, produtores, consumidores, bens e serviços, preços, qualidades, tecnologias e custos.”

As pessoas seriam alimentadas pelos “medos, pânico e incertezas” que poderiam provocar a tomada de decisões equivocadas: – “A informação disponível influi deci-

¹³ CABALLERO MIGUEZ, Gonzalo. “Economía de las instituciones de Coase y North a Williamson y Ostrom” in: *Economiaz: Revista vasca de economía*, n.º 77, 2.º trimestre, 2011, p.14-51 (Ejemplar dedicado a: La nueva economía institucional), nota 26. Também Ana Maria Camargo adverte que a realidade também é uma construção ideológica. CAMARGO, Ana Maria de Almeida. “A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil”. In: *separata dos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores de História*, Campinas, 1971.

sivamente nas escolhas e na conduta econômica e, claro, na própria formação dos mercados.”¹⁴

Ora, a Imprensa é local de excelência para informações e, portanto, um ator importantíssimo para se compreender a evolução das instituições, já que seu papel fundamental é justamente o de informar a população acerca dos mais variados assuntos.¹⁵

Tendo em vista tais referências, as informações trazidas por um jornal local como *O Guaripocaba*, de Bragança, favorecem a avaliação do quadro institucional da região no período final do cativeiro. A veiculação das notícias ajudava a construir um cenário da cidade bragantina pelo qual os moradores poderiam se pautar para fazer planejamentos e tomar decisões.¹⁶

Daí ser importante analisar n’*O Guaripocaba* o modo como construía aquele cenário oitocentista, especialmente no que tangia ao mercado de trabalho e às instituições, lembrando continuamente o que diz Ana Maria de Almeida Camargo: “é preciso sempre vincular a situação da imprensa ao quadro geral do tempo, suas características e

¹⁴ ESPINO, J. A. *Instituciones y economía: una introducción al neoinstitucionalismo económico*. Op. cit., p.134.

¹⁵ O *Guaripocaba*, por exemplo, trazia anúncios de compra e venda de diversos tipos de produtos e serviços, incluindo compra, venda e alugueis de escravos; preços do mercado de produtos agrícolas, como café, fumo, feijão, toucinho, mandioca, arroz, etc.; instalação de modernas máquinas de beneficiar café em algumas fazendas da região; reclamações acerca do mau estado das estradas locais que colocavam em risco o trabalho dos tropeiros e encareciam o transporte de mercadorias, queixas ou elogios a propostas de leis, não só no âmbito local, mas também relacionadas à província paulista e à Corte no Rio de Janeiro; tabelas de honorários advocatícios; notícias da Estrada de Ferro Bragantina; violências diversas, envolvendo casos de brigas, facadas, tiros, falcaturas, roubos, furtos; notícias da Europa e demais nações do mundo.

¹⁶ Vale lembrar que a produção de café de Bragança que, em 1854, era de 36.755 arrobas, passa para 250.000 arrobas em 1886, o que demonstra um relativo crescimento econômico no período estudado, inclusive viabilizando, entre outros melhoramentos urbanos, a construção da Estrada de Ferro Bragantina e inserção do Telégrafo em 1884. Cf. SILVA, Jacinto. *No tempo da escravidão: experiências de senhores e escravos em Bragança Paulista – 1871-1888*. São Paulo: Annablume, 2015, p. 64-65.

suas necessidades.”¹⁷ Lembrando também, mais uma vez, como o Jornal retratava o ambiente institucional da cidade na época

1. 1. *O Guaripocaba e a cidade*

Fundado em 17 de junho de 1877 sob os auspícios do *Club Literário Bragantino*¹⁸, *O Guaripocaba* vigorou de 1877 a 1889, oferecendo sua derradeira edição em 3 de janeiro desse último ano.

O título acima citado é homônimo de um belo morro localizado no caminho para Minas Gerais em bairro com a mesma denominação. Inicialmente, se autodenominava “Semanário Imparcial Literário e Noticioso”, depois alterado para “Órgão Imparcial do Progresso”. Com 4 páginas no formato 42,5 x 30,5 cm, circulava aos domingos e quintas-feiras.¹⁹

Segundo o *Almanack* de Bragança²⁰, possuía correspondentes no Rio de Janeiro, Lisboa, Porto, Vizeu²¹ e Paris.²² Seus anúncios estavam dispostos a partir da metade da terceira página e se prolongavam até o fim da quarta página.

Considerando-se o que diz Maria Helena Capelato, isto é, “o conhecimento dos dados referentes aos membros que compõem a parte editorial e empresarial [de um jor-

¹⁷ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. “A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil” in separata dos *Anais do V simpósio Nacional dos Professores de História*, Campinas, 1971, p. 232.

¹⁸ Confira *Almanach Bragantino 1914*. De acordo com esse anuário, o clube existiu entre os anos 1873 e 1880. No entanto, ARAUJO (1982, p.41-3) parece que cometeu um pequeno equívoco ao confundir o *Club Literário Bragantino*, mais antigo e já extinto, com o *Clube Literário e Recreativo*, cuja fundação é de 1894 e que ainda continua em atividade. Para ele, as duas associações seriam a mesma.

¹⁹ SILVA, Jacinto. *No tempo da escravidão: experiências de senhores e escravos em Bragança Paulista – 1871-1888*. São Paulo: Annablume, 2015, p. 25.

²⁰ ALMANACK de Bragança para 1900. Typ. Comercial Bragança, 1899.

²¹ Cidade portuguesa onde nasceu o gerente Manuel de Almeida Carneiro.

²² O Jornal não dá muitas informações a respeito dos correspondentes internacionais, mas foi possível identificar o endereço de um deles, Dr. J. P. Nolasco, que estava na França em 1883, Boulevard de Strasbourg 67 – *O Guaripocaba* – 03/06/1883.

nal] é importante porque permite verificar em que medida essas informações interferem na conduta do jornal”²³, em quase toda a sua existência, *O Guaripocaba* foi gerenciado por Manuel de Almeida Carneiro, substituído a partir de 1888 por Eliseu Wilhelmy (Guilherme) Christiano²⁴. O primeiro era português e chegou ao Brasil ainda jovem, com 18 anos; vindo para Bragança em 1873. Antes de fundar *O Guaripocaba*, colaborou com outro periódico local – *Século XIX* – e ajudou a criar o *Club Literário Bragantino*. Era venerável da Loja Maçônica *Amor da Pátria*²⁵ e desempenhou ainda as funções de facilitador do foro, oficial do registro de hipotecas e escrivão do júri.²⁶

Entre os diversos colaboradores e redatores do jornal estavam o professor José Guilherme Christiano, o sacerdote Pe. João Batista de Oliveira Salgado, o negociante de café Pedro Álvares Coutinho, o subdelegado Joaquim Roberto de Carvalho Pinto Filho e o comerciante Nicolau Asprino.²⁷

Pouco se sabe a respeito do Padre João Batista de Oliveira Salgado e de Joaquim Roberto de Carvalho Pinto Filho, filho de um influente juiz de direito da época.

Pedro Álvares Coutinho negociava café e casara-se com Ana Amélia de Carvalho Coutinho, irmã de Joaquim Roberto de Carvalho Pinto Filho, redator citado acima.²⁸

²³ CAPELATO, Maria Helena. “A Imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador”. In: *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. VILLAÇA, Mariana e PRADO, Maria Lígia Coelho (Orgs.). São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015, p. 133-134.

²⁴ Não há muitas referências a Eliseu Guilherme, apenas se sabe que exerceu o cargo de juiz de direito em Ribeirão Preto e pertencia a uma família da cidade de Jaguary/MG (Camanducaia) dedicada às letras e ao direito. Cf. *Anuário de Bragança para o ano de 1904*. p.114.

²⁵ ARAÚJO, Francisco César de. *História da imprensa Bragantina*. Bragança Paulista: Centro de Memória Regional/USF, 1982, p. 41-43.

²⁶ Confira *Almanach Bragantino 1902*. Typ. da Cidade de Bragança, 1901, p. 70.

²⁷ SILVA, Jacinto. *No tempo da escravidão*. Op. cit. p. 26.

²⁸ Confira *O Guaripocaba* – Pedro A. Coutinho – 09/09/1877, Traços Biográficos [Cel. Pedro Álvares de Sousa Coutinho] – 09/09/1877; confira também CDAPH/USF – Inventário de Joaquim Roberto de Carvalho Pinto, caixa 99, pasta 7, 1886.

Seu pai era o ilustre Coronel Pedro Álvares de Souza Coutinho, um mineiro que “dedicou-se à carreira das Letras, entrando para o colégio do Caraça, onde estudou com aproveitamento latim, francês e aritmética, passando a frequentar colégios e aulas maiores em S. Paulo e Rio de Janeiro. Fazendo nestas duas Províncias seus exames preparatórios, e já pronto para matricular-se na Academia de Direito, indo a férias à sua Província natal, considerou pouca vantagem nesta carreira, resolvendo-se empregar-se em serviço de mineração de ouro. Nomeado Alferes na G. N. [Guarda Nacional] e seguindo os postos até o de Major em 1842, tomou parte ativa na revolução²⁹ comandando forças nos ataques principais de Santa Luzia, Queluz e Caeté, sendo o seu nome levado à História dessa época. Passou-se depois para a corte do Rio de Janeiro, onde se empregou em empresas de estrada de ferro”.³⁰

Quanto a José Guilherme Christiano, cofundador e editor d’*O Guaripocaba*, era bragantino, nascido em 1837, filho de pais alemães. Estudou linguística; foi professor de latim, francês, alemão, inglês, espanhol e italiano. Também se aventurou pelo estudo de outras línguas como o grego, o sânscrito e a etimologia da língua indígena. Além de música, estudou ainda geografia, história, astronomia, filosofia e retórica. Em suma, a julgar pela quantidade de ramos do conhecimento, foi um grande intelectual.

Viveu em Jaguari (Camanducaia) e Cambuí nas Minas Gerais. Em 1873, retornou a Bragança, onde fundou o *Colégio Bragantino*, mas abandonou a carreira de pro-

²⁹ Provavelmente, o texto se refira à Revolução Liberal de Minas Gerais de 1842. Confira: http://www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/DJfoSfZcKPxu/content/a-revolucao-liberal-de-minas-gerais-de-1842 Acessado em 04/02/2020.

³⁰ Cf. *O Guaripocaba* –Traços Biográficos [Cel. Pedro Álvares de Sousa Coutinho] – 09/09/1877.

fessor, dedicando-se ao comércio. Foi também secretário da Estrada de Ferro Companhia Bragantina.³¹

Já Nicolau Asprino nascera na Itália em 1837, migrando para o Brasil em 1862 e estabelecendo-se em Bragança como comerciante. Casou-se com Francisca de Paula Leme, pertencente a importante família da cidade e juntamente com o colega José Guilherme Christiano foi membro do conselho fiscal do *Club Republicano* local.³² Ainda no período imperial, exerceu o cargo de vereador na Câmara local, foi advogado e coletor de impostos. Ajudou a fundar e foi presidente honorário da *Sociedade Democrática de Socorros Mútuos*.³³

Segundo o *Almanack de Bragança para 1900*, era Manuel de Almeida Carneiro quem “escrevia versos, folhetins, crônicas e notícias” no *Guaripocaba*, enquanto José Guilherme Christiano encarregava-se “dos artigos de fundo” e Pedro Coutinho “sustentava uma seção domingueira, ora em prosa alegre e ora em versos chistosos.”³⁴

Ao longo de sua vida, o periódico bragantino procurava frequentemente reafirmar o princípio da “imparcialidade”, não tomando parte em “questões políticas”. No entanto, afirmava que ia “trilhando sua senda, esforçando-se pela realidade dos melhoramentos morais e materiais do município.”³⁵ Mas tal atitude não se devia “traduzir, em rigor, pelo silêncio e completa abstenção a respeito da administração pública e distribuição da justiça, que naturalmente [estava] a cargo de cidadãos afetos a uma ou outra política; porque prendendo-se a elas os interesses, direitos e regalias populares, [tinha] co-

³¹ Cf. *Almanack de Bragança para o ano 1900. Op. cit.* p.64-69 e 148.

³² *O Guaripocaba – Club Republicano* – 03/02/1887.

³³ Cf. *Anuário de Bragança para o ano de 1904*, p.133-135.

³⁴ Cf. *Almanack de Bragança para 1900. Op. cit.* p. 73-74.

³⁵ *O Guaripocaba* – Editorial 15/07/1877.

mo órgão da publicidade e atalaia viva, o dever de apreciar os atos dos depositários do poder, lembrar as necessidades a atender, louvar o mérito e estigmatizar o erro.”³⁶

Advertia que a Imprensa tinha um papel importante na sociedade: “respiradouro da opinião pública” e “tolher-lhe as válvulas” seria “inutilizar a máquina e enfraquecer-lhes as forças.”

Cabe abrir aqui um parênteses para esclarecer que tais “válvulas”, seriam aquelas seções do periódico como os *Ineditoriais* e *Questões Sociais*, por exemplo, nas quais cada um tinha “o direito de externar seu pensamento”, sejam quais fossem “suas convicções, tendências, opiniões e crenças, uma vez que, sob a responsabilidade do autor, sejam respeitadas as conveniências sociais.” Ao abrir estas “válvulas”, por aí sairia o “fumo das paixões”, evitar-se-ia a explosão e, além do mais, sem causar prejuízo à imparcialidade do periódico.³⁷

A seção *Ineditoriais* não “representava o Jornal ou suas opiniões, nem a redação é responsável pelo que aí se disser ou avançar. É um segundo jornal, no qual cada um responde[ria] por si e por seus escritos perante a opinião pública.”³⁸ Cabia ali, “a faculdade que cada um tem de manifestar suas ideias é que consiste na liberdade de imprensa”. O contrário seria “intolerância, despotismo, prepotência.”³⁹ E, “se *O Guaripocaba* só admitisse escritos de uma facção com exclusão das outras, tornar-se ia réu de lesa imparcialidade: neutro, como se tem sustentado, não merece recriminações. Todos e

³⁶ *O Guaripocaba* – Editorial 17/02/1878.

³⁷ *O Guaripocaba* – Editorial 17/02/1878, *O Guaripocaba* – Editorial 09/06/1878.

³⁸ *O Guaripocaba* – Editorial 17/02/1878.

³⁹ *Idem*.

cada um tem o direito de defender uma causa, uma ideia, opinião ou crença, bem como a liberdade de combatê-la, contestá-la ou refutá-la.”⁴⁰

Nota-se, pois, a insistência em construir uma imagem de imparcialidade perante os leitores:– “o homem que escreve para o público faz um esforço em que empenha os recursos de sua inteligência, saber, estudo e meditação; e, seja de que natureza for o fruto de suas elucubrações, tem direito à publicidade. Se as doutrinas são boas, aproveitem-se, se errôneas, profliguem-se; respeitando-se a individualidade que de qualquer modo sempre concorre as boas teorias.”

Importante seria não “condenar o homem que estuda pensa e medita, só porque vive em erro ou não professa nossas opiniões, cobri-lo de injúrias, votá-lo ao extermínio é a baixa covardia que repugna o espírito do século atual.”⁴¹

Daí os textos críticos de autores anônimos publicados pelo Jornal contra personalidades locais. Nesses casos, porém, ele se resguardava, solicitando ao autor que fizesse uma declaração de próprio punho se responsabilizando pelo conteúdo da publicação, declaração que, juntamente com o texto manuscrito, eram arquivados pelo editor. Caso alguém procurasse a Justiça por se sentir ofendido em sua integridade moral, a autoria do texto seria revelada e o ofendido teria assegurado o direito de resposta nas páginas do periódico.⁴²

A despeito da sempre anunciada neutralidade ante às opiniões político-partidárias da época, havia quem duvidasse dessa imparcialidade. Por isso, a Folha bra-

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ *Idem.*

⁴² Confira um exemplo: CDAPH/USF – Exibição de Autógrafo – A: O delegado de Polícia Capitão José Francisco Buenos Aires, R: Basílio Ferreira do Apocalipse, caixa 93A, pasta 4, 1881 (*O Guaripocaba* – A Polícia e o rolo – 20/03/1881 – documento incluso no processo).

gantina se via frequentemente obrigada a se posicionar a respeito. Embora houvesse três liberais extremados na redação – o ten. Joaquim Roberto, o vigário Salgado e Pedro Coutinho – e dois republicanos – Nicolau Asprino e José Guilherme Christiano –, o Jornal não se sentia atuando partidariamente, podendo invocar o exemplo de importantes periódicos da época como “*O Jornal do Comércio*, a *Gazeta de Notícias*, o *Paíz*, a *Gazeta do Povo*, o *Diário Mercantil*, o *Correio de Santos*, o *Diário e Correio de Campinas*”, além de outros, que ali abrigavam “liberais, conservadores ou republicanos”. Assim, insistia: –

[...] que em sua missão elevada não desce a ocupar-se de mexericos de política chata e piegas. Não fomenta ódios nem vinganças, não tem afetos nem desafetos, não é instrumento de ninguém, e simplesmente órgão dos interesses do povo, da localidade, do público, tendo por normas – o dever, lealdade, moderação e justiça, o respeito às leis, ao semelhante e às conveniências sociais.⁴³

Seus redatores eram “sacerdotes da imprensa neutra e escravos do dever.”⁴⁴

Assim, *O Guaripocaba* ia lidando com seus leitores, sugerindo, criticando ou elogiando os casos de interesse público, sempre buscando construir uma imagem neutra ante a política partidária da época.

1.2. Percepção do ambiente institucional local

Em um mundo permeado de instituições, qual seria a percepção da população local em relação às mesmas, já que afetavam a todos?

⁴³ *O Guaripocaba* – Editorial – 31/01/1886.

⁴⁴ *Idem*.

A análise do *Guaripocaba* permite tentar divisar essa percepção, pois, o periódico cedia espaços generosos às personalidades locais a fim de expressarem opiniões a respeito dos mais variados assuntos. Nessas ocasiões, é possível perceber, entre outros aspectos, as pressões que setores destacados da sociedade faziam para aprimorar ou manter as instituições de acordo com seus interesses, ou costumes e tradições locais.

Textos publicados pelo Jornal exemplificam as observações acima. É o caso daqueles de autoria de Satiro Zotico, um lavrador cuja renda alçava por volta de 1:000\$000 (um conto de réis) e, portanto, podia ser eleitor e participante do Tribunal do Júri.⁴⁵ No bairro onde residia, exercia a função de inspetor de quarteirão.⁴⁶ Também era afeito a escrever para a Imprensa e, assim, além do jornal de que tratamos, colaborou com algumas outras folhas de Bragança no começo do século XX, como: *O Republicano* (1902-1903); *A Notícia* (1905-1907); *A Comarca* (1911).⁴⁷ No início do período pós-Império, seria nomeado Intendente Municipal e eleito presidente da Câmara Municipal de Bragança.⁴⁸

Embora por razões óbvias não alardeasse o fato, Satiro Zotico era filho de um sacerdote, o Padre Simplício Bueno de Siqueira, político destacado e membro do Parti-

⁴⁵ É preciso lembrar que essa era uma das exigências na época para estar na relação dos moradores de Bragança que poderiam servir de juízes de fato. Cf. Editais – *O Guaripocaba* – 10/03/1878, Cf. Editais – *O Guaripocaba* – 21/10/1886.

⁴⁶ Cf. Pedido de instauração de inquérito policial contra Aureliano Dantas. Arquivo CDAPH/USF - caixa 95 pasta 12. (folhas avulsas), 1884. A respeito dos inspetores de quarteirão confira SILVA, Wellington Barbosa. "‘Uma autoridade na porta das casas’: os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife do século XIX (1830-1850)." In: Saeculum (UFPB), v. 17, 2007.

⁴⁷ Cf. *A Imprensa*, in: ALMANACH Bragantino de 1914. *Op. cit.* p.40-52.

⁴⁸ Cf. <http://www.guiadebraganca.com.br/governos-de-braganca>, acessado em 18/07/2017.

do Conservador local.⁴⁹ Por essa razão, seu nome completo era Satiro Zotico Pereira Bueno.⁵⁰

Esse personagem tinha condições de ser muito atuante no cenário local e seus escritos ajudam a compreender a maneira como a classe dirigente percebia aquele ambiente institucional vivido, especialmente em relação à administração local e segurança pública.

Em artigo publicado n’*O Guaripocaba* de 31 de janeiro de 1886, endereçado à “Ilustríssima Câmara Municipal”, o então inspetor de quartirão reflete essa percepção. Com uma epígrafe em latim: *Gutta cavat lapidem, non vice, sed semper cadendo*, ou seja, “A gota cava a pedra, não pela batida, e sim sempre caindo”⁵¹, aludia ao seu trabalho difícil e persistente como agente da municipalidade.

Tendo como referência o Regimento das Câmaras Municipais, seu texto sugere o modo como os fiscais deveriam se portar: – “não somente multar e receber seus ordenados mensais, mas principalmente vigiar na observância das posturas das Câmaras e executar fielmente as suas ordens.” Do mesmo modo, “lhes incumbe, deliberar e prover sobre o reparo e conservação das estradas em benefício comum dos habitantes.”

⁴⁹ Cf. CDAPH/USF – Inventário – Inventariado: Pe. Simplício Bueno de Siqueira, Inventariante: Satiro Zotico, caixa 111, pasta 8, 1892. Veja também a biografia do Pe. Simplício Bueno de Siqueira no ANNUÁRIO para 1902. Typ. da Cidade de Bragança, 1901, p. 87.

⁵⁰ Cf. *Diário de S. Paulo* – 27/10/1868, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=709557&pagfis=3688>, acessado em 27/09/2019. Confira também *O Guaripocaba* – Ineditorial – Ao público – 14/03/1880 – quando Zótico faz uma defesa do Rv. Pe. Simplício Bueno de Siqueira, mas sem mencionar sua relação com ele.

⁵¹ Provavelmente, a grafia correta seria *Gutta cavat lapidem, non vi, sed saepe cadendo* – A gota cava a pedra, não pela batida, e sim sempre caindo. Cf. ANDRÉ, Demétrio. Irmão. *Variedades*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 25.

Refere-se ainda a uma ponte sobre o ribeirão de nome Uberaba, que precisava de urgente manutenção: – “A demora nos reparos aludidos não só é prejudicial aos transeuntes, como irá ainda onerar os cofres públicos com maiores despesas.”

Elogia em seguida a decisão recém-tomada pela Câmara local de alterar um artigo do Código de Posturas elevando a 200\$000 (duzentos mil réis) a taxa para “negócios de quaisquer gêneros, fora da cidade.” Tal medida era bem-vinda a seus olhos, já que restringia o “inconveniente das tavernas espalhadas pelos bairros”, pois “todos os homens amigos da ordem e do sossego público conhecem perfeitamente o abismo cavado por esses focos da ociosidade, do latrocínio, e da imoralidade.”

Continuando, relata as dificuldades encontradas quando iniciou suas atividades naquele bairro – Uberaba –, em dezembro de 1883, logo depois “de assistir ao último suspiro do humilde João da Cruz⁵², prostrado na estrada, com sua fronte cravada de chumbo, vítima sacrificada pela mão facínora de José Pedro Cardoso.”

Sabia que encontraria muitos obstáculos em seu caminho, pois estava diante de um “exército de bandidos armados de facas e bacamartes, tinha que lutar com um bando de vagabundos, que acoutados em três tavernas, ocupavam os seus dias na libertinagem, seduzindo donzelas e arrastando em seu desregramento a um grande número de jovens.” Em estado de embriaguez, tais “vagabundos” promoviam desordens pelo bairro, provocando “as famílias honestas que transitavam pelas estradas.”

Cabe aqui um parêntese para dizer que esses crimes, como o que Zotico menciona, haviam sido noticiados pelo *Guaripocaba*: –

⁵² O *Guaripocaba* chegou a noticiar esse crime em 09/12/1883. Publicado também no *Correio Paulistano* – 14/12/1883 – edição 09819 - http://memoria.bn.br/DocReader/090972_04/4924, consultado em 04/10/2019.

Repetem-se neste termo os casos de assassinato de um modo aterrador e pouco em harmonia com os foros de civilização que possuímos. Será falta de respeito às leis e a seus executores, ou o efeito de maus exemplos que vai com intensidade lavrando e afrontando a moralidade e segurança individual?

[...] Há três semanas demos notícias de um assassinato perpetrado neste município, e já hoje temos a registrar fato igual, dado no bairro da Ponte do Jaguari.

Em a madrugada de 7 do corrente foi João Antonio da Cruz assassinado com um tiro por José Pedro Cardoso, segundo se depreende do inquérito. [...]

O crime cometido agora por José Pedro é má recomendação para um seu filho que já foi condenado pelo júri desta cidade a 20 anos, e que, por decisão da Relação, tem de entrar em novo julgamento.

O acusado, além de tudo, não goza boa reputação na vizinhança.⁵³

Segundo Zotico, todos passaram a temer o citado bairro e as festas populares ficaram sem concorrência: – “O trabalho desorganizou-se e como consequência veio a miséria e a falta de recursos.”

Para esse personagem, no entanto, após algumas providências, aquele cenário de insegurança foi aos poucos se dissipando. Uns desajustados foram enquadrados no artigo 297 do Código Criminal, outros obrigados a assinar um “Termo de Bem Viver”; o raptor de uma donzela deixou de cumprir a pena por ter desposado a mesma e o narrador conseguiu ainda solucionar outro problema que havia no bairro: – “o comércio noturno de escravos, que furtavam dos seus senhores objetos para trocarem nas tavernas por cachaça.”

Nova questão se antepunha para o inspetor de quartelão: “um bom número de órfãos desvalidos, que sem um guia, sem educação, entregues ao acaso, estavam prestes

⁵³ *O Guaripocaba* – 09/12/1883. Publicado também no *Correio Paulistano* – 14/12/1883 – edição 09819 - http://memoria.bn.br/DocReader/090972_04/4924 , consultado em 04/10/2019.

a perder-se, com especialidade as meninas que já atingiam os 12 anos de idade: de conformidade com a lei” foram-lhes dados “tutores, e, esses braços inúteis, essas almas inocentes que tinham de ser sacrificadas pelos desordeiros, estão se tornando jovens laboriosas e futuras mães de família. ”

Conforme o relato, ante as medidas tomadas, “ninguém mais encontra pela estrada e pelas portas dos edifícios grupos de jovens e velhos, aqueles cevando a libertinagem e estes ocupando-se com a vida alheia. Os recursos da vida melhoram; a donzela é respeitada em sua honra e dignidade social; a família é acatada e os jovens e anciãos, ocupando-se com afincos no cultivo da terra, concorrem para o mercado com o produto do seu suor e daí tiram o necessário para a sua subsistência e para garantir o seu futuro.”

O texto de Zotico relembra também funções antigas das câmaras municipais durante o período imperial. Elas desempenhavam outras funções além das legislativas, como reparo e conservação de estradas e caminhos públicos e zelo pela segurança coletiva e a preservação da moral pública.⁵⁴

No referido texto, se vê que, enquanto as instituições exercem pressão sobre os indivíduos de modo a direcionar suas condutas pessoais, também elas são pressionadas pelos agentes e organizações, especialmente aqueles com maior poder de barganha, a se reformarem. Embora lentamente, o processo muda quando as instituições estão se tornando obsoletas ou ineficazes, pois são produtos da ação humana e, como os humanos, também evoluem. Foram usadas pela classe dirigente como forma de direcionar o com-

⁵⁴ Atualmente, a maioria dessas atribuições está a cargo do Poder Executivo local. Sobre esse assunto, Cf. LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interditada, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. Brasília: FCP, 2013, p. 56. Veja também MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio de um quadro estatístico da província de São Paulo*. 3.^a ed. São Paulo: Governo do Estado, 1938 (1.^a ed. 1838), p. 98 e 104.

portamento dos moradores a fim de enquadrá-los nas regras estabelecidas pela coletividade.

Outros comportamentos, tidos por imorais, como os das *mulheres da vida airada*, ou *filhas de Jerusalém* ou ainda *Jerusalianas*, também eram constantemente criticados nas páginas do *Guaripocaba*. Havia um local na cidade, à Rua Alegre, onde elas se concentravam e surgiam sempre relacionadas a confusões, brigas, palavras obscenas, bebedeiras e prostituição. Algumas eram conhecidas por seus apelidos, como *Constância Girafa*, *Maria Pé de Gelo*, *Maria Ferreira Pele de Lobo*, *Guilhermina Gafeira*, *Benedita Tonta*, *Josefina Caolha*.⁵⁵

O Código de Posturas de Bragança tentava coibir tais comportamentos, estipulando uma multa de 5\$000 (cinco mil réis) e prisão por três dias a quem proferisse palavras obscenas e ofensivas à moral e aos bons costumes, ou praticar atos que produzissem as mesmas ofensas, ou que perturbassem a tranquilidade e sossego público.⁵⁶

Quanto a Zotico, é evidente o tom carregado de moralismo em seu texto, aparentemente um consenso entre os moradores locais. Portanto, normas informais, baseadas nos costumes e tradições, é que legitimavam as regras formais, como o citado Código de Posturas,⁵⁷ onde fica clara a disposição moral tanto da Câmara local quanto do próprio inspetor de quarteirão, ao tentar coibir a abertura de tavernas nos bairros, pois poderiam incentivar comportamentos reprovados por normas, como no caso de um cativo

⁵⁵ Cf. Jornal *O Guaripocaba*: “Palavras escandalosas” (25/09/1879); “Carecem corretivos” (15/10/1885); “Briga de mulheres” (20/03/1887); “Ainda briga de mulheres” (03/04/1887); “Bordel” (28/04/1887); “Reportagem” (12/05/1887); “Folhetim” (17/04/1878); “Ao sr. dr. Juiz de Órfãos” (04/14/1886).

⁵⁶ Código de Posturas de 1881 – Arquivo da Câmara Municipal de Bragança Paulista.

⁵⁷ Cf. BUENO, Newton Paulo. *Possíveis Contribuições da Nova Economia Institucional à pesquisa em História Econômica Brasileira: Uma Releitura das Três Obras Clássicas Sobre o Período Colonial*. Estudos Econômicos, São Paulo, 34(4): 777-804, out-dez 2004, p.786.

de Anna Villaça, de nome Idalino, flagrado pela polícia “fora de horas, na rua, conduzindo café de procedência suspeita.”⁵⁸

Em síntese, pode-se dizer que os códigos morais não escritos influenciavam a criação de instituições legais reguladoras da vida dos munícipes.

O mau funcionamento das instituições se refletia diretamente no comportamento dos moradores locais e acabava por incentivar condutas indesejadas (oportunistas ou egoístas), como as dos escravos que furtavam objetos de seus senhores e os trocavam por cachaça nas tavernas locais, uma combinação entre cativos e taverneiros.

Há diversas razões para tais práticas ilegais, mas o certo é que o diminuto contingente da guarda local era incapaz de coibi-las, de tal modo que direitos de propriedade não podiam ser garantidos, gerando uma sensação de insegurança que impactava na economia e nas relações sociais, como lembram os economistas da NEI. Para estes últimos, a transação econômica seria uma troca de direitos de propriedade, possuídos pelas partes envolvidas. Direitos de uso, usufruto e modificação do objeto alvo do direito, a serem garantidos pela estrutura institucional vigente.⁵⁹

No caso de Bragança, a não observância às instituições era vista pelas autoridades como a causa de todos os males, e, a salvação estaria na elaboração e aplicação de regras eficazes pelos agentes públicos. Teriam esse sentido as providências tomadas pelo inspetor de quartelão para solucionar as diversas questões que se apresentavam e que incluíam órfãos, tutores, desordeiros e desajustados, todos encaminhados à Justiça.

⁵⁸ Parte Policial – *O Guaripocaba* – 17/01/1886.

⁵⁹ AGUILAR FILHO, Hélio Afonso de. *O Institucionalismo de Douglass North e as interpretações weberianas do atraso brasileiro*. Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Econômicas, PPG em Economia – UFRGS, 2009, p. 80.

Vinte dias após a publicação do artigo aqui referido, ou seja, em 21 de fevereiro de 1886, Satiro Zotico mais uma vez estará nas páginas d'*O Guaripocaba*. Nessa data, faz novas recomendações à Câmara Municipal, estendendo-as às congêneres. Primeiramente, cita suas atribuições, de acordo com o Regimento, dizendo que as Câmaras Municipais são corporações administrativas e seus vereadores devem tratar “do governo econômico e policial da terra e do que neste ramo for a favor dos seus habitantes. As Câmaras, em seus artigos de posturas, providenciarão sobre tudo que diz respeito à polícia e economia das povoações, punindo os abusos de que fala o art. 308, § 4º do cód. Crim.”

Após essa introdução, aponta dois abusos que necessitam de correção pela “municipalidade, em suas posturas, as folias ou bandeiras, de municípios estranhos”. Elas invadem os bairros de Bragança, e os embriagados “perturbam a ordem pública.”

O texto referia-se certamente à Festa do Divino⁶⁰, bastante popular ainda hoje em muitas regiões do país e que acontece no dia de Pentecostes, cinquenta dias depois da Páscoa. Embora varie de acordo com a região, é costume dos foliões levar à frente um estandarte (bandeira) com a imagem de uma pomba branca, símbolo do Espírito Santo. A bandeira é então seguida, em cantoria, pelo restante do grupo, sempre acompanhada de instrumentos musicais.

⁶⁰ Citando Mello Moraes, a historiadora e antropóloga Lília Moritz Schwarcz relata que o autor relembra como eram “animadas as festas do Divino que se realizavam nas cidades próximas ao Rio de Janeiro: ‘Por vales e serras, por estradas e povoados, meses antes da festa do Espírito Santo, garridos foliões dispersavam-se em bandos no interior da Província do Rio de Janeiro, angariando esmolas para as festas das capitais dos municípios [...] Desde então, três, quatro ou cinco bandeiras, de conformidade com a extensão das freguesias ou distritos, punham-se em marcha [...] a bandeira do Divino, onde uma pomba pintada sobre um fundo de raios solares destacava-se no campo de seda vermelha da referida bandeira, franjada de ouro, de prata ou de lã. [...] À notícia de que andavam bandeiras, não havia casa que se não julgasse honrada de receber-lhes a visita, não havia um pobre que, em sua palhoça humilde, deixasse de se prevenir para o favorável agasalho dos foliões’ [...] Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 270.

As “folias ou tiradores de esmolos de municípios estranhos” deveriam constituir questões solucionadas a partir de uma representação da Câmara local à Assembleia Provincial, solicitando a criação de lei no sentido de proibir que tais manifestações invadissem municípios vizinhos. As posturas municipais não poderiam solucionar tal problema, “não só porque cada municipalidade rege-se por suas respectivas posturas, umas proíbem o abuso e outras consentem, como também porque o poder civil e eclesiástico, infelizmente, até o presente, ou não têm chegado a um acordo a tal respeito ou não têm dispensado sua atenção para esse negócio, que parece de pequena importância, mas que, entretanto, afeta os interesses sociais e será de funestas consequências. ”

Vários pontos chamam a atenção nesse texto de Zotico: o primeiro é o conflito de competências que havia entre as autoridades do próprio Município, da Província e da Igreja Católica, para tratar do assunto alusivo às folias que ultrapassavam as fronteiras de seus municípios. Tal conflito dificultava o controle sobre o acontecimento que, aos olhos do Inspetor, deveria ser proibido, pois abria espaço à atuação de aproveitadores.

O problema estaria talvez nas dificuldades financeiras do Município e, assim, cada festeiro deveria esmolar em sua própria paróquia: cessariam os abusos, “desapareceriam os ‘sócios forçados’ do Divino Espírito Santo, acabar-se-ia com o furto de muitos especuladores” que se utilizavam da bandeira, “para terem meios de divertir-se escandalosamente, outros para arranjo de vida, acontecendo afinal, quase todos ficarem com as esmolos e só apresentarem aos festeiros ‘despesas e contratempos inventados’.”

Portanto, como indica o texto, havia meios de combater tais práticas tidas como abusivas: bastava aplicar as leis do Código de Posturas do próprio município:

Art.68 – Fica proibido tirar esmolos para qualquer festa, santo ou santa de município ou paróquia estranha, multa de 30\$ ou 8 dias de prisão. Ficam

obrigados os inspetores de quarteirão a participar ao fiscal logo que apareça em seu quarteirão alguma pessoa nas condições mencionadas neste artigo; multa de 15\$.⁶¹

O jornalista investe também contra a negligência dos fiscais e inspetores de quarteirão que, ao invés de exercerem seus papéis como agentes da municipalidade, “são os primeiros que, armados de faca, bacamarte e cigarro nas orelhas, acompanham com algazarras o farrancho das festejadas ‘folias’”.

Esse mau comportamento atingiria ainda moradores, tratados pejorativamente, como “ignorantes caipiras”. Para estes, “o dia em que aparece uma ‘folia’ no bairro ‘é de gala’; as mulheres, umas acompanham ‘a folia’ com antiquado pito em vara-pau, outras mais desembaraçadas, com o cigarro na trança do untado cabelo, homens e meninos de lenço ao pescoço e faca na cinta, cabendo ao chefe da família as honras de carregar o ‘guião’⁶² da rude procissão. É uma festa e festa comentada por muitos dias.”

As “folias”, sempre grafadas entre aspas, não seriam do agrado de setores católicos mais conservadores da sociedade, como adverte Zotico:— “se as autoridades cumprissem o seu dever não daríamos este triste espetáculo, que só dá ganho de causa aos inimigos da nossa religião”.

O problema não estaria, então, nas instituições e sim na má observância das mesmas.

O texto também se refere aos motivos das autoridades não cumprirem seus deveres: umas por indolência, outras porque “só corrigem os abusos, quando, na pessoa do

⁶¹ Código de Posturas de 1881 – Arquivo da Câmara Municipal de Bragança Paulista.

⁶² Estandarte, bandeira.

delinquente, enxergam um adversário político: todas cometem injustiça, porque, a maior injustiça é deixar de punir os crimes e corrigir os abusos.”

Quanto às folias, também tinham outras implicações: repercutiam no mercado de mão de obra e na formação de bons cidadãos. Comprometiam o futuro da sociedade, pois “nelas são empregadas meninos que deviam estar nos estabelecimentos industriais, na lavoura e nas artes, ensaiando a ser homens laboriosos, bons pais e futuros cidadãos.” Aos olhos do Inspetor de Quarteirão, poderiam prejudicar o desenvolvimento econômico, já que incentivavam comportamentos oportunistas.

Se a presença dos meninos nas folias gerava preocupação por conta do mercado de mão de obra, a participação das meninas causava ainda maior insatisfação. Elas eram vistas como seres frágeis e, portanto, mais vulneráveis àquele ambiente considerado inapropriado: – “Em razão de seu sexo e condição deveriam estar acatadas no doce remanso do lar doméstico, educando-se, trabalhando e preparando-se para serem futuras mães, fim único e o mais nobre papel que elas podem representar na sociedade.”

Essa visão de mundo, isto é, a ideologia, como lembram os institucionalistas, que restringia o papel da mulher ao ambiente doméstico suscitará, ao longo do tempo, o surgimento de uma série de instituições que darão concretude à referida ideologia. Para North, “os modelos mentais que construímos acerca da realidade na qual vivemos, ou seja, é a visão que os indivíduos têm do mundo. Nesse sentido, os indivíduos internalizam algumas regras do jogo, respeitando-as não porque podem ser punidos, mas, simplesmente, porque acham adequado respeitá-las. Aqui a adequação refere-se às regras internalizadas pelos indivíduos e que eles acreditam que deveriam seguir por princípio,

em outras palavras, as regras internalizadas pelos agentes econômicos são regras impostas e policiadas pelo próprio indivíduo.”⁶³

Na verdade, as questões referentes às “folias” não se limitavam a Bragança e adjacências. Embora Mello Moraes se refira saudosamente à tradição das “folias”, no Rio de Janeiro “as Festas do Divino, particularmente, foram gradativamente condenadas e cerceadas, por autoridades políticas ou pela Imprensa, como verdadeiras ‘festas de aldeia no centro da capital do Império’, como símbolos do atraso colonial. Algumas autoridades policiais e municipais alardeavam que as festas nas ruas, com suas barracas e diversões, traziam desperdícios sociais, pois eram locais de jogo, bebidas de todos os tipos e vagabundagem. Os médicos ajudavam a considerar as festividades religiosas barrocas como vulgares e ameaçadoras do ideal de uma família de comportamentos higiênicos e disciplinados, e muitos políticos liberais, assumindo uma posição anticlerical, associavam qualquer prática católica, principalmente as festas religiosas nas ruas, ao obscurantismo e ao atraso. As lideranças religiosas católicas mais ortodoxas e reformadoras, por sua vez, apesar de valorizarem as festas religiosas como uma importante demonstração de fé, começaram a se preocupar [...] com o que consideravam as deficiências do catolicismo brasileiro, marcadas pelo despreparo do clero e pela prática religiosa pouco ligada às determinações de Roma”.

⁶⁴

Para Zotico, outra questão também vista como grave problema, dizia respeito à embriaguez, a ser combatida como asseguradora da moral e da ordem pública. Para isso, a municipalidade precisaria estipular uma multa “a todos que fossem encontrados em tal

⁶³ Cf. CAVALCANTE, Carolina Miranda. *A economia institucional e as três dimensões das instituições*. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 373-392, set-dez/2014, p. 381.

⁶⁴ ABREU, Martha; VIANA, Larissa. “Festa e cidadania (séculos XIX e XX)”. In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ABREU, Martha; TERRA, Paulo Cruz (orgs.) *Os poderes municipais e a cidade: Império e República*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

estado, quer pacíficos quer desordeiros, quer ricaço quer paupérrimo, quer nobre quer plebeu; o rigor da lei deve alcançar a todos. Esta medida moralizadora tem sido praticada entre os povos cultos.”

E assim terminaria seu artigo: – “o fim da imprensa é clamar incessantemente a bem da sociedade”.

O clamor moralista também era visto nos editoriais⁶⁵ d’*O Guaripocaba*: em 19 de novembro de 1885, o editorial intitulado *Jogos proibidos* pede providências às autoridades em relação a “uns hóspedes” que visitam a cidade para se divertir “jogando *roleta*, *víspera* ou puxando pelo rabo à sola.” Aquilo estava “tomando proporções de escândalo”, pois para tais práticas, as posturas municipais impunham “3 dias de prisão, 5\$000 de multa a cada jogador e 2\$000 [ou 20\$000] ao dono da casa”.⁶⁶

Com tais informações, o periódico adverte que, embora houvesse uma legislação proibindo alguns tipos de jogo, as normas não eram de fato aplicadas pelas autoridades locais.

Os fartos casos relatados mostram a existência de uma legislação não cumprida, o que repercutia no aumento dos *custos de transação*, provocado, segundo a NEI, por falhas no ambiente institucional que geram despesas nem sempre observáveis, como aquelas decorrentes da insegurança aqui demonstradas.

Tais custos podem ser divididos em duas partes: aos custos de medição, relacionados à obtenção de informações para efetuar de modo mais seguro uma transação eco-

⁶⁵ Cf. *O Guaripocaba* – Festividades do Bom Jesus – 31/07/1879; Editorial – 19/02/1880; Jogos proibidos – Editorial – 19/11/1885; Justiça – 03/03/1887; Bordel – 28/04/1887.

⁶⁶ Cf. *O Guaripocaba* – Jogos proibidos – Editorial – 19/11/1885. Do mesmo modo, o artigo 281 do código criminal “estabelecia 60 dias de prisão” em relação aos jogos proibidos. O jogo era considerado um mal endêmico que podia levar “o homem ao extremo desespero e devorar [...] o patrimônio de muitas famílias, reduzindo-as à miséria.”

nômica e a dos custos para proteger e fazer cumprir os acordos. Por exemplo: numa localidade nos dias atuais, quando há muita insegurança, tais custos aparecerão na depreciação do preço dos imóveis e aluguéis em razão do aumento dos gastos com monitoramento, seguros, construção de grades, etc.⁶⁷ Contudo, tal situação nem sempre é perceptível pelo futuro comprador ou inquilino, já que não dispõe de todas as informações antes de fechar o negócio ou contrato (racionalidade limitada⁶⁸), pois o vendedor poderá sonegar-lhe dados negativos do imóvel em questão (comportamento oportunista⁶⁹). Portanto, em tal ambiente institucional, o futuro morador não conseguirá usufruir plenamente de seus direitos de propriedade.

Em razão da existência desse cenário, é que as instituições ganham importância. Uma boa estrutura institucional poderia dar mais garantia a ambas as partes e, assim, o mercado imobiliário se desenvolveria.

A insegurança em Bragança também decorria da posse de armas pelos cidadãos. Esse costume vinha de longa data e prejudicava a economia, causando prejuízos claramente, pois as autoridades mostravam-se incapazes de fazer cumprir o que determinava a lei.

⁶⁷ Cf. NORTH, Douglass C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. Op. cit., p. 43.

⁶⁸ “O ponto de partida na análise dos *custos de transação* é o reconhecimento de que o comportamento humano, ainda que racional, enfrenta limitações. [...] Ao comprarmos um carro usado, uma casa, contrataremos um novo funcionário, marcamos consulta com um médico que não conhecemos etc., estamos realizando transações sem conhecer exatamente as características daquilo que está sendo transacionado. Isto porque enfrentamos limites para conhecer todas as informações sobre mecânica de automóveis, construção de casas, características profissionais e psicológicas de um indivíduo e tratamentos médicos. Esses limites estão presentes em todos os indivíduos, e afetam inúmeras transações. Estes exemplos refletem o fato de que os indivíduos na verdade possuem *racionalidade limitada*.” FIANI, Ronaldo. *Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 87, grifos do original.

⁶⁹ “**Oportunismo** para *custos de transação* é a exploração maliciosa das informações que se possui (e que outra parte na transação ignora) para obtenção de vantagens na transação.” FIANI, Ronaldo. *Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 90, grifos do original.

Em 17 de abril de 1877, o então delegado de polícia local – alferes José Francisco Buenos Aires – publica em *O Guaripocaba* um texto deixando bem claro que “em virtude do disposto nos Artigos 297 do Código Criminal e 203 das posturas Municipais em vigor” ficaria “expressamente proibido o uso das seguintes armas – espingarda, clavinha, clavinote, reúna, garrucha, pistola, revólver, espada sabre, rifle, punhal, estoque, lança, chuço, faca de ponta, canivete grande, zagaia, machado, foice, sovelas e outras quaisquer armas ofensivas, salvo àqueles que se apresentarem munidos de licença da autoridade competente, e aos que permite o Art. 204 das referidas posturas.”⁷⁰

Apesar dos avisos, várias ocorrências desse tipo foram encontradas nos arquivos locais. Uma delas, noticiada ainda por Satiro Zotico, pedia a abertura de inquérito policial contra o cidadão Aureliano Dantas, causador de transtornos no bairro, onde passou a residir após ter abandonado sua família em São José de Toledo nas Minas Gerais. Segundo o solicitante, Aureliano fazia parte da “horda de desordeiros que tanto tem incomodado os pacíficos moradores e importunando [sic] a Justiça Pública.” Surdo “aos diversos avisos que tem recebido e desobediente à Lei, continua o Cidadão Aureliano a andar sempre armado, fazendo ostentação e dando mau exemplo ao ponto de causar desordens (...) vive perturbando o sossego das famílias, concorrendo para a prostituição de algumas donzelas, fazendo-as perder seus casamentos, como é público, e causando a rixa entre alguns casados.”

⁷⁰ O artigo 112 das Posturas Municipais também proibia a venda de “armas de fogo e ofensivas a escravos e pessoas suspeitas”, estipulando multa de 20\$000 (vinte mil réis) a quem a desobedece. Cf. Código de Posturas de 1881 – Arquivo da Câmara Municipal de Bragança Paulista.

Zotico levaria tais “fatos criminosos” ao conhecimento do delegado local em petição endossada por dez testemunhas solicitando a abertura de um processo por uso de armas proibidas e o dever de assinar um “Termo de Bem Viver”.⁷¹

Tal documento se enquadraria no conceito de *enforcement*⁷², isto é, formas de coerção para cumprimento de acordos e normas.⁷³

Outra ocorrência envolvendo o mesmo tema foi levada a público por um conhecido morador local, Paschoal Sansoni, que já denunciara anteriormente, a violência de que fora vítima. O fato ocorrera num “malsinado caminho” que levava à sua propriedade no lugar denominado Rio-Abaixo. Voltava à questão, dizendo: – “não por causa do caminho que hoje se acha aberto e franqueado, mas reclamando pelos prejuízos que dessa malfadada questão me resultaram, prejuízos esses que reputo superiores a 250\$000, atentos os dias perdidos de camaradas, o prejuízo sofrido em milho que apodreceu no campo e os porcos que fugiram.” Além disso, continuava ele, “risco de vida, ameaças que sofri e imposições de gente armada que a todo o transe queriam obstar a abertura do caminho [a] que tinha direito por justiça e razão.”

O reclamante perguntava ainda:– quem seria “o responsável por todos esses prejuízos e contratempos”? Deixa, no entanto de responder à própria questão, dizendo que momentaneamente se limitaria àquelas observações.⁷⁴

⁷¹ Cf. Arquivo CDAPH/USF - Pedido de instauração de inquérito policial contra Aureliano Dantas.1884, caixa 95, pasta 12. (Folhas avulsas)

⁷² Alexandre Morales, tradutor do livro de Douglass North para o português, explica que o termo *enforcement* pode ser entendido como “execução”. Assim, ele informa que traduziu “o verbo *to enforce* por “fazer cumprir”, “aplicar” ou “executar” (uma norma, um acordo, um contrato etc.), cabe entender “execução” como um termo generalizante para a noção de “aplicação” ou “imposição/obrigação de cumprimento” (de uma norma, um acordo etc.), formas que por vezes também adotamos ao longo do volume ao traduzir *enforcement*.” NORTH, Douglass C. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*. *Op. cit.* p. 53, nota 1.

⁷³ Hoje em dia, com o advento da Internet, muitas petições e abaixo-assinados são veiculados nas redes sociais com caráter similar. Alguns deles chegam a milhares e até milhões de assinaturas que, posteriormente, são entregues às autoridades competentes.

Também escravos portavam armas pelas ruas e estradas do Município, como mostram os arquivos do Judiciário de Bragança. No caso da morte por suicídio de um deles, Jacinto Nunes de Moraes, uma das testemunhas ouvidas, lavrador que trabalhava como camarada do proprietário do cativo envolvido no episódio, testemunha:– “tendo o escravo [José] ido procurar senhor por ordem do seu senhor José Domingues de Oliveira e voltando no dia vinte do corrente, passou por casa dele depoente, e este perguntando-lhe se tinha arranjado senhor, aquele lhe dissera que não tinha arranjado, mas que ia se matar o que ele depoente procurou dissuadi-lo e convidando-o para ir com ele até a casa de seu senhor. Seguiram para lá, no caminho ele depoente adiantando d’ele uns vinte passos ouviu o estampido de um tiro, voltando para ver o que era, encontrou o dito escravo José ofendido com um tiro da espingarda que trazia consigo, ele depoente imediatamente foi chamar a seu patrão, este vindo com José Francisco Leme e mais dois escravos e ele depoente, já o encontraram morto. Ele depoente [acha] que o escravo José suicidou-se pelo fato de seu senhor mandar procurar senhor que o comprasse.”⁷⁵

O fato é confirmado pelos depoimentos de dois informantes – Florêncio e Pedro – ambos escravos. De acordo com eles, a razão pela qual o cativo José se “suicidara foi porque seu senhor mandara procurar outro senhor, e ele não queria sair deste senhorio.

”⁷⁶

O mesmo documento traz o parecer de peritos que constatarem a morte de José em decorrência de ferimento de “uma polegada de circunferência pouco mais ou menos,

⁷⁴ Ineditoriais – *O Guaripocaba* – 26/05/1887.

⁷⁵ Arquivo CDAPH/USF – Auto de corpo de delito V: José, escravo de José Domingues de Oliveira, 1874, Cx. 85 pasta 04.

⁷⁶ *Idem*.

parecendo-lhe que penetrou até o coração”. Concluíram então, que o ferimento fora produzido por arma de fogo, pois a espingarda ali encontrada indicava suicídio.

Em dezembro de 1884, ao dar boas-vindas ao promotor público que acabava de tomar posse, Satiro Zotico apresentou um panorama geral da cidade, apontando os desafios que o recém-vindo encontraria, entre os quais a questão da posse de armas: – “Há pouco distanciados da capital, parecia-nos, entretanto, habitávamos as incultas florestas do sertão, aonde o uso de armas proibidas torna-se tolerável para a defesa das feras, dos ladrões e dos facínoras.” Felizmente, “a autoridade Policial foi despertada pelo Dr. Waldomiro Guilherme”, antigo promotor, “tendo-se já dado algumas providências e conseguido alguma coisa.”⁷⁷

O aparato de segurança pública era também alvo de críticas do próprio *Guaripocaba*: em seu editorial de 15 de julho de 1877, afirmava ele que a guarda local estava muito longe de preencher o fim para o qual fora criada, ou seja, policiar a cidade e prender criminosos. A razão estaria na qualidade de seu contingente, formado “em sua máxima parte, de homens inimigos do trabalho, que achando árduo o serviço da lavourea, sem conhecimento do ônus que vão contrair, e sem a precisa capacidade para preencher as obrigações de que se vão revestir, não miram na farda se não um meio suave e fácil de sua subsistência.”

O editorial atacava ainda a “indolência” policial, afirmando que um escravo de nome Ricardo enforcara-se na grade exterior da cadeia local, “em noite de luar com algum ruído, sem que ela em sua guarita a poucos passos desse por isso.” O *Folhetim* no

⁷⁷ Ineditoriais – *O Guaripocaba* – 07/12/1884. Vale frisar que Waldomiro Guilherme desempenhou sua função por pouco tempo, pois se formara em novembro de 1883 pela Faculdade de Direito de São Paulo e logo depois foi nomeado promotor de Bragança, mas, devido a uma enfermidade, veio a falecer em 28 de agosto de 1884. Confira, ALMANACK de Bragança para 1900. *Op. cit.* p. 78-88.

mesmo dia também tratou do assunto, afirmando que o dito escravo chegou “quase a arrombar a cadeia e não houve rumor que pudesse acordar esses heróis da segurança municipal. A alma d’aquela vítima infeliz grita vingança contra tanto desleixo”. Sugerindo não haver falta de policiais, pois seu contingente aumentara recentemente, o folhetinista afirmava em tom irônico:– “Agora podemos dizer que a sociedade e os indivíduos estão sob a égide protetora desses valentes defensores municipais.”⁷⁸

A estrutura policial tinha, pois, pouca utilidade por conta de agentes “impassíveis e refratários ao cumprimento de seus deveres; e só se pode conhecer verdadeiramente de sua existência [...] quando vão à coletoria” apresentar-se para receber seus soldos.

Para o Jornal, os gastos com a Força Pública total eram muito altos: cerca de cinquenta por cento do orçamento da Província.⁷⁹ No entanto, “a julgar-se pela [guarda] de Bragança, nenhuma garantia oferece aos seus munícipes, não sendo mais que verdadeiros parasitas do orçamento.” Na pequena cidade, era composta de “oito praças, em cujo número está seu comandante, tendo aquelas o soldo diário de 1\$400, e este 1\$800 e mais 240 para luz; no entretanto esse pessoal que consome essa cifra diariamente, bem pouca utilidade presta ao público.”

O quadro insuficiente da força policial de Bragança continuaria a se agravar. Segundo *O Guaripocaba* de 7 de janeiro de 1883, e o *Correio Paulistano*, dias depois, somente 4 praças compunham o aparato policial bragantino:– “com as praças atuais podem os criminosos passear impunes e sem receio, pois que não poderão as autoridades

⁷⁸ *O Guaripocaba* – Folhetim – 15/07/1877.

⁷⁹ Segundo o Editorial, o orçamento provincial da época, publicado no do Diário Oficial, era de “547:231:633, sendo 273:401:333, para a polícia ou guarda local”. Cf. Editorial – *O Guaripocaba* – 15/07/1877.

des lançar mão, para perseguir, da força pública a qual mal dá para o serviço da cadeia. N'um lugar como este, onde sempre se dão desordens e turbulências, são necessárias, como temos dito, 15 praças.”⁸⁰

A guarda local acabou sendo extinta por Lei Provincial⁸¹, sem maiores protestos pois, “a sua permanência neste Município é um mal público, e já que é imprestável que seja substituída. Só assim a propriedade será devidamente segura, o cidadão terá a verdadeira garantia que lhe é outorgada por lei, e é único meio dos criminosos não afrontarem a sociedade. Só assim as autoridades terão na força pública, – “*não esse simulacro de força*, porém um poderoso auxílio para reparação do crime, e respeito à lei.”

O fato é que dada a inexistência de uma estrutura de poder local mais especializada, cabia à insuficiente força policial, solucionar uma variadíssima gama de problemas sociais, lembrados também pelos estudiosos que pesquisaram o tema como Maria Helena Machado, por exemplo, segundo a qual estava a cargo da Polícia, “a questão do controle das pestes e das doenças contagiosas estava entre as suas atribuições, bem como os loucos e doentes mentais que dada a inexistência de hospícios em nível local, ficavam retidos nas delegacias, à espera de vaga no hospital para alienados, sediado na capital. Também o alistamento militar e a elaboração das listas de censo deviam ser executados pela polícia. Enfrentar os cataclismas locais, zelar pelo cumprimento das

⁸⁰ *O Guaripocaba*, 7/01/1883. Publicado no *Correio Paulistano* – 11/01/1883 – edição 07889 (1) http://memoria.bn.br/DocReader/090972_04/3678, consultado em 04/10/2019.

⁸¹ De acordo com a Lei Provincial n.º 61 de 12 de maio de 1877, a Guarda Local da Província seria suprimida e criaria-se em seu lugar a Guarda Urbana composta de um corpo policial permanente e uma companhia de urbanos. A Guarda Local existente deveria ser gradualmente suprimida e substituída por praças do corpo de permanentes. Confira – *Diário de S. Paulo* – 15/06/1877 – <http://memoria.bn.br/docreader/709557/13175>, consultado em 11/11/2019.

posturas municipais, controlar o funcionamento do comércio local também sobrecarregavam a precária estrutura municipal da polícia”.⁸²

Bragança convivía, pois, com brigas, furtos, roubos, ferimentos, assassinatos, “matilhas de cães”, prostitutas, “peões domando bestas bravas e atropelando crianças”⁸³.

Assim, instituições que deveriam restringir as ações dos indivíduos numa sociedade, ou seja, ditar as *regras do jogo*, como dizem os neoinstitucionalistas, não as observavam, pondo em risco a frágil ordem estabelecida de tal modo que, esse ambiente dificultava o desenvolvimento de atividades produtivas.

Os textos publicados pelo *Guaripocaba* continham as ideias em favor de mudanças institucionais que levassem a um aprimoramento do ambiente econômico-social. Criticavam a não aplicação das normas vigentes, provavelmente um reflexo da má qualidade das instituições, incapazes de inibir os comportamentos referidos.

Havia, pois, grande insatisfação com as instituições, resultando como se viu em críticas à força policial local, à necessidade da construção de uma “casa para recolher os morféticos” que perambulavam pelas ruas de Bragança; ao Código de Posturas municipal; às tentativas de furto cometida por escravos; ao estabelecimento de impostos; ao amansamento de animais bravos no centro da cidade; aos jogos de azar; embriaguez; iluminação pública.⁸⁴

⁸² Cf. Maria Helena P. T. Machado, MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994, 64.

⁸³ Cf. *O Guaripocaba*, 16/12/1877, 06/01/1878, 31/03/1878, 14/04/1887, 17/03/1878, 25/09/1879, 20/03/1887, 03/04/1887, 28/04/1887, 08/05/1887, 08/03/1885.

⁸⁴ Confira *O Guaripocaba*: Editorial – 15/07/1877; Larápios – 29/07/1877; Editorial – 09/09/1877; Fôlhetim – 14/10/1877; Furtos e ferimentos – 06/01/1878; Editorial – 27/01/1878; Editorial – 31/03/1878; Homicídio – 12/05/1878; Júri – 04/10/1885; Assassinato ou suicídio? – 04/10/1885; Assassinato – 04/10/1885; Editorial – 26/10/1878; Questões Sociais – 26/10/1878; 09/11/1878; Editorial – 22/02/1879; Prisão – 10/07/1879; Comutação de Pena – 13/01/1887; Ineditoriais – Violência – 26/05/1887; Júri – 16/09/1877; Briga de lázaros – 22/06/1879; Prisões – 26/08/1877; *Mieux vaut*

Enfim, tais críticas, levavam à percepção de que as instituições vigentes vinham falhando.

Tanto Douglass North, quanto o historiador econômico William Summerhill e o economista e cientista político, Barry Weingast, consideram que,

A questão da ordem política é uma condição necessária para o desenvolvimento econômico e político (...) [Numa situação de desordem,] os cidadãos se comportam de forma muito diferente (...) [pois] temem por suas vidas, suas famílias e por suas fontes de sobrevivência.⁸⁵

“Ordem política” será justamente aquela que garante aspectos fundamentais para a segurança pessoal de uma sociedade em seu todo. Já a “desordem” supõe uma situação incerta que leva os cidadãos a temerem “por suas vidas, suas famílias, ou fontes de subsistência e riqueza.”

Um sistema de ordem deve possuir características, tais como:– “1) Uma matriz institucional que produz uma série de organizações e estabelece uma série de direitos e privilégios. 2) Uma estrutura estável de relações de intercâmbio tanto nos mercados políticos como econômicos. 3) Um conjunto subjacente de instituições que se comprometa de forma crível ao Estado com uma série de normas políticas e o fortalecimento dos direitos que protegem as organizações e as relações de intercâmbio. 4) Conformida-

douceur que violence – 09/09/1886; Noticiário – 25/09/1879; Justiça – 03/03/1887; Assassinato – 14/04/1887; Bordel – 28/04/1887; Atentado – 24/07/1877; Iluminação pública – 09/09/1877; Pontes caídas – 15/02/1885; Pontes do Jaguar – 08/03/1885; Efeito das chuvas – 06/01/1887.

⁸⁵ NORTH, Douglass C., William Summerhill, y Barry R. Weingast. “Orden, desorden y cambio económico: Latinoamérica vs. Norte América.” In: Revista Instituciones y Desarrollo. N° 12-13 (2002) págs. 9-59. Institut Internacional de Governabilitat de Catalunya. Barcelona, España. Disponível em <https://www.williamsummerhill.com/#publications-1-section>, consultado em 04/10/2019, p.10.

de como resultado de alguma mistura de interiorização normativa e mecanismos externos aos indivíduos, para fazer cumprir as normas”, isto é, o referido *enforcement*.⁸⁶

Além do aparato institucional do Estado, não se pode esquecer que as sociedades dispõem das restrições sociais de natureza informal que também exercem pressão para o cumprimento da ordem e, conseqüentemente, dos direitos de propriedade. Armen Alchian, importante economista norte-americano, destaca, por exemplo, o papel da etiqueta, dos costumes sociais, códigos de conduta moral, entre outros.^{87 88}

O ambiente de “ordem” está, portanto, intimamente relacionado às instituições e à sua boa execução.

Com vistas a Bragança na época pesquisada, havia, como foi relatado, dificuldades em fazer cumprir as normas e garantir os direitos de propriedade. Uma dessas dificuldades talvez se devesse à heterogeneidade da população, tanto pela questão racial e étnica, quanto pelas diferenças de ordem econômica e social. Essas diferenças deveriam certamente prejudicar a elaboração de normas universais para todos, pois apenas uma pequena parcela, a mais abastada da sociedade, participava da tomada das decisões criadoras de regras.⁸⁹

É provável que tais imposições institucionais fossem alheias aos costumes e práticas sociais de camadas subalternas e, portanto, não perceptíveis como legítimas, o que

⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 13.

⁸⁷ A. ALCHIAN, 1977, apud ESPINO, J. A. *Instituciones y economía: una introducción al neoinstitucionalismo económico*. *Op. cit.*, 1999, p. 218.

⁸⁸ Vale ainda acrescentar que as **restrições informais** dizem respeito também à “honestidade, pontualidade, confiança, qualidade, integridade, reputação”, e seu “atributo mais importante é **reduzir os custos de transação**, e isso estimula a cooperação, porque reduzem a incerteza e dão confiança aos agentes econômicos.” ESPINO, J. A. *Instituciones y economía: una introducción al neoinstitucionalismo económico*. *Op. cit.*, p. 76. Grifos nossos.

⁸⁹ NORTH, Douglass C., William Summerhill, y Barry R. Weingast. “Orden, desorden y cambio económico: Latinoamérica vs. Norte América.” *Op. cit.*, p.16.

dificultaria sua implementação. Assim, restaria às autoridades aplicar apenas as regras formais (escritas) e mecanismos de coerção, o já citado *enforcement* da NEI, para fazerem cumprir as determinações. Mas, como já foi referido, tais práticas sociais eram – e são – pautadas pelos costumes e, portanto, mais resistentes às mudanças e formas de controle, ao menos no curto prazo. Como diria Nicolau Chamfort, moralista francês, no século XVIII:– “é mais fácil legalizar certas coisas do que legitimá-las”.⁹⁰

Gonzalo Caballero Miguez, da Universidade de Vigo, cita autores ligados à NEI, segundo os quais, a mudança institucional comporta duas visões distintas:

[...] uma "**de cima para baixo**" (que concebe instituições conforme determinado por leis escritas por líderes políticos) e outra "**de baixo para cima**" (que assume instituições como normas sociais, costumes, tradições, crenças e valores dos indivíduos em sociedade, que surgem espontaneamente e depois são formalizadas em leis escritas).⁹¹

Os defensores da primeira visão – “de cima para baixo” – acreditam que mudanças de ordem institucional podem ser implementadas por meio de decisões políticas e novas leis. Já para os que defendem a segunda visão – “de baixo para cima” –, a execução de tais mudanças institucionais não é tarefa fácil, pois elas são muito limitadas pelas instituições anteriores “de modo que a mudança institucional é gradual e evolutiva em vez de revolucionária”.

Certamente, a segunda visão – “de baixo para cima” – explica melhor a realidade de Bragança retratada n’*O Guaripocaba*. Embora os cidadãos das classes dirigentes detivessem o poder de propor e criar normas legais, estas eram de difícil execução devi-

⁹⁰ Citado por MACÊDO, Manoel Moacir Costa, YEGANIANZ, Levon. “Sociologia no direito: a convergência entre a legalidade, a legitimidade e a ética.” In: Revista de informação legislativa, v. 40, n. 158, p. 299-308, abr./jun. 2003, p. 299.

⁹¹ CABALLERO MIGUEZ, Gonzalo. “Economía de las instituciones de Coase y North a Williamson y Ostrom”. *Op. cit.* p. 40, grifos nossos.

do às restrições informais ditadas pelos costumes, tradições, crenças e valores da população.

Capítulo 2

UM TEMA RECORRENTE: A TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE

As instituições mudam, e alterações fundamentais nos preços relativos são a fonte mais importante dessa mudança. [Tais alterações] modificam os incentivos dos indivíduos em interação [...]. [A maioria das fontes de mudanças institucionais] será endógena, refletindo os contínuos esforços maximizantes dos empreendedores (políticos, econômicos e militares), que irão modificar os preços relativos e em consequência induzirão à mudança institucional.

Douglass North (2018)

O período de vigência d'*O Guaripocaba* coincidiu, como se apontou em páginas anteriores, com os últimos anos da escravidão. Foram tempos de importantes mudanças institucionais, que mexeram com o mercado de mão de obra cativa e sinalizaram a necessidade de adaptação ao que estava por vir. Assim, a discussão sobre implantação e organização do trabalho livre tornou-se um tema recorrentemente debatido na Imprensa como um todo e o jornal local não se eximiu do debate.

A pauta política era dominada pela *questão servil* e ficava em torno de quem deveria “substituir” o trabalhador escravo: o imigrante? – europeu ou asiático? – os próprios nacionais? – estariam estes preparados? Enfim, diversas alternativas eram discutidas nas páginas do periódico e muitas delas reverberavam propostas parlamentares oriundas da Corte ou das Províncias.

O posicionamento d'*O Guaripocaba* sobre a questão vincula-se ao modo como a *lavoura* era vista por ele. Um editorial publicado em 6 de julho de 1879 registrava que: – “A lavoura é e foi sempre uma das profissões (sic) mais consideradas em todos os tempos e em todos os países. A antiga mitologia consagrou-lhe deuses protetores, tal era a importância que inspirava, Vertumno, Ceres e Pomona eram padroeiros da agricultura,

e todos os anos os Gregos e Romanos celebravam festas esplêndidas em honra desses deuses, que representavam a abundância e o bem-estar. Era mesmo crença entre aqueles antigos povos que a arte de cultivar os campos fora primeiramente ensinada em Lácio por um deus destronado do céu por seus filhos – Saturno.”⁹²

O longo histórico que se segue ao trecho transcrito destaca a importância da prática agrícola para o avanço da civilização. Implicitamente, parece afirmar que sem tal prática ainda viveríamos na barbárie, já que, assim como o homem primitivo, “as raças nômades da África e os índios selvagens da América” não a conheciam. O desenvolvimento econômico das principais nações do mundo estaria amparado na *lavoura*. Mesmo a Inglaterra, onde o setor agrícola exercia um papel secundário em relação à indústria e ao comércio, era dependente do suprimento de outras nações para sustentar suas fábricas.

Face à importância desse setor econômico para a sustentação dos governos, entendia o Jornal que estes deviam ser, por sua parte, solícitos em promover o desenvolvimento e bem-estar social. Entretanto, embora a atividade agrícola fosse apresentada como a “melhor escora dos Estados”, inclusive para os administradores que dependiam de seus impostos e até de seus braços para a defesa da pátria, parecia estar esquecida pelos governantes.

Essa afirmação dá o tom político dos editoriais do *Guaripocaba*, chamando a atenção das autoridades para o momento grave pelo qual passava a *lavoura*, ou seja, o da transição para o trabalho livre. Medidas eficazes deveriam ser tomadas para resolver problemas relacionados à falta de capitais e de braços. O descaso dos legisladores levaria à “ruína da lavoura [que] importará a ruína da nação.” Era mister a agricultura ir

⁹² O *Guaripocaba* – Editorial – 06/07/1879.

adotando medidas preventivas e preparando os meios de trabalho através do braço livre.⁹³

O Jornal advertia que a tendência natural era a de que o número de escravos fosse gradativamente diminuindo em função de motivos variados: tais como as alforrias pelo Fundo de Emancipação – criado com a Lei do Ventre Livre em 1871 –, assim como as “manumissões espontâneas e a morte inevitável.”

No tocante à solução do problema, lembra Ana Lúcia Duarte Lanna que havia “dois projetos políticos claramente distintos no final dos anos 70”: um era favorável à imigração e sua execução, que ocorreu principalmente em São Paulo, significou já no momento mencionado, “a vitória do Oeste Paulista”, enfraquecendo a unidade entre as províncias.

Outro projeto, divisado na Lei de 1871, tinha como perspectiva uma libertação lenta e gradual, que “objetivava a incorporação do escravo no mundo do trabalho livre”, mas foi abandonado, devido à dificuldade na época, de submeter os cativos.⁹⁴

A perspectiva do término da escravidão, no entanto, foi continuamente ventilada pelo *Guaripocaba*: em julho de 1879⁹⁵, chama ele a atenção dos senhores locais para a lei do Ventre Livre, que estava prestes a completar 8 anos de existência, após os quais os proprietários deveriam optar entre ficar com o ingênuo⁹⁶ ou desistir de seu direito sobre o mesmo e receber a indenização de seiscentos mil réis (600\$000). Para o Jornal, era indubitável que a primeira opção seria mais vantajosa para os senhores, pois teriam

⁹³ *O Guaripocaba* – Editorial – 06/07/1879.

⁹⁴ Cf. LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira – 1870-1920*. Campinas: IFCH/Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1985, p. 6-7, 48-49, 140.

⁹⁵ *O Guaripocaba* – Editorial – 27/07/1879.

⁹⁶ Assim eram chamados os filhos de escravos nascidos após a Lei de 1871.

um rendimento superior à indenização prometida pelo governo imperial, que pagaria “em títulos de renda com juro anual de 6%”, extinguíveis após trinta anos.^{97/98} Quanto aos ingênuos, poderiam ser educados na própria fazenda, “de modo a serem, mais tarde, empregados nos misteres da lavoura, ramo para o qual devemos convergir sempre nas vistas, [e essa] é uma razão ponderosa para aconselharmos a opção pelos serviços até 21 anos. [...] Os ingênuos educados debaixo do regime agrícola não abraçarão, por certo, outra carreira e serão para o futuro, excelentes braços com que pode a lavoura contar para o seu desenvolvimento.”⁹⁹

É sob essa perspectiva que *O Guaripocaba* critica propostas de mudanças institucionais com vistas a apressar o fim da escravidão, pois achava-as desnecessárias e prejudiciais aos interesses dos fazendeiros. O regime servil já estava com os dias contados e sua extinção deveria ocorrer de modo lento e gradual.

O tráfico interno, incrementado após a Lei de 1850, vinha crescentemente diminuindo e não supria a demanda, já que a lavoura cafeeira estava em expansão, especialmente no território paulista.

Quanto à imigração,

⁹⁷ Sobre detalhes a respeito do Lei do Ventre Livre, QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. (Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda). Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, INL, 1977, p. 62. Ver também SILVA, Jacinto. *No tempo da escravidão*. Op. cit. MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

⁹⁸ No arquivo do Judiciário de Bragança Paulista foi encontrado apenas um registro relacionado à desistência de serviços de ingênuos. Nele, seu proprietário – Antonio José de Oliveira – apresenta três documentos que comprovavam “ser senhor e possuidor de uma escrava de nome Antonia e dos serviços da filha desta, a ingênua Verônica” que já havia completado oito anos. Assim, “usando do direito que lhe concede o artigo 1, § 1 da Lei 2040 de 1871, declara optar pela indenização mencionada nesse artigo, desistindo do direito dos serviços dessa ingênua, protestando o suplicante por essa indenização.” CDAPH/USF – Protesto para indenização (traslado). Ingênua: Verônica, pertencente ao protestante Antonio Jose de Oliveira, 1881, caixa 93, pasta 08.

⁹⁹ *O Guaripocaba* – Editorial – 27/07/1879.

[...] tem custado rios de dinheiro com mui diminuto proveito para a lavoura do país.

Os estrangeiros sujeitam-se no seu país a todas as condições impostas pelos agentes de emigração, para terem passagem à custa dos cofres brasileiros; uma vez, porém chegados aos duros trabalhos da lavoura, e muitos, sob qualquer pretexto, se esquivam aos compromissos contraídos, e não raras vezes se evadem, por lhes parecer que de outras profissões tirarão melhor vantagem com menos trabalho.

[Por outro lado] os protestos e reclamações que surgem a cada passo dos centros coloniais, cujo eco repercute-se inevitavelmente pelos países estrangeiros, não deixam de abalar os ânimos e prejudicar a corrente da emigração espontânea, que foi, é e será sempre a mais eficaz e vantajosa para o país; [...]¹⁰⁰

A imigração espontânea era a preferível “não só por não ser onerosa ao Estado, como porque os que se aventuram a procurar voluntariamente o Brasil o fazem com disposição de arrostar os mais duros trabalhos, na mira de obter fortuna”. Já os trabalhadores brasileiros “têm fama de indolentes e preguiçosos, [mas] podem tornar-se o melhor e mais proveitoso elemento para substituição do braço escravo; corrigindo-se os defeitos da educação e obrigando-os ao trabalho com providências aplicadas com prudência e moderação.”¹⁰¹

A partir daí, o Jornal empenha-se continuamente em tratar da mão de obra nacional. A fama de sua indolência decorria da prática costumeira dos lavradores cederem “gratuitamente terras para o pobre trabalhar e levantar uma tosca choupana”¹⁰², não percebendo, no dizer do periódico, o alcance do mal que faziam a si e ao próprio agregado. Tais práticas, além de tornarem o trabalhador “um concorrente ao extermínio” das ma-

¹⁰⁰ *O Guaripocaba* – Editorial – 27/01/1878.

¹⁰¹ *Idem.*

¹⁰² *Idem.*

tas, contribuía para reforçar a indolência desses brasileiros que, depois de satisfazerem suas primeiras necessidades, consumiam “o tempo em pagodes, na caça e tocando viola”.

Quando o camarada era *engajado*¹⁰³, ficava ainda pior, pois seria “semelhante ao escravo”, embora não se pudesse sorrir-lo:– “Sujeitos a onerosíssimas condições, devendo quantias enormes, quase sempre insolúveis, vencendo salários insignificantes, começam, em linguagem vulgar, a cavortear, e o patrão ou há de sofrê-los ou perder a dívida, que afinal é o que quase sempre acontece”. Mas, “quando todos os lavradores despedirem de suas terras os agregados; quando se acabar com a lei dos contratos por adiantamento; quando o jornaleiro trabalhar para receber o salário no fim do dia ou da semana, os lavradores serão mais bem servidos e diminuirão as dificuldades para se obter o trabalho livre, tão cheio, atualmente, de peripécias e riscos”. Termina o artigo, dizendo:– “não somos infensos a emigração estrangeira ao contrário; mas entendemos que em primeiro lugar se devem aproveitar os recursos nacionais”.¹⁰⁴

A dificuldade em ajustar o trabalhador nacional às necessidades da *lavoura* estaria também nas baixas práticas culturais das camadas subalternas: incompatíveis com os anseios da classe senhorial. Talvez por isso, *O Guaripocaba* defendesse, amiúde, a difusão da instrução pública por todas as camadas sociais, como se verá mais à frente.

Emília Viotti da Costa se refere à questão registrando o seguinte sobre esse trabalhador:–

[...] vivia na periferia dos latifúndios, em pequenas propriedades, dedicando-se à economia de subsistência e só esporadicamente se dispunha a trabalhar

¹⁰³ Contratado.

¹⁰⁴ *O Guaripocaba* – Editorial – 27/01/1878.

nas fazendas, onde, em troca do usufruto da terra, desempenhavam algumas tarefas que os proprietários não consideravam adequadas a seus escravos, por exemplo, as derrubadas de matas, que, por oferecerem risco de vida, eram em geral entregues aos trabalhadores livres.¹⁰⁵

Mas é preciso lembrar que o ambiente institucional ainda dominado pelo escravismo dificultava a arregimentação de trabalhadores livres, que não aceitavam as formas repressivas próprias do cativeiro.

Os estudiosos do período sempre aludem à questão, como a já citada Emilia Viotti e também Ana Lúcia Duarte Lanna, segundo a qual,

[...] O homem livre não aceita sua equalização ao escravo e vê no trabalho regular da fazenda a realização desta redução ao ser escravo. O proprietário estigmatiza o homem livre, marginal às relações centrais da sociedade, como arreado, preguiçoso e indolente. Entretanto, como diz Antônio Cândido, “o desamor ao trabalho estava ligado à desnecessidade de trabalhar condicionada pela falta de estímulos prementes à técnica sumária e em muitos casos, a espoliação eventual da terra obtida por posse ou concessão”. Esta pecha de ocioso e vagabundo que se estenderá ao liberto será peça fundamental na argumentação repressiva que visará disciplinar este trabalhador.¹⁰⁶ ”

Mesmo depois de promulgada em 1879 a Lei de Locação de Serviços, que buscava regulamentar a questão,¹⁰⁷ os abusos contra trabalhadores parecem não ter diminuí-

¹⁰⁵ COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição* – 9.^a ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010b, p. 34.

¹⁰⁶ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira – 1870-1920*. *Op. cit.*, p. 55-56.

¹⁰⁷ A Lei de Locação de Serviços, promulgada em 1879, tinha como foco principal regulamentar os “contratos efetivados especificamente na agricultura, com trabalhadores nacionais, libertos e estrangeiros, nas mais distintas condições dos sistemas de parceria agrícola e pecuária e locação de serviços.” Essa lei estipulava as punições aos camaradas de contrato que não cumprissem suas obrigações, inclusive com prisões. Isso dava aos fazendeiros garantias legais para forçar os trabalhadores “engajados” a cumprir o que determinavam os contratos. Confira LAMONIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papirus, 1988.

do. Veja-se o caso da liberta Alexandra que, de acordo com o noticiário do *Guaripocaba*:

[...] foi presa e arrastada ontem no Lava-pés por ordem do Delegado. Consta que ontem mesmo a levaram para um fazendeiro para o fim de porem uma = “*bunda nova*” =. Não admira que isso aconteça!!, porque nesta santa terra tem fazendeiros que munidos de capangas vão, dão assalto em casas particulares e levam o *bicho*, como dizem, amarradinho na chinha do matungo e passam pelo meio desta cidade (o *bicho* que eles dizem é camarada de contrato...). [...].¹⁰⁸

Outro exemplo foi o da prisão também violenta e arbitrária do jornaleiro João de Sousa Moraes, morador no bairro das Araras, condenado a 10 dias de cadeia por “infração de contrato”. Isso bastou para que sua casa fosse invadida e ele “preso e algemado como um cão ou um grande criminoso, sem que oferecesse a menor resistência.” Tudo se dera quando,

[...] Sentindo o paciente rumor perto da casa, e que alguém lhe matava o cão que dormia fora acorrentado, abriu o pequeno postigo do tugúrio para ver o que era. Foi quando mãos possantes o seguraram enquanto outros forçavam a porta e penetravam no domicílio, onde logo foi preso e algemado. Quando ele disse que lhe não fizessem mal, que se entregava à prisão, alguém disse: *Não, tú é garôa mêmo*; e fez a cousa com toda a ostentação de força. Isto deu-se pouco depois da meia noite, e só mais tarde, quando o *bicho* estava bem seguro, é que o oficial de justiça leu o mandado. [...].¹⁰⁹

O Guaripocaba destaca que o jornaleiro não era foragido e nem se ausentara do bairro. “Muito pobre, andava trabalhando para ganhar uns cobres a fim de se poder ali-

¹⁰⁸ *O Guaripocaba* – Com vistas do Dr. Juiz de Direito – 31/01/1886; ver também: *O Guaripocaba* – Prisão Illegal – 31/01/1886.

¹⁰⁹ *O Guaripocaba* – Arbitrariedade – 05/12/1886.

mentar na cadeia.” Ou seja, sabia que deveria cumprir a pena. Contudo, não respeitaram nem sua esposa, nem os filhos, ainda crianças. Continua o Jornal:–

[...] O que fizeram ainda os homens, depois de *embirado o tutú*, deitaram-se uns na cama, enquanto outros passaram à noite perto de um fogo ateadado com palhas arrancadas à coberta da casa. [...] ¹¹⁰

E a escolta, formada por praças acompanhadas pelo oficial de justiça, foi dirigida pelo patrão do jornaleiro, Joaquim José de Godoy.

Pode-se citar ainda mais um caso, dessa vez registrado em inquérito policial, ocorrido em 1879, quando Francisco Antonio de Oliveira, camarada de Beraldo Leme de Moraes, não pôde “ir ao serviço por se achar incomodado”, tanto que não tinha nem conseguido almoçar. O patrão não aceitou a justificativa e lhe ordenou que fosse ao trabalho e assim, mesmo indisposto, Francisco acatou as ordens, mas, antes, decidiu passar em sua casa para pegar uma enxada e “procurar um pedaço de fumo para levar no serviço”. Nesse momento, chegou o patrão montado à cavalo gritando: “o que é que faz aqui que até agora ainda [não] foi para o serviço?” Nessa hora, a mulher de Francisco respondeu: – “como queria que meu marido fosse ao serviço, pois estava muito doente e nem tinha almoçado por essa razão? ” A réplica foi uma saraivada de impropérios dirigidos à mulher, que ainda foi ameaçada com o chicote e mais:

[...]Apeando-se então Beraldo e perseguindo a ofendida até a casinha aí deu-lhe um esbarro atirando-a contra uma parede e começou a dar-lhe com um chicote que trazia, e estando aí Joana de tal mulher de Miguel de tal, esta agarrou Beraldo e pediu-lhe que não desse mais, e este fazendo caso do pedido continuou a dar, aí o pai dela informante, marido da ofendida [Francisco], pediu a Beraldo que não continuasse a dar em sua mulher, porque ela se

¹¹⁰ *O Guaripocaba* – Arbitrariedade – 05/12/1886.

achava grávida e podia perigar, então Beraldo largou da ofendida, e montando a cavalo seguiu para esta cidade.¹¹¹

Casos como os da liberta Alexandra,¹¹² do jornaleiro João e do camarada Francisco apontam a conflituosa relação naquela época entre os fazendeiros e seus trabalhadores livres ou libertos, contando os primeiros com a cumplicidade de funcionários policiais. No entendimento do *Guaripocaba*, a única autoridade competente para obrigar os engajados remissos ao cumprimento do dever era o juiz de paz e não o delegado, como ocorrera com a liberta Alexandra.¹¹³

Entre os estudiosos, a antropóloga Verena Stolcke destaca que:—

[...] para o trabalho livre ser comparativamente tão lucrativo quanto o trabalho escravo – o ponto de referência é o trabalho escravo – os fazendeiros recorreram às formas de coerção inaceitáveis pelos trabalhadores livres, que reagiam rebelando-se contra elas. [...] Ao empregarem a coerção ao invés de incentivos econômicos, eles acabaram por inviabilizar o sistema de trabalho que eles próprios haviam adotado para substituir os escravos.¹¹⁴

O ambiente institucional era, pois, desfavorável tanto aos trabalhadores quanto aos patrões, importando repetir que o fato decorria da falta de garantias ao cumprimento dos acordos e também de práticas oportunistas de ambos os lados.

Daí a necessidade urgente de se encontrar alternativas viáveis à *questão servil*.

As propostas do *Guaripocaba* não destoavam das reivindicações dos representantes da *lavoura*, como se depreende de artigo publicado na coluna *Questões Sociais*,

¹¹¹ CDAPH/USF – Inquérito policial – Réu: Beraldo Leme de Moraes, caixa 89, pasta 14, 1879.

¹¹² Para mais informação sobre esse caso, veja: SILVA, Jacinto. *No tempo da escravidão*. *Op. cit.* p. 157.

¹¹³ *O Guaripocaba* – Prisão Ilegal – 31/01/1886.

¹¹⁴ STOLKE, Verena e HALL, Michel M. *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo*. Revista Brasileira de História, n. 6, 1984, p. 118-119.

intitulado *Institutos Agrícolas*, cujo autor usava o pseudônimo de *Josephus*¹¹⁵. Nele há uma explanação inicial sobre a situação do mercado de mão de obra daquele momento, na qual se enfatiza a necessidade da organização do trabalho livre, pois o elemento servil tendia a desaparecer:– “urge que tomemos medidas para que essa evolução social se realize sem graves perturbações nos centros produtores. Cumpre que saíamos do letargo, em que temos vivido e, pela fecundadora iniciativa particular, envidemos todos os esforços no sentido de substituir o braço escravo pelo livre”. O governo imperial era duramente criticado pelo descaso com que tratava as questões de interesse da *lavoura*. Embora tivesse se reunido com os fazendeiros no Congresso Agrícola daquele ano (1878), “mais se discutiu política do que questões econômicas”. Enfim, o campo se sentia desamparado pela classe política e repetia para seus componentes:– se “quer remediar os males presentes e conjurar os futuros, ponha mão à obra com a firme resolução de contar só consigo.” Ou seja, do governo, não se devia esperar nada.

Cabe aqui abrir um parêntese para destacar com José Murilo de Carvalho que o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro citado no texto acima e promovido em 1878 pelo então presidente do Conselho dos Ministros e Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Visconde de Sinimbu, foi a primeira oportunidade na história do país em que os proprietários puderam falar aberta e diretamente ao governo. Com a inevitável extinção a médio prazo do elemento servil, definida pela lei de 1871, as discussões do Congresso ficaram em torno de alternativas que pudessem resolver a questão da “falta de braços”. O tema privilegiado foi o trabalhador livre mediante duas alternativas – a imigração estrangeira (europeia e asiática) e o trabalhador nacional:– “Grandes debates travavam-se em torno dessas alternativas

¹¹⁵ *O Guaripocaba* – Questões Sociais – Institutos Agrícolas – 26/10/1878.

sem que se chegasse a um consenso, nem dentro do governo, nem entre os próprios fazendeiros”.¹¹⁶

No artigo de Josephus, referido na página anterior, após demonstrar todo o descontentamento para com o Governo, o autor apresenta algumas propostas que poderiam contribuir para aquele *desideratum*, ou seja, a organização do trabalho livre. Entre elas, a criação de escolas ou institutos agrícolas.

[Neles] se formarão trabalhadores moralizados e aptos para todos os misteres de nossa lavoura.

É preciso, pois, que criemos em todos os municípios institutos que tenham por fim a educação dos órfãos e desvalidos e a sua preparação para os trabalhos agrícolas.¹¹⁷

Aparentemente, a sugestão, era novidade, pois até ali, a formação da escravaria predominante nas fazendas de café ocorria no convívio com outros companheiros de senzala. Recorria-se ao uso de instrumentos de castigo físico para corrigir comportamentos indesejados, mas também a prêmios e recompensas de modo a incentivar condutas mais adequadas em relação aos objetivos senhoriais. Havia quem obtivesse tarefas menos árduas ou até exercesse o comando sobre outros companheiros, à semelhança dos feitores nas fazendas.

Mas, desaparecendo a escravidão, essas práticas não mais seriam aceitas pelos trabalhadores livres.

Sobre essa questão, recorda Célia Azevedo, surgiram duas propostas debatidas em 1880 na Assembleia Provincial, relacionadas à educação profissional e ética do me-

¹¹⁶ Para maiores informações veja: *Congresso Agrícola, Rio de Janeiro, 1878*. Anais. Introdução e Notas de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa. (Ed. fac-similar)

¹¹⁷ *O Guaripocaba – Questões Sociais – Institutos Agrícolas – 26/10/1878*.

nor pobre, bastante numeroso na época. Uma delas propunha organizar uma companhia agrícola que empregaria a força de trabalho dos “meninos órfãos, nacionais e estrangeiros, maiores de doze anos que trabalhariam em troca de abrigo e, no futuro, estariam preparados para desempenhar bem o papel de ‘cidadãos úteis à sociedade’”.

Com finalidade semelhante, outro projeto, o do deputado Paula Souza, também pretendia internar “meninos desvalidos” em núcleos agrícolas.

Segundo a autora, a intenção desses projetos era “transformar uma multidão de pobres em uma fileira de proletários ordeiros e dóceis,”¹¹⁸ mas certo é que podem ser inseridos no ideário emancipacionista de então, segundo o qual, o trabalhador nacional deveria “substituir” o elemento servil.

Criar instituições como aquela acima citada parece ter sido uma ideia recorrente na época. Os Institutos Agrícolas defendidos por *Josephus* também teriam como modelo colônias orfanológicas bem-sucedidas e se adequariam às exigências de cada localidade. Esperava-se contar para essa “obra de regeneração social” com o empenho dos proprietários – os maiores interessados –, já que isso lhes proporcionaria “excelentes trabalhadores”, “bem-educados e moralizados”, que atuariam nas fazendas e se afastariam da ociosidade.

O recrutamento seria feito nas próprias localidades pelos juízes de órfãos e estes, encaminhados a esses núcleos, onde se instruiriam.

Embora o texto se refira aos “órfãos e desvalidos”, sem especificar, não é difícil imaginar que entre eles estariam milhares de ex-escravos quando se desse o fim do cativo: uma preocupação recorrente quanto aos rumos que tomariam, e que estaria, tal-

¹¹⁸ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o Negro no Imaginário das Elites – Século XIX*. 3a Edição. São Paulo: Annablume, 2004, p. 114-115.

vez, embutida no texto. As elites temiam que os libertos se recusassem ao trabalho nas fazendas e caíssem na criminalidade.

Os Institutos Agrícolas também incutiriam os valores da moral cristã, além dos conhecimentos práticos de agricultura por meio do contato com os “instrumentos aratórios” que os progressos da época preconizavam “como os mais aperfeiçoados.” Assim, sua implantação traria maior tranquilidade à transição para o trabalho livre.¹¹⁹

Desse modo, apelava-se ainda para a religião, que teria um papel importante, pois baseava-se nos “deveres para com Deus, para com a sociedade e para conosco, [...] ela é o fundamento de nossas virtudes privadas e sociais.”

Passado quase um ano, em agosto de 1879, o cenário não parecia ter sofrido mudança significativa: o campo continuava a padecer dos mesmos males e a ser desprezado pelos governos. Um artigo de autoria desconhecida¹²⁰, mas que falava como representante da *lavoura*, ou seja, dos lavradores, afirmava que os próprios fazendeiros não compreendiam serem eles também emancipados, ou seja, a *lavoura* poderia caminhar com suas próprias pernas, sem depender do governo. Assim, defendia a criação de associações:– “outr’ora pupilos, acostumamo-nos, de bom grado, a ter um patrono, e obedientes, aceitamos o seu *sim* e o seu *não*.” Para se emancipar, os lavradores deveriam criar um “espírito de classe a – associação”, onde todos os seus representantes, tanto da pequena quanto da grande lavoura, reunir-se-iam para tratar dos interesses próprios.¹²¹

¹¹⁹ *O Guaripocaba* – Questões Sociais – Institutos Agrícolas – 26/10/1878.

¹²⁰ Não se pode afirmar com certeza, mas é possível que o texto seja de autoria de Satiro Zotico, pois recorre-se a mesma epígrafe já discutida em um artigo citado no capítulo 1 – *Gutta cavat lapidem, non vice, sed semper cadendo*.

¹²¹ *O Guaripocaba* – Colaboração – A Lavoura – 31/08/1879.

[...] O que hoje se discutir na sala de escola deve amanhã ser posto em prática em nossas lavouras, em associação fazemos o perfil e a sós devemos executá-lo. Se hoje errarmos, amanhã conhecendo o erro nos emendaremos.

Em alguns pontos de nossa província já existem associações agrícolas, ignoramos, porém, seu resultado. A associação deve ter vida própria; deve deixar de lado os editais, os pedidos inúteis; a experiência tem mostrado que do alto nada vem: o plano da associação deve ser – **a substituição do braço escravo pelo livre** - nada mais, deixemos o supérfluo e apanhemos o útil. [...]¹²²

O texto em questão, reconhecia – talvez erroneamente – que os lavradores não tardariam a tocar “a mão calosa do escravo” e diriam: “sois nosso concidadão, d’ora em diante trabalharemos ombro a ombro para o engrandecimento de nossa pátria.” Daí a urgência da organização do trabalho livre e as críticas ao governo, cujos membros se reuniam, discutiam, faziam conferências, concebiam mil planos, mas não os efetivavam.

Contudo, é possível que tais críticas atingissem também o *Club da Lavoura de Bragança*, assim, faz-se necessário abrir um parêntese para tecer alguns comentários sobre ele. Havia sido fundado um ano antes por importantes fazendeiros locais, como o coronel Luiz Manoel da Silva Leme, coronel Francisco Emílio da Silva Leme, Firmino Joaquim de Lima, Antonio Félix de Araújo Cintra, Felipe Rodrigues de Siqueira, Jacintho Osório de Lócio e Silva, major José Alves Cardoso.¹²³ Sobre o funcionamento dessa associação não há muitas informações, mas segundo o artigo 1º de seus estatutos tinha como objetivo promover a agricultura no município “por todos os meios ao seu alcance”.

¹²² *O Guaripocaba* – Colaboração – A Lavoura – 31/08/1879. Grifos nossos.

¹²³ *Correio Paulistano* – 02/05/1878 – Edição 06441 http://memoria.bn.br/docreader/090972_03/9365, consultado em 18/04/2019. *Correio Paulistano* – 20/06/1878 – Edição 06482 http://memoria.bn.br/docreader/090972_03/9524, consultado em 18/04/2019.

Rezava o artigo 2º:– Para mais facilmente chegar a seus fins tratará – §1º. “De remediar a falta de braços para a agricultura; §2º. De introduzir no município máquina de reconhecida utilidade; §3º. De promover exposições agrícolas para melhor classificar e fazer conhecidas as diversas produções da lavoura, excitando assim e com prêmio a emulação dos produtores, §4º. De fazer assinar jornais ou revistas sobre agricultura ou materiais conexos a ela. §5º. De facilitar a aquisição de sementes de toda espécie, ou máquinas, ou pessoal idôneo para os diversos misteres agrícolas.” §6º. Estudar também as “questões de crédito e as das relações dos proprietários agricultores com seus operários. §7º. Igualmente estudará as questões de jurisprudência e polícia agrícolas, resolvendo-as por modo compatível com seus fins.”

No artigo 16º, o *Club* afirmava que se associaria ou se entenderia “com os *Clubes de Lavoura*, já organizados na Província e outros que se organizarem, a bem dos fins da organização.”¹²⁴

A Associação tinha, pois, como finalidade, o melhoramento da atividade agrícola no município de Bragança, desde a busca de alternativas à falta de braços, à facilitação de compra de sementes e máquinas, à pesquisa por busca de crédito e promoção de exposições agrícolas: questões que, na visão de representantes da *lavoura*, eram negligenciadas pelo Governo.

Fechando o parêntese, embora os objetivos do *Club* propusessem atacar as demandas mais prementes dos fazendeiros locais, não foi possível saber o que conseguiu ou não. Contudo, a negativa é mais provável devido às queixas do autor do artigo em nome da *Lavoura*.

¹²⁴ *O Guaripocaba – Projeto de Estatutos do Club de Lavoura de Bragança* – 02/06/1878.

Retomando as ideias expostas por *Josephus*, representante da *lavoura*, nas quais defendia que os lavradores se unissem em torno de uma associação para tratar de seus interesses, especialmente a “substituição do trabalho escravo pelo livre”, afirmava ele que todos deveriam se adaptar a tal cenário, pois “o homem livre não se sujeita a certas regras seguidas por lavradores ignorantes” (...):– “infelizmente ainda herdamos de nossos maiores certa rotina” que torna nossa pátria “odiada pela culta Europa. O lavrador sem instrução, sem moral, sem humanidade, entende que o escravo é uma máquina tocada por bacalhau”, e “o escravo desanimado e sem forças foge, e o lavrador não só perde os dias da ausência, como faz grandes despesas para capturá-lo”; e quando o fugitivo “volta para seu senhorio”, aí reencontra os “castigos imoderados até que um dia, lembrando-se do direito natural *seva te ipsum*¹²⁵, e para não morrer – mata.”¹²⁶

Mais uma vez, a persistência dos velhos hábitos e costumes – as instituições informais – causava dificuldades na arregimentação de trabalhadores livres para a *lavoura*, uma vez que “já houve quem quisesse em nosso município, pôr na fileira dos escravos alguns colonos italianos, para conjuntamente serem contados toda manhã antes de começarem o serviço; porém qual foi o resultado? Esses europeus deixaram no mesmo dia o grosseiro patrão e algures tomaram serviço”.¹²⁷

O articulista da *lavoura* propunha exaltado:–

[...] Rasguemos esses papéis de contrato, verdadeira ladroeira, e tanto o nacional como o estrangeiro acudirá as nossas necessidades. Acabemos com esses contratos sobre mil pés de café que dão ao proprietário a empreitada formada, *grátis*, no fim de quatro anos, e ainda com direito de pôr na cadeia

¹²⁵ Salva-te a si mesmo, princípio da própria conservação.

¹²⁶ *O Guaripocaba* – Colaboração – A Lavoura – 31/08/1879.

¹²⁷ *Idem*. Grifos nossos.

ao pobre empreiteiro só porque não pôde prevenir a morte de um ou outro pé. [...] ¹²⁸

A busca por uma solução viável para a falta de braços se prolongaria durante quase todos os anos 80. Em 1884 foi aprovada pela Assembleia Provincial a concessão de auxílio à vinda de imigrantes europeus. A partir dali, o imigrantismo tomou impulso e outras propostas foram sendo abandonadas, inclusive aquela referente ao aproveitamento dos nacionais.

Além dos europeus, buscou-se também os chineses, chamados de *chins* ou *coolies*. Segundo Emília Viotti da Costa, a ideia da colonização chinesa foi defendida por fazendeiros durante o já referido Congresso Agrícola de 1878. Todavia, recebeu muitas críticas em grande parte movidas pelo preconceito contra os asiáticos. O conhecido congressista Cristiano Otoni, chegou a caracterizá-los “como fracos, indolentes por natureza, narcotizados física e moralmente pelo ópio, alquebrados pela depravação dos costumes e pelos maus hábitos que adquiriam desde o berço.” ¹²⁹

Repetindo o que se propagava então, *O Guaripocaba* considerava a colonização chinesa um absurdo. O problema estaria em seus defeitos morais: “realmente sendo os *chins* homens indolentes, sem brio, sem ambição e conseqüentemente sem estímulo, não podem oferecer vantagens pelo reconhecido princípio: quem é imprestável para si, não pode ser útil a outrem.” ¹³⁰ Carregados “de vícios” e imorais, trazê-los como colonos seria pior que a escravidão africana:– “os cativos sabem trabalhar, conhecem a linguagem, temem de algum modo a senhoria, e, sobretudo, são religiosos. Todos estes predica-

¹²⁸ *O Guaripocaba* – Colaboração – A Lavoura – 31/08/1879.

¹²⁹ Cf. COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição* – 9.ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010b, p. 70; veja também LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira – 1870-1920. Op. cit.*, p. 74.

¹³⁰ *O Guaripocaba* – Colonização (Editorial) – A Lavoura – 13/11/1879.

faltam inteiramente aos *chins*; de modo que os fazendeiros, q'por desgraça chegarem a contratá-los, ver-se-ão obrigados, com preterição dos próprios afazeres, a ensinar aos chineses – e por muitos anos – o modo de comer, trabalhar, falar, etc. Haverá dinheiro que pague tão insano trabalho e incômodo? Haverá quem se sujeite a encargo semelhante?”¹³¹

Embora não pronunciada, a questão econômica também se impunha: os fazendeiros teriam de assumir custos adicionais elevados para ajudar esses imigrantes a conviver em um novo ambiente institucional, muito adverso à sua formação de origem.

Como era lembrado, as circunstâncias seriam completamente diferentes com os africanos e seus descendentes, que em obra de séculos, já haviam assimilado a rotina do campo e os costumes locais.

Na verdade, o conceito de civilização predominante na época era aquele surgido na França iluminista do século XVIII para o qual: “*ser civilizado* era ser bom, urbano, culto e educado”. A civilização era uma característica cultural e também moral, contraposta “à ideia de *barbárie*, de violência, de selvageria,”¹³² e vinha de longe a hegemonia europeia em relação a ela, relacionada que era aos conhecidos acontecimentos surgidos após o feudalismo.

Embora tenham surgido várias experiências no Brasil, o êxito da imigração vinda da Europa só se cristalizou quando o café do Oeste Paulista começou a crescer intensamente e o tráfico interprovincial declinou, surgindo a percepção de que o cativo iria acabar com o tempo.

¹³¹ *Idem*.

¹³² SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3ª.Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

Tendo em vista os textos transcritos nestas páginas, é compreensível o posicionamento d’*O Guaripocaba*, para quem, o único trabalhador conveniente para o Brasil seria o europeu, mas, como entre estes, “colonos bem péssimos”, viessem, o problema estava na forma como eram recrutados. Representantes do governo ou enviados *ad hoc* não tinham informações suficientes para melhor escolhê-los e com isso, “malandros, vadios e gente de toda espécie aproveita[vam] o ensejo de viajar e tentar fortuna em terra estranha”. Os recrutadores pouco se importavam com “bons ou maus hábitos, tendências ou aptidões”. Mandavam então “às mais das vezes a mais ínfima relé.”¹³³

O melhor seria o governo não se envolver, reservando a questão à iniciativa particular:—

[...] Se queremos uma colonização vantajosa, útil, proveitosa, própria para salvar a lavoura, recorramos à iniciativa particular. Aí está a verdadeira ancora de salvamento.

Bragança que dê o primeiro exemplo n’essa gloriosa tarefa. Os fazendeiros calculam mais ou menos, conforme suas necessidades, o número de colonos de que carecem e encarreguem uma pessoa competente e habilitada a conhecer as várias localidades da Europa onde se pode encontrar pessoal apto para a lavoura, robusto e laborioso, o verdadeiro camponês, em fim. [...] ¹³⁴

O periódico bragantino preocupava-se com a imigração, mas era contrário às propostas que tentavam dificultar o tráfico interprovincial de escravos para o Centro-Sul desde que o mesmo começou a se intensificar. Refutou, pois, a iniciativa de São Paulo em 1878 que taxava em um conto de réis – 1:000\$000 – cada cativo averbado na Província, o que, na prática, inviabilizaria a continuidade do referido tráfico.

¹³³ *O Guaripocaba* – Colonização (Editorial) – A Lavoura – 13/11/1879.

¹³⁴ *Idem*.

A medida tentava “evitar maiores prejuízos à lavoura quando o último golpe extinguir o elemento servil, cancro esse que mais cedo ou mais tarde será extirpado”, mas seria nociva à agricultura antes de se “promover em grande escala, a emigração”,¹³⁵ levando ao “aniquilamento da lavoura nascente” e ao “definhamento das rendas do Estado”.

Daí, a advertência do Jornal:– “o município de Bragança, cuja plantação nova de café é 10 vezes maior que a produtora, conforme já dissemos anteriormente, participará dos maus efeitos d’essa lei e não tardarão os lavradores a abandonar o campo de suas esperanças com o receio de não poderem acudir ao grande aumento de serviço com os braços que atualmente possuem.”¹³⁶

Os agricultores não deveriam ser “curatelados” pelo governo, pois “sabem todos q’ a escravidão tende a extinguir-se – compre escravos quem quiser.”

A Lei foi vetada pelo Executivo, mas ao ser rediscutida poucos anos depois, teve em 1881 a aprovação de uma taxa de dois contos de réis para transferências de escravos vindos de outras províncias, o equivalente ao preço de um escravo em plena capacidade produtiva. Curiosamente, o *Clube da Lavoura* de Campinas mudaria de posição, afirmando que tal medida estimularia o movimento imigrante.¹³⁷

Na ocasião, os deputados paulistas justificaram a medida, dizendo que: 1) os efeitos da Lei do Ventre Livre estariam tornando impossível o controle disciplinar sobre os cativos, pois estes sabiam que o regime se extinguiria; 2) o “crescente medo dos es-

¹³⁵ *O Guaripocaba* – Editorial – 31/03/1878.

¹³⁶ *Idem*.

¹³⁷ Ver COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia* – 5.ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010, p. 250-251. Cf. também LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *Da escravidão ao trabalho livre, 1550-1900*. São Paulo: Cia das Letras, 2014, p.175.

cravos e de possíveis rebeliões”; 3) o temor de que “ocorresse no Brasil uma guerra civil do tipo americana, com o norte impondo ao sul uma abolição forçada e sem indenização.”¹³⁸

Realmente, o aumento da tensão entre senhores e escravos, materializada no crescimento do número de assassinatos de senhores e feitores no período, faria *O Guaripocaba* dizer que o tema *elemento servil* estava exigindo do governo, “não maior aceitação, mas um retoque no código penal, para que um castigo mais racional ponha os escravos criminosos sob pressão, que os não desafie jamais a buscarem um alívio por meio do crime.”¹³⁹

Havia na época um consenso, segundo o qual, os crimes contra senhores e feitores eram motivados pela branda punição que os criminosos recebiam. Vale lembrar que tais crimes se enquadravam na Lei de 10 de Junho de 1835 e deveriam ser punidos com a pena de morte, mas, apesar de não ter sido revogada, ela deixou de ser aplicada e as penas passaram a ser comutadas pelo imperador em galés, considerada uma punição mais leve.¹⁴⁰

Os textos d’*O Guaripocaba* espelham, pois, os desdobramentos das mudanças institucionais e revelam o quão afetadas iam ficando as relações econômicas, sociais e políticas. Atos de rebeldia¹⁴¹ no interior das senzalas cada vez mais frequentes provocavam o enfraquecimento dos mecanismos de coerção, responsáveis pelo cumprimento efetivo das normas que crescentemente perdiam sua legitimidade. Discussões constan-

¹³⁸ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. Op. cit.*, p. 98-99.

¹³⁹ *O Guaripocaba* – Editorial – 09/11/1878.

¹⁴⁰ Cf. PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

¹⁴¹ Veja MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico. Op. cit.*

tes na Imprensa, no Parlamento, nas reuniões públicas sobre a introdução do braço livre, fazendeiros atemorizados, governantes preocupados, enfim, toda essa atmosfera tornava o mercado de trabalho escravo um investimento de alto risco.

Em 1887, o periódico publica na seção *Questões Sociais*, dois artigos apresentando ideias bastante avançadas. Neles, o autor comenta o assassinato de um feitor por dois escravos da fazenda de Antonio Salgado Cesar, localizada em São José dos Campos, na qual a vítima, com cerca de 40 anos, foi executada a golpes de enxadas no crânio. Surpreendentemente, contrariando os “homens mais sisudos” da sociedade, favoráveis à condenação, o proprietário libertou-os, para isso, contribuindo, segundo o articulista, o empenho do “lúcido talento do promotor, enriquecido de acurado estudo, e os brios dum moço que ainda se abriga[va] sob as velhas arcadas do convento de São Francisco”, o acadêmico Francisco Camaroni.

Para justificar sua posição também favorável à libertação dos ditos escravos, o autor do artigo relembra a atuação de Pombal, ministro que expulsou do Brasil os jesuítas e libertou os índios:— “gritos, imprecações, surgiam, mas, impassível, austero, inquebrantável, Marquês de Pombal não se deixou levar pela opinião pública, de ordinário, apaixonada, inconsciente. Não era um homem, era um leão que bramava indômito, furioso.” Assim, “falto o Brasil de braços que pudessem dar-lhe impulso”, estabeleceu-se “uma corrente imigratória das terras de África para o Brasil. Estava sanada a falta. [...] Não havia por aqueles tempos outro caminho que não este.”¹⁴²

O colaborador da Folha recorre a Pombal para lembrar, talvez, à sociedade oitocentista a necessidade de firmeza em relação à *questão servil*: se abolisse o cativeiro a medida estimularia imediatamente o mercado de trabalho livre. A exemplo do ministro

¹⁴² *O Guaripocaba* – Questões Sociais – Crime em S. José dos Campos – 13/02/1887.

português, os brasileiros deveriam ser pragmáticos e agir sem paixões, mesmo que ações semelhantes contrariassem os interesses senhoriais.

Embora o artigo em pauta não fosse de autoria dos redatores do *Guaripocaba*, foi publicado em primeira página, no mesmo espaço destinado aos editoriais, fazendo supor que o Jornal admitia as ideias expendidas e se utilizava de um artifício sutil para manifestar sua concordância sobre a *questão servil* sem se indispor com a elite local.

Cerca de vinte dias depois, em 3 de março de 1887, surge a continuação do artigo mencionado acima, também ocupando a primeira página, mas ao lado do editorial. Desta vez, o autor, Francisco Raphael, dá início ao texto com uma afirmação bem reveladora do tom que seguiria na sequência:– “ficou provado historicamente, cientificamente que a escravidão era uma instituição útil. A legislação dos povos não é formada *ad libitum*, mas o legislador há de se influenciar nos princípios da justiça, da equidade e da utilidade ou necessidade. A legislação positiva não é senão um conjunto sistemático de preceitos que existem gravados numa face impessoal da razão, mas que ao passarem do direito subjetivo para o objetivo, vão se transformando, se adequando às circunstâncias do tempo, do espaço, do solo, das influências mesológicas enfim.”¹⁴³

Voltando ao crime cometido pelos dois escravos, é dito:–

Desçamos do terreno abstrato em que íamos para o concreto.

A pena deve ser muito outra, muito [mais] moderada que a nossa.

Não deve, à guisa de muitos dessa idade, votar ódio cruento àqueles escravos que preferiram ao ar oxigenado das montanhas, às sombras profundas das matas, a solidão do cárcere com toda sua hediondez.”¹⁴⁴

¹⁴³ *O Guaripocaba* – Questões Sociais – Crime em S. José dos Campos – 03/03/1887.

¹⁴⁴ *O Guaripocaba* – Questões Sociais – Crime em S. José dos Campos –03/03/1887.

Para o autor, por se encontrarem em condições desiguais, livres e escravos não podiam ser julgados da mesma forma perante os tribunais. Demonstrava assim, ser justificável atitudes de rebeldia de escravos, dada a violência a que se sujeitavam no cativeiro, entendimento que parece convergir com o do abolicionista Luiz Gama, segundo quem “todo escravo que mata o senhor, o mata em legítima defesa.”¹⁴⁵

Os dois artigos não defendem a alteração da legislação existente e sim novas interpretações para ela. São um indicativo do processo de mudança institucional em curso que acontece de modo incremental, ou seja, as instituições se aperfeiçoam gradualmente e não de forma radical.¹⁴⁶

Apesar da escravidão ainda contar com legislação a ampará-la legalmente, passaria a ser contestada nos tribunais e ante a opinião pública, em grau crescente, impelindo o aparecimento de um quadro institucional mais ajustado à nova visão de mundo divisada naquele momento.

É importante frisar ainda uma vez que *O Guaripocaba* defendia a extinção gradual do regime de trabalho vigente que afrontava a civilização e o progresso, mas nenhuma nova alteração institucional seria necessária para apressar o seu fim. Uma questão de tempo apenas: as leis emancipacionistas em curso, bastariam para efetivá-lo.

Em setembro de 1885, quando já se dava como certa a aprovação do projeto que resultaria na Lei dos Sexagenários, *O Guaripocaba* publica:—

[...]Atenta a efervescência abolicionista, que se manifestava em clube, em reuniões, em conferências na imprensa, pregando a rebeldia e a indisciplina

¹⁴⁵ COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição* – 9.^a ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010b, p. 98.

¹⁴⁶ Para Douglas North, “traços culturais têm uma tenaz capacidade de sobrevivência e [...] a maioria das mudanças culturais se dá por incrementos.” NORTH, Douglass. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*. *Op. cit.* p. 84.

dos escravos, ameaçando a sorte da lavoura e das indústrias pela desorganização do trabalho, os poderes do estado não podiam continuar indiferentes e de braços cruzados ante a onda crescente: era necessário dar um passo, tomar um expediente, adotar quaisquer providências que acalmassem os ânimos e oferecessem garantias de paz e estabilidade. [...] ¹⁴⁷

Realista, o Jornal justificava sua posição: o cativo não combinava com os progressos da civilização, mas os senhores da época não poderiam ser culpados pelos “erros do passado” e, portanto, seus direitos de propriedade deveriam ser preservados.

Referindo-se aos que na época continuavam escravistas, a socióloga Angela Alonso afirma que, embora não defendessem a instituição em si, a conjuntura tornava-a justificável e necessária, o que ela denomina de *escravismo de circunstância*. Diferentemente dos Estados Unidos, o nosso escravismo teria sido enrustido:– “em vez de escravistas de princípio, com legitimação enfática, tivemos escravistas *de circunstâncias*: compelidos pela conjuntura a justificar a situação escravista, sem defender a instituição em si, que, reconheciam, civilização e moral condenavam naquela altura do século. [...] Mas seria forçoso mantê-la, dadas as circunstâncias – a imperiosa economia.” ¹⁴⁸

Tal conceito – *escravismo de circunstância* – não parece ser muito preciso, pois acaba confundindo escravistas “enrustidos” e defensores do emancipacionismo, como *O Guaripocaba*, que, embora fossem contrários à continuidade da escravidão, defendiam o gradualismo, de modo a não afetar a grande lavoura, sustentáculo dos cofres públicos. Sobre a Lei do Ventre Livre, o Jornal a via como uma medida prudente que possibilitava à sociedade ir se preparando para o fim do escravismo e, por isso também, defendia a implementação de medidas educacionais voltadas para todas as camadas sociais.

¹⁴⁷ *O Guaripocaba* – Elemento Servil (Editorial) – 24/09/1885.

¹⁴⁸ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-1878)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 59-61.

O assunto leva a pensar na questão da imprevisibilidade ou não das instituições e lembra Max Weber em seu *paradoxo das consequências*, segundo o qual as ações dos indivíduos, como a criação da Lei do Ventre Livre, por exemplo, geram efeitos imprevisíveis e até indesejáveis em relação às intenções originais. Por mais que os parlamentares representantes da *lavoura* tentassem manter o controle da situação através de regulamentações legislativas, as instituições em surgimento ganhavam vida própria e incentivaram as mudanças que ocorriam no mercado de trabalho.

Leva ainda a uma metáfora de Douglass North para explicar a dinâmica social. As instituições seriam *as regras do jogo* que teriam o papel de restringir ou incentivar as relações sociais e econômicas,¹⁴⁹ ou seja, “definem a forma como *o jogo* se desenvolverá.”¹⁵⁰¹⁵¹ Desse modo, qualquer mudança nessas *regras* obriga as *equipes* e *jogadores* a buscar novas formas de “disputar o *jogo*”. No caso do Brasil oitocentista, as reformas institucionais em andamento no mercado de trabalho obrigaram senhores e escravos (os jogadores) a se adaptar às novas circunstâncias. Outros entrariam em cena, tais como os trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros.

O cenário ainda era nebuloso na década de 80, pois as regras não estavam bem definidas devido ao confuso ambiente institucional que mesclava duas realidades opostas: uma baseada no trabalho escravo (em dissolução) e outra no trabalho livre e assalariado (ainda em construção). Ante tal cenário, em que cativos ansiavam pela liberdade e trabalhadores livres reagiam às imposições senhoriais consideradas injustas, os atores

¹⁴⁹ NORTH, Douglass C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. *Op. cit.*, p. 88.

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 15.

¹⁵¹ Para North, “as organizações representam os jogadores (equipes) que incluem “corpos políticos (partidos políticos, o senado, uma agência reguladora), corpos econômicos (empresas, sindicatos, cooperativas, casas familiares), corpos sociais (igrejas, clubes, associações desportivas) e órgãos educativos (escolas, universidades, centros vocacionais).” Cf. AGUILAR FILHO, Hélio Afonso de. *O Institucionalismo de Douglass North e as interpretações weberianas do atraso brasileiro*. *Op. cit.*, p. 95-96.

políticos e econômicos se mostravam temerosos em tomar uma decisão que pusesse fim àquele drama, dadas as incertezas próprias de uma mudança institucional de grande porte.

O 13 de Maio comprova essas observações: uma Lei concisa, sem nenhuma regra de transição que preparasse os atingidos para o novo ambiente institucional surgido.

Capítulo 3

EDUCAÇÃO: A SOLUÇÃO D'O GUARIPOCABA PARA OS PROBLEMAS PÓS-ABOLIÇÃO

As organizações e seus empreendedores empenham-se em atividades com determinados fins e, nesse papel, são os agentes da mudança institucional e condicionam seu rumo.

Douglass North

3.1. Os agentes da educação

3.1.1. A instrução pública

Desde que surgiu, *O Guaripocaba* buscou trabalhar pela “difusão da instrução por todas as camadas sociais.”¹⁵²

O cenário não era muito animador, sobretudo quanto à leitura. *O – Século XIX –* um jornal pioneiro na imprensa bragantina, sucumbiu às adversidades e encerrou suas atividades apenas dois anos após a inauguração.

De acordo com as queixas do próprio *Guaripocaba*, o baixo número de leitores no município era um grande empecilho ao desenvolvimento da imprensa local:– “em lugares onde não há assaz dilatado círculo dos que amam a leitura, o jornal encontra sempre apoio serôdio quando não é negativo”.¹⁵³

Próximo ao seu primeiro aniversário, o panorama a respeito era desolador. Bragança possuía 15 mil habitantes aproximadamente e 150 deles assinavam o Jornal, isto

¹⁵² Editorial – *O Guaripocaba* – 30/07/1877.

¹⁵³ Editorial – *O Guaripocaba* – 03/03/1878.

é, um por cento apenas. Mesmo considerando somente a área urbana, com 1800 moradores, 90 eram assinantes, ou seja, 5 por cento dos cidadãos.¹⁵⁴

O cenário pode ter se alterado ao longo dos anos em que o Jornal esteve ativo, mas acredita-se que a mudança não tenha sido muito significativa, pois o panorama era semelhante em outras regiões, com baixo índice de alfabetização entre a população de todo o Império. Segundo dados coletados por Maria Cristina Cortez Wissenbach, o Censo de 1872 apontava apenas 15,7% de alfabetizados na população brasileira.¹⁵⁵

Certamente, tais fatos contribuíam para que as atividades relacionadas ao mercado literário, do qual a Imprensa fazia parte, vivessem um ambiente de constante incerteza. *O Guaripocaba* estaria “como todos os contingentes, sujeito às leis inevitáveis do aniquilamento.” A “maioria do povo olha para um periódico como para um traste dispensável e monótono, verdadeiro objeto de luxo, cujas vantagens não correspondem ao tempo que se gasta em lê-lo, e ao custo da assinatura que se reputa um verdadeiro desperdício.”¹⁵⁶ Mas, “não quer isso dizer que não haja em Bragança quem leia jornais; ao contrário, há muito quem ame as letras e preste culto à ciência”.¹⁵⁷

Abrindo um parêntese para lembrar Douglass North, "o que devemos entender, é que as instituições são um produto da maneira como vemos o mundo, a maneira como

¹⁵⁴ Editorial – *O Guaripocaba* – 03/03/1878.

¹⁵⁵ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Letramento e escolas.” In: SCHWARCZ, Lília Moritz e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 292-297.

¹⁵⁶ Editorial – *O Guaripocaba* – 03/03/1878.

¹⁵⁷ *Idem*.

vemos os problemas e, portanto, a maneira pela qual visualizamos as soluções para esses problemas”.¹⁵⁸

Nesse sentido, *O Guaripocaba* percebia a urgência de se criar instituições que promovessem a instrução pública. Não somente as escolas: outras instituições poderiam contribuir para a ampliação do conhecimento, mas a instrução escolar deveria ser a prioridade absoluta entre as preocupações do país.

Tal pensamento era convergente com o de um colaborador anônimo que em texto publicado no *Guaripocaba*, advertia ser necessário para se preparar a futura mão de obra livre, “aperfeiçoar as artes, cultivar as ciências, popularizar a instrução com o que ainda [dizia] conseguiremos também a prosperidade da lavoura; porque com tais predicados o homem torna-se trabalhador e cumpridor de seus deveres. O dia de amanhã depende de hoje, a jornada é longa, preparemo-nos.”¹⁵⁹

3.1.2. Instrução Escolar

A proliferação de escolas era, como se sabe, extremamente importante para a difusão da instrução e, por isso, o clamor por sua difusão, era comum entre os ilustrados. O *Club Literário Bragantino*, do qual *O Guaripocaba* se originou, associação que promovia a difusão da leitura em Bragança, chegou a estabelecer uma escola noturna, destinada a adultos. Houve concorrência de muitos alunos “procurando na aprendizagem da leitura, os meios mais necessários para cumprirem seus deveres na sociedade”; algo difícil de se alcançar nas escolas públicas que funcionavam somente durante o dia,

¹⁵⁸ NORTH, 1998, p. 4 apud MACAGNAN, C. B. “Teoría institucional: escrito teórico sobre los protagonistas de la escuela institucionalista de economía.” In: BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS, v. 10, n. 2, p. 130-141, 2013.

¹⁵⁹ *O Guaripocaba* – Colaboração – A Lavoura – 31/08/1879.

quando os adultos estavam “no exercício de suas profissões, com cujo modesto produto, vivem e sustentam suas famílias.”¹⁶⁰

Contudo, as atividades dessa escola não foram adiante, pois apesar da necessidade, o então presidente da Província não autorizou uma subvenção que lhe garantiria a permanência.

Como nota o professor Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, iniciativas voltadas à educação de adultos no Brasil do século XIX, como a citada no parágrafo anterior, devem-se ao Decreto 7.031 de 6 de setembro de 1878, que criava os “cursos noturnos”. E, no ano seguinte, houve uma alteração institucional importante: a Reforma do Ensino Primário e Secundário proposta por Leôncio de Carvalho que, além de instituir a obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos, também,

[...] eliminava a proibição de escravos frequentarem as escolas públicas. Há registros de que em algumas províncias os escravos não só eram incentivados a frequentar aulas noturnas como de fato as frequentavam. Os cursos poderiam ser criados ou por decisão dos poderes públicos ou por particulares, incluindo associação e/ou entidades literárias e políticas.¹⁶¹

Para Noemi Santos da Silva, pesquisadora do assunto na então Província do Paraná, os esforços de ampliação da alfabetização foram uma tendência nacional após a Reforma Eleitoral de 1881 instituir o letramento como requisito importante para o indivíduo tornar-se eleitor e, conseqüentemente, um cidadão.¹⁶²

¹⁶⁰ Cf. Bragança – *Correio Paulistano* – 22/12/1874 – Edição 05476 (1)
http://memoria.bn.br/docreader/090972_03/5557 [acessado em 04/10/2019]

¹⁶¹ Cf. GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. “Negros e Educação no Brasil” In: FARIA FILHO, Luciano Mendes, LOPES, Eliane Marta Teixeira e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (2ª. edição). p.325-345.

¹⁶² SILVA, Noemi Santos da. “Um passo para a liberdade: experiências de instrução de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial (1871-1888).” In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Moreira

Como se vê, a proposta de criação de uma escola noturna em Bragança está inserida no contexto da época, quando surgem iniciativas como as aqui transcritas, que visavam o desenvolvimento da instrução pública. Contudo, não era uma experiência universal, já que em províncias como a do Rio Grande do Sul, por exemplo, havia estabelecimentos que impediam a matrícula não só de escravos, como de negros livres e libertos.¹⁶³

Em São Paulo, segundo a pesquisadora Surya Pombo de Barros, somente as escolas noturnas, destinadas aos adultos, estariam franqueadas aos cativos, “caso seus senhores o permitissem”, pois, a legislação provincial proibiu a matrícula deles em escolas públicas até o final do regime escravista.¹⁶⁴ Vale dizer que na época, cabia a cada província organizar sua instrução pública.

Ao que parece, a existência do *Club Literário Bragantino*, suscitou o estabelecimento de outra importante associação: o *Club Literário dos Escravos*. Segundo os poucos registros existentes, o *Club Literário dos Escravos* se localizava num casebre à Rua Santa Clara, área urbana de Bragança. Lá teria funcionado uma escola noturna cujo principal objetivo era o desenvolvimento intelectual dos sócios por meio da leitura. Comportava 40 alunos escravos, alfabetizados à luz de lampião pelo professor Adelino de Campos que prestava seus serviços voluntariamente¹⁶⁵ e em 1882, ministrava “pri-

de; GOMES, Flavio dos Santos (orgs:). *Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2017, p. 121-138.

¹⁶³ Cf. GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. “Negros e Educação no Brasil”. *Op. Cit.* p.325-345.

¹⁶⁴ BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. “Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX.” In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, 2016.

¹⁶⁵ Para mais informações sobre o *Club dos Escravos*, confira: SILVA, Jacinto. *No tempo da escravidão*. *Op. cit.*

meiras letras, português e aritmética”. Oportunamente, lecionaria francês e geografia.¹⁶⁶ Contudo, o propósito de alfabetizar os sócios cativos, “encarado como coisa do outro mundo, foi posto em dúvida pelos jornais da época e ridicularizado pelos escravocratas de então”.¹⁶⁷

É provável que houvesse uma proximidade entre o jornal local e os republicanos na defesa da instrução pública no país, pois esse professor ocupava o cargo de 1º secretário do *Club Republicano* de Bragança. Em fevereiro de 1887, aparece ele numa reunião desse grupo político, juntamente com Nicolau Asprino e José Guilherme Christiano, redatores do *Guaripocaba*.¹⁶⁸

De acordo com os estatutos do *Club Literário dos Escravos*¹⁶⁹, a principal finalidade daquela associação era a instrução de seus membros “por todos os meios ao seu alcance”. Jornais enviados de várias partes do país eram utilizados ali para desenvolver a leitura. Uma circular redigida pelo letrado bragantino, o então acadêmico da Faculdade de direito de São Paulo, Waldomiro Guilherme¹⁷⁰, assinada também pelos escravos Thomaz Augusto (presidente) e João Avelino (secretário), foi enviada a vários órgãos de imprensa do país. Falando em nome dos cativos, a circular destacava os males sofridos por eles em decorrência da escravidão, quando, através do *Club*, poderiam se liber-

¹⁶⁶ APESP, Número de ordem C9873A, documento 10 – Transação do Club Literário dos escravos – 1882.

¹⁶⁷ MARTINS, Nelson Silveira e LAURITO, Domingos. *Bragança 1763-1942*. São Paulo: Editora M. Ponzini & Cia., 1943, p. 176-177.

¹⁶⁸ *O Guaripocaba – Club Republicano* – 03/02/1887.

¹⁶⁹ APESP, Número de ordem C9873A, documento 10 – Transação do Club Literário dos escravos – 1882.

¹⁷⁰ Em 1884, Waldomiro Guilherme viria a ser promotor público em Bragança. Assim como seu pai, José Guilherme Christiano, editor d’*O Guaripocaba*, também defendia a causa republicana. Em 1883, Waldomiro Guilherme formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo e, ainda no primeiro ano de Curso, participou do *Club Republicano Acadêmico*. Cf. ALMANACK de Bragança para 1900. *Op. cit.* p. 78-88.

tar dessa condição. Mediante “inauditos esforços empregados” nos estudos “nas horas de descanso”, tornavam-se merecedores dessa redenção:—

[...] Virá o dia em que o progresso, como o Jeová hebraico, fará a luz neste caos informe, onde não há moral nem direito. A instrução é um preventivo necessário para os males sociais, que podem resultar da emancipação. Por ela preparamo-nos para a liberdade. É por isso que ousamos nos dirigir aos amigos do progresso, da liberdade e da pátria, solicitando seu apoio para esta associação, enviando-lhe seu conceituado jornal. E desde já nos confessamos profundamente gratos.¹⁷¹

O texto da circular permite pensar que, para os letrados, os males sociais que poderiam advir com a emancipação seriam remediados através da instrução:— “o único meio possível” para o reerguimento moral e intelectual daqueles que foram “eliminados do seio da humanidade e equiparados aos mais ínfimos animais.”

O texto utiliza o termo “emancipação”, cujo conceito naquela época, possuía algum paralelo com aquele utilizado anteriormente para os “africanos livres” que, pela legislação de 1831, deveriam cumprir 14 anos de trabalho em repartições públicas ou privadas para serem considerados “emancipados”. Contudo, esse termo não significava liberdade plena, como fica claro em correspondência na década 50, de Antonio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté, então Ministro das Relações Exteriores, a Howard, enviado britânico que o questionara sobre a dita distinção. Como esclarece o Visconde, “estes africanos são assim equiparados aos menores, que por viverem sob tutela não se pode dizer que sejam escravos.” Emancipação não seria sinônimo de liberdade:— “significa apenas que os africanos, aliás livres,” poderiam “sair do poder daquele a

¹⁷¹ APESP, Número de ordem C9873A, documento 10 – Transação do Club Literário dos escravos – 1882.

quem tinham sido confiados” e somente teriam autonomia, se comprovassem boa conduta, residência fixa e emprego garantido.¹⁷²

Nos últimos anos da escravidão, acirrava-se o debate entre as elites sobre a opinião de que a escola seria um instrumento necessário para educar o povo em geral no uso de sua liberdade, pois, para as classes subalternas ela “tinha o significado de desprezo pelo trabalho”.¹⁷³

Conforme o pesquisador Marcos Vinícius Fonseca, a educação almejada naquele contexto histórico não trazia a ideia de ruptura, e sim, de adaptação aos novos tempos, quando os instrumentos de punição do período escravista deveriam dar lugar a outra forma de lidar com os trabalhadores livres. A fim de incentivar a permanência dos futuros libertos nas fazendas, exercendo as mesmas tarefas anteriores, o trabalho deveria ter uma imagem mais positiva.¹⁷⁴

Contudo, a tarefa não era fácil, pois como se sabe, o convívio com a escravidão durante séculos, impingiu ao trabalho uma visão muito negativa, especialmente em relação às tarefas braçais, permitindo a continuidade de um sistema preconceituoso:— “a educação foi valorizada como um instrumento capaz de construir o perfil ideal para os negros em uma sociedade livre, garantindo que estes continuariam nos postos mais baixos do processo produtivo e que não subverteriam a hierarquia racial construída ao lon-

¹⁷² Confira WILLIAMS, Daryle. “A Necessária distinção entre liberdade e emancipação’: Noções africana, inglesa e brasileira do que é ser emancipado”. In: LIMA, Ivana Stolze, GRIMBERG, Keila, REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Instituições nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

¹⁷³ SCHELBAUER, 1998, p. 38, apud BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. “A presença negra e escrava em escolas públicas de São Paulo (segunda metade do século XIX).” In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Moreira de; GOMES, Flavio dos Santos (orgs.). *Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2017, p. 146.

¹⁷⁴ Cf. FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista-SP: EdUSF, 2002.

go da escravidão, pois essa hierarquia era fundamental para um País que, apesar da diversidade racial de sua população, objetivava manter vivas suas origens europeias e retratando a si mesmo como uma nação cujo destino era edificar um futuro que deveria se assemelhar às nações do chamado Velho Continente.”¹⁷⁵

Muitas figuras ilustres de Bragança prestigiavam as sessões ordinárias do *Club Literário dos Escravos*, realizadas aos domingos nas “ave-marias”, como o próprio Waldomiro Guilherme e diversos outros nomes do *Club Republicano* local: Dr. José Hermenegildo Pereira Guimarães (vice-presidente), Antonio de Carvalho Macedo Junior (vice tesoureiro), Nicolau Asprino (conselho fiscal), José Guilherme Christiano (conselho fiscal), sendo os dois últimos também redatores do *Guaripocaba*. Além dos citados, outros membros do Jornal também compareciam às sessões, como o redator Joaquim Roberto de Carvalho Pinto e o gerente Manuel de Almeida Carneiro.¹⁷⁶

De acordo com os *Estatutos do Club*, seus membros cativos recebiam uma formação pedagógica importante, que não se restringia ao aprendizado da leitura. Eles próprios é que deveriam conduzir as atividades da Associação, tais como: registrar as ações e conferir o pagamento dos sócios efetivos, cuja mensalidade era de 500 reis; escolher a cada três meses por meio de votação os cargos de presidente, secretário e procurador, sendo que este último também fazia o papel de tesoureiro.

Cabia ao presidente “presidir as sessões, fazer observar os estatutos, convocar sessões extraordinárias”; o secretário fazia “toda a escrituração e tomar[ia] sob sua guarda os jornais, os livros e todos os pertences da sociedade”. Ao procurador caberia “arrecadar e guardar o dinheiro do *Club*, avisar [os associados] para as sessões ordiná-

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 59.

¹⁷⁶ Cf. ALMANACH Bragantino para 1914. *Op. cit.* p. 72-73. Ver também: *O Guaripocaba – Club Republicano* – 03/02/1887.

rias e extraordinárias”, que só se iniciariam com a “presença de 8 sócios pelo menos”. Qualquer deles poderia se pronunciar, tendo primeiramente de “obter a palavra do presidente e falar em pé, não podendo ninguém interrompê-lo com apartes prolongados ou por outro qualquer meio.”

Havia ainda algumas “disposições gerais” que determinavam punições ao “sócio que deixasse de proceder honestamente, como exigia o *Club*”: advertência por três vezes em sessão e eliminação se persistisse no malfeito.

Quanto aos que “deixavam de satisfazer suas mensalidades por seis meses, [seriam] mensalmente avisados pelo procurador”, mas o *Club* poderia dispensar o pagamento a todos os que provassem falta absoluta de meios.

Provavelmente, a cobrança das regras estabelecidas no *estatuto* era de fato cumprida pela diretoria da Associação, como se pode ver em um comunicado do próprio *Guaripocaba*, publicado em 10 de dezembro de 1882, sobre associados terem sido desligados do *Club*:— “Faço ciente aos sócios do Club dos Escravos, que em sessão de hoje do corrente foi expulso por seu mau procedimento o sócio José Francisco. Foram eliminados três sócios por serem remissos no pagamento de suas mensalidades.”

O fato dos cativos pagarem mensalidades não era algo incomum. As associações religiosas funcionavam de modo semelhante, haja vista os detalhes de suas receitas anuais publicadas no *Guaripocaba*. Em 01/04/1883, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, informava o pagamento de anuidades de vários cativos, entre os quais: Thomaz, Joana, Gertrudes e Ana, escravos de D. Christina \$960; Roque, escravo de F. A. T. T. Toledo, \$240; Vicente, escravo de J. J. do Amaral, \$240; José, Antonio e

Sebastião, escravos de F. H. T. \$720; Alexandre e Delfina, escravos de J. J. de A. \$480.¹⁷⁷

Do mesmo modo, o acesso a recursos para pagamento das referidas anuidades não era algo de se estranhar, pois ao escravo era permitido o acúmulo de pecúlio a partir da venda dos produtos cultivados em sua própria roça, ou também do trabalho em outras propriedades em dias de descanso,¹⁷⁸ com os quais, os cativos também poderiam iniciar uma ação de liberdade.

Em muitos casos, tais economias eram confiadas aos próprios senhores, como ocorreu com a escrava Custódia que tinha a importância de 169\$000 sob a guarda do Capitão Francisco de Assis Valle, seu proprietário.¹⁷⁹

Ao menos nas sessões do *Club Literário dos Escravos*, os sócios cativos tinham uma experiência de cidadania, já que ali podiam desenvolver várias habilidades relevantes para eles naquele momento e também futuramente.¹⁸⁰ É possível que em contato com as letras, membros do *Club* se inspirassem em ex-cativos como Luiz Gama, “vendido ainda criança da Bahia para São Paulo” e que “foi ensinado por estudantes e professores da Faculdade de Direito da cidade, seus patronos, tornando-se a partir daí escrivão da polícia, rábula, poeta e escritor.”¹⁸¹¹⁸²

¹⁷⁷ *O Guaripocaba* – Receitas da Irmandade de N. S. do Rosário – 01/04/1883.

¹⁷⁸ Essa prática costumeira vinha de longa data e passou a ser reconhecida também pelo Direito Positivo a partir da Lei 2040 de 1871 (Lei do Ventre Livre).

¹⁷⁹ CDAPH/USF – Inventário – Inventariado: Capitão Francisco de Assis Valle, 1877, caixa 87B, pasta 15, p. 108 v.

¹⁸⁰ Convém lembrar que a partir de 1881, a alfabetização era pré-condição para o exercício da cidadania, pois sem ela não se poderia ser eleitor e, por consequência, um cidadão com plenos direitos.

¹⁸¹ Cf. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Op. cit.* p. 292-297.

¹⁸² No ano seguinte à sua morte, o Club dos Escravos mandou rezar uma missa na igreja matriz da cidade em memória daquele “denotado abolicionista.” *O Guaripocaba* – *Luís Gama* – 15/04/1883.

Ante um quadro social impeditivo do acesso da maior parte da população ao letramento, Maria Cristina Wissenbach sugere que, para os cativos, o conhecimento da escrita tinha um valor simbólico ainda maior por conta da carta de alforria. Esta representava a “materialidade da liberdade”, principal objetivo da maioria escravizada:– “trata-se de comprovação que deveria acompanhar os libertos em sua vida diária e em suas andanças, até mesmo para protegê-los de serem confundidos pelas patrulhas policiais com escravos fugidos. Impregnada pelo teor mágico das palavras, a carta de alforria aproximava-se dos escapulários, dos amuletos e das bolsas de mandingas que os africanos e os afro-brasileiros traziam consigo, no interior dos quais guardavam tanto orações dedicadas a santos católicos quanto trechos de livros sagrados dos muçulmanos.”¹⁸³

A autora também considera a alfabetização um elemento de afirmação social para os escravos, já que implicava na “aquisição e o uso de um código até então prerrogativa e privilégio dos brancos.”

O modo como *O Guaripocaba* retratava o *Club dos Escravos* também devia ser forte incentivo àqueles cativos que participavam da Associação. Na solenidade em que a mesma comemorava seu 8º ano de fundação:– o “salão achava-se arranjado com gosto e bem iluminado”. Uma “banda de música tocava peças bem executadas” e o professor Adelino Campos abriu a sessão com um discurso. Na sequência, haveria dois oradores do *Club*:– Faustino de Paiva e Anastácio dos Santos, sendo o primeiro muito elogiado, pois “fez, com desembaraço um bom discurso” e Anastácio dos Santos, que “deixou de o fazer, pedindo desculpa pelo seu acanhamento”.

¹⁸³ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Cartas, procurações e patuás: os significados da escrita no mundo da escravidão.” In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Moreira de; GOMES, Flavio dos Santos (orgs:). *Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2017, p. 59-76.

Nessa ocasião, compareceram ainda outros oradores representando o *Club Ginástico* e foi vista ainda a banda de música *União Artística*. Por fim, José Guilherme Christiano, redator do *Guaripocaba*, fez um discurso “cujo final incitava os sócios a serem gratos a seus senhores por consentirem que eles se associassem para se tornarem dignos da futura condição que os aguarda”. Nesse momento, foi grandemente aplaudido.

No encerramento, os presentes foram convidados a “tomar cerveja, terminando esta bonita festa dos escravos com maior paz, delicadeza e harmonia.”

O texto do *Guaripocaba* assim termina:—

[...] E nós que com prazer a assistimos felicitamos nossa terra por essa sociedade que revela a existência entre nós de escravizados bem-intencionados e de senhores de bons sentimentos.

Convém notar que alguns dentre os sócios já merecem de seus senhores a liberdade sem ônus algum.¹⁸⁴

A solenidade exprime o comportamento ideal que a sociedade deveria ter, ao menos sob a visão de mundo do *Guaripocaba*: escravos bem-comportados, discursando de forma elogiável, tudo dentro da ordem estabelecida com “a maior paz, delicadeza e harmonia.”

Certamente, o evento objetivava apresentar ainda os bons resultados que o *Club Literário dos Escravos* vinha tendo na instrução dos cativos, sinalizando uma alternativa viável às incertezas com a emancipação divisada no horizonte. O fato de serem enviadas circulares país afora também pode ser visto como uma estratégia de divulgação desse modelo de instituição, capaz de ser replicado em outras localidades.

¹⁸⁴ *O Guaripocaba – Club dos Escravos – 19/05/1887.*

A essa altura, isto é, em 1887, o sistema escravista estava em plena queda de legitimidade, embora tentasse se manter a todo custo. Como lembra Angela Alonso no livro *Flores, votos e balas*, os abolicionistas passaram a incentivar a desobediência civil e os escravistas conservadores contra-atacavam, utilizando-se da repressão para coibir as manifestações pró-abolição. O nível de acirramento era tal que a autora chama o momento de fase das “balas”.¹⁸⁵

Em sua estratégia, *O Guaripocaba* tecia elogios aos senhores por consentirem que seus escravos participassem de uma Associação cuja finalidade era a instrução de seus membros.

A Associação servia a muitos propósitos: à Imprensa, que dependia da ampliação do número de leitores para garantir a própria existência; aos escravos, que, tendo acesso à cultura letrada, aproximavam-se da possibilidade de conquistar a própria liberdade e cidadania; aos senhores, porque os cativos ali mantinham a esperança de liberdade por meio do letramento e, assim, estariam menos propensos às fugas. Além de preservarem suas propriedades, os fazendeiros economizariam nos gastos com vigilância.

Relatos como a experiência do *Club Literário dos Escravos* são ainda raros na historiografia da educação brasileira, faltando pesquisas mais numerosas sobre iniciativas semelhantes. Contudo, atualmente os estudiosos vêm se apercebendo dessa ausência e, tentando sanar tal falta. O professor Celso de Rui Beisiegel, por exemplo, ao estudar a educação popular, encontrou citações a respeito de uma escola noturna em Paranaguá (PR), mantida por alguns escravos e dirigida pelo tipógrafo João Teodoro da Silva.¹⁸⁶ Também há a experiência singular do professor negro Pretextato dos Passos e Silva, que

¹⁸⁵ Cf. ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. *Op. cit.*

¹⁸⁶ Cf. BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e Educação Popular: um estudo sobre a educação de adultos*. São Paulo: Pioneira, 1974, p. 64.

manteve uma escola de Primeiras Letras no Rio de Janeiro destinada exclusivamente a meninos pretos e pardos.¹⁸⁷

Na cidade de São Paulo, a pesquisadora Renata Ribeiro Francisco encontrou evidências de que a maçonaria paulistana teria estimulado a implantação de estabelecimentos de instrução destinados ao público geral, incluindo escravos, conta que, em 1869 a Loja América mantinha uma escola na Rua 25 de Março voltada para crianças e adultos nos períodos diurno e noturno que, inclusive, contava com uma biblioteca. Abolicionistas ilustres como, Olympio da Paixão e Rui Barbosa foram professores ali.

Para ela, essa iniciativa:–

[...] dá a dimensão do alcance social do projeto criado pela [Loja] América, que atingia a todos os segmentos sociais, inclusive os cativos. A escola registrou a matrícula de 37 escravos, dos quais 35 eram adultos e dois eram crianças. [...] Nas aulas, além de ensinar-se a ler e a escrever, pregava-se a liberdade e a abolição do cativeiro.¹⁸⁸

E em 1880, Joaquim Nabuco apresentou um projeto de cunho emancipacionista no qual, estabelecia o ensino primário para os cativos “em todas as vilas e cidades”, com os proprietários sendo obrigados a enviar escravos, ingênuos e libertos para as escolas, a fim de adquirirem o conhecimento da leitura, da escrita e de “princípios de moralidade””.¹⁸⁹

¹⁸⁷ Cf. FERREIRA, Higor Figueira. *Em tintas negras: Educação, Ensino e a Trajetória de Pretextato dos Passos e Silva na Corte Imperial – Novas evidências*. Revista da ABPN, v.10, n. 25, mar – jun 2018, p. 26-42.

¹⁸⁸ FRANCISCO, Renata Ribeiro. *As sociedades antiescravistas na cidade de São Paulo (1850-1871)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2010, p. 38. Ver também: FRANCISCO, Renata Ribeiro. *A maçonaria e o processo de abolição em São Paulo*. Tese de Doutorado em História Social / FFLCH/USP, 2018, p. 131.

¹⁸⁹ Confira MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. “Abolição no Brasil: a construção da liberdade”. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 36, p. 83-104, dez. 2009, p. 91.

Luiz Alberto Gonçalves, já citado nestas páginas, reforça a informação de que tais projetos de educação eram:

[...] “encabeçados por abolicionistas, republicanos e, ainda, ferrenhos críticos da Igreja católica e defensores da instrução para o povo”. [Além de disseminar ideias abolicionistas, objetivavam] “incutir preceitos de moralidade e civilidade”, algo que se acreditava não existir nos africanos e seus descendentes.¹⁹⁰

Esse autor constata o que já foi mencionado anteriormente: o avanço de ideias progressistas na educação, mas de limitado alcance devido ao preconceito. Como também nota Maria Cristina Cortez Wissenbach, embora houvesse matrículas de não brancos,

[...] as posições em relação à educação das crianças negras eram ambíguas, e permaneceram assim por muito tempo: por vezes a instrução foi vista como estratégia para educar e civilizar os jovens egressos do mundo da escravidão; outras vezes sua presença nos bancos escolares foi considerada com aversão, pois eles poderiam se tornar parcerias perniciosas e contaminar com seus vícios os alunos brancos. [...] ¹⁹¹

O preconceito era patente e não se dissolvia com rapidez, a despeito das iniciativas aqui relatadas.

No Paraná, também ocorreu a presença de escravizados em escolas. Noemi Santos da Silva encontrou no relatório oficial de 1882 a presença de cativos matriculados em aulas noturnas. Tal documento destacava as figuras do então presidente da Província Carlos de Carvalho e do diretor geral de instrução pública, Moisés Marcondes, o qual, em sua gestão, estimulava a abertura de escolas para adultos. Quando discursava, dizia

¹⁹⁰ Cf. GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. “Negros e Educação no Brasil”. *Op. Cit.* p.325-345.

¹⁹¹ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. “Letramento e escolas”. *Op. cit.* p. 292-297.

que a instrução era “portadora de um potencial transformador, em especial quando direcionada à classe escrava por ‘capacitá-la’ para a liberdade.”¹⁹²

De acordo com a pesquisadora citada, para celebrar o final do ano letivo escolar, eram realizadas dezenas de comemorações na capital da província, com desfiles e premiações dos alunos com melhor desempenho nos exames de conclusão. Em 1882:—

[...] o evento contou com a participação do presidente da província, entre outras autoridades do governo e elites que ali se reuniram para prestigiar as apresentações. O fato inusitado do evento se deu na premiação inédita de um aluno escravo com medalha de prata, pelo desempenho exemplar na escola noturna¹⁹³. Raphael era o nome do homenageado e enquanto se preparava para o recebimento do prêmio, os presentes na cerimônia passaram a doar quantias destinada à compra de sua liberdade.¹⁹⁴

O jornal *A Província do Paraná* chegou a noticiar esse acontecimento que culminou com a libertação do cativo: “sentiram os circunstantes que não mais devia Raphael sair escravo do lugar onde recebera tão honrosas distinções”,¹⁹⁵ pois ao dominar os saberes da leitura e da escrita merecia a liberdade.

Conclui a autora sobre o que pesquisara:—

[...] o acesso ao ensino básico, para além da alfabetização, poderia ser interpretado como um sinônimo de distinção, capital simbólico que ajudava esses sujeitos a aproximarem-se da condição de liberdade.¹⁹⁶

¹⁹² SILVA, Noemi Santos da. “Um passo para a liberdade: experiências de instrução de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial (1871-1888).” *Op. Cit.* p. 121-138.

¹⁹³ A autora não menciona o nome da escola noturna onde Raphael estava matriculado.

¹⁹⁴ SILVA, Noemi Santos da. “Um passo para a liberdade: experiências de instrução de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial (1871-1888).” *Op. Cit.* p. 121-138.

¹⁹⁵ *Ibidem.*

¹⁹⁶ *Ibidem.*

Reconhecia-se, portanto, que a escravidão, enquanto instituição, causara um mal enorme aos cativos: não os preparara para o mundo dos homens livres, o que gerava temores em relação ao futuro, pois não se sabia como iriam se comportar num ambiente distinto daquele a que estavam acostumados. Daí, ser compreensível que as classes dominantes recorressem à educação como forma de corrigir comportamentos indesejáveis aprendidos no cativeiro, tornando o futuro um pouco mais previsível e menos sombrio do que se apresentava às vésperas da abolição.

Embora a origem de tal estratégia estivesse vinculada sobretudo aos temores da classe dominante, o fato é que com ela se criou um novo mecanismo de escape do cativeiro.

Em Bragança, a ideia de desenvolver a leitura e maiores conhecimentos entre as camadas menos privilegiadas não se resumiu à experiência do *Club Literário dos Escravos* e em várias ocasiões *O Guaripocaba* retomou o tema. Defendia a instrução pública para todas as camadas sociais, devendo a mesma contar com três elementos: escolas, jornais e livros. Secundavam-na muitos letrados da época, segundo os quais o nível moral dos povos se elevaria com o avanço da civilização, pois:– “todos os homens de vistas adiantadas reconhecem que o futuro das nações depende do desenvolvimento popular, que só a instrução pode operar.”¹⁹⁷

O periódico apoiou a reforma eleitoral de 1880, que retirava o direito de voto dos analfabetos,¹⁹⁸ “a mais elevada prerrogativa” de que o cidadão podia gozar, dando-

¹⁹⁷ *O Guaripocaba* – Editorial – 07/03/1880.

¹⁹⁸ De acordo com a professora Jaci Maria Ferraz de Menezes, “em 1882 é estabelecida a eleição direta, mas a exigência do saber ler e escrever para a qualificação do eleitor exclui da cidadania ativa grandes massas da população brasileira. O Número de eleitores diminui drasticamente: de 1.800.000 pessoas (eleitorado primário na eleição indireta) para 400.000 eleitores diretos, deixando de votar os pobres e analfabetos”. MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. “Abolição no Brasil: a construção da liberdade”. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 36, p. 83-104, dez. 2009, nota 37.

lhe a condição de “intervir na gestão dos negócios”. Os legisladores deveriam promover “por meio de leis sábias e providentes, a difusão da instrução em larga escala, para que esse direito não fique limitado a diminuto número de cidadãos privilegiados.”¹⁹⁹

Na percepção da Folha bragantina, em geral, as cidades dispunham de “escolas primárias e estabelecimentos de instrução”, mas não fora delas e em bairros afastados, onde a maioria da população se dedicava à lavoura. Nessas regiões, não havia escolas nem mestres, e a maior parte dos pais não possuía os recursos necessários para mandar seus filhos a colégios ou escolas distantes.²⁰⁰ Era para estes – moradores da área rural dedicados à lavoura – que os legisladores deveriam se voltar.

Naquele momento, havia alguns projetos relativos à instrução pública tramitando na Assembleia Provincial e *O Guaripocaba* aproveitou para debatê-los e apresentar sugestões, pois “a imprensa deve emitir sua opinião sobre todas as questões que entendem com o progresso e melhoramentos do país”.²⁰¹

Como lembra Heloisa Villela, após o Ato Adicional de 1834, coube às províncias a organização dos sistemas de ensino e da formação dos professores. A partir daí, houve uma “sequência de atos de criação dessas escolas em vários pontos do país: Província de Minas Gerais (1835), Rio de Janeiro (1835), Bahia (1836), São Paulo (1846), dentre os primeiros.”²⁰²

¹⁹⁹ *O Guaripocaba* – Editorial – 07/03/1880.

²⁰⁰ *Idem*.

²⁰¹ *O Guaripocaba* – Editorial – 07/03/1880.

²⁰² Cf. VILLELA, Heloisa de O. S. “O mestre-escola e a professora” In: FARIA FILHO, Luciano Mendes, LOPES, Eliane Marta Teixeira e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil. Op. cit.* p. 95-134. Veja também: BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. “Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX.” In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, 2016.

Na Província Paulista, a última regulamentação que vigia naquele momento quanto à Instrução Provincial como um todo, seria a do Barão de Itaúna, de 1869. Em editorial de 18/01/1885, *O Guaripocaba* se referia ao “velho regulamento” como sendo “manco e defeituosíssimo”.²⁰³ Em seu entendimento, a Escola Normal, instituição de formação dos professores, deveria ser reorganizada pois por meio dela é que os mestres teriam as “necessárias habilitações para o magistério.” Os requisitos na seleção dos mesmos deveriam adequar-se à localização da escola; os professores das vilas e cidades precisariam “passar por provas mais rigorosas, não só porque são melhor remunerados e por isso mais pretendidas tais cadeiras, como porque precisam ter as necessárias habilitações para preparar alunos para estudos superiores.”²⁰⁴

A referência à remuneração dos mestres, decorria do fato de que realmente nos estabelecimentos das capelas e bairros, “a dificuldade e as despesas” afugentavam aqueles pretendentes às cadeiras²⁰⁵ de primeiras letras, pois “os que conseguem habilitar-se preferem as de cidades e vilas, onde a sociabilidade proporciona maior soma de gozos e a vida tem mais atrativos. Nos lugares onde há menos civilização, e onde os alunos apenas aspiram a saber ler, escrever e quando muito, aprender as quatro operações, o professor que sabe português, caligrafia, aritmética, elementos de moral e civilidade, está habilitado a reger uma cadeira.”²⁰⁶

²⁰³ Esse Regulamento de Instrução Provincial foi publicado no *Diário de S. Paulo* entre os dias 22 e 28/04/1869.

Cf. <http://memoria.bn.br/DocReader/709557/4212>, <http://memoria.bn.br/docreader/709557/4216>, <http://memoria.bn.br/docreader/709557/4220>, <http://memoria.bn.br/docreader/709557/4224>, <http://memoria.bn.br/docreader/709557/4228>, <http://memoria.bn.br/docreader/709557/4232>, <http://memoria.bn.br/docreader/709557/4236>, [acessados em 03/10/2019].

²⁰⁴ *O Guaripocaba* – Editorial – 07/03/1880.

²⁰⁵ Cargo ou função de professor de determinada disciplina numa instituição de ensino.

²⁰⁶ *O Guaripocaba* – Editorial – 07/03/1880.

Não havia incentivos institucionais significativos para a zona rural, e nelas, os mestres não deveriam passar por seleção muito rigorosa, já que os alunos não tinham grandes aspirações além do conhecimento elementar em letras e matemática, diferentemente dos das vilas e cidades que se preparavam para estudos superiores.²⁰⁷

Conforme o periódico, a instrução escolar pública devia se voltar para as necessidades de sua clientela, e, assim, a menor exigência na seleção de professores para as áreas rurais, poderia atrair mais mestres.

“Velhos métodos” de ensino, deveriam também dar lugar a “outros mais racionais e aperfeiçoados, segundo os progressos da pedagogia”.²⁰⁸

As escolas poderiam ser mistas por darem:

[...] magníficos resultados e as [escolas] noturnas satisfazem à necessidade de dar instrução aos adultos, muitos dos quais desejam vivamente uma escola onde possam receber o alimento do espírito nas horas em que não se estorvem de ganhar o pão quotidiano para si e suas famílias.²⁰⁹

Quanto ao projeto que propunha um “imposto de capitação”²¹⁰ aplicável a escolas, não deveria ser aprovado, pois esses “impostos não são fundados na razão e justiça; os direitos devem ser lançados ao povo na razão das rendas do contribuinte. Os impostos de capitação são odiosos, e só se toleram os municipais, com aplicação a obras pias de reconhecida utilidade.”²¹¹

²⁰⁷ *Idem.*

²⁰⁸ *Idem.*

²⁰⁹ *Idem.*

²¹⁰ Esse imposto existiu em diversos momentos da história e era cobrado *per capita*, por cabeça, ou seja, de forma individual, independentemente da renda.

²¹¹ *O Guaripocaba* – Editorial – 07/03/1880.

O ensino deveria ser obrigatório: embora fosse uma “necessidade proclamada por todos os povos de ideias adiantadas”, ainda havia pais que julgavam “uma nulidade o saber ler, e um grande prejuízo de tempo” o que os filhos consumiam nas escolas.

Reforçando tais proposições, o periódico enumerava suas reivindicações à Assembleia Provincial, considerando-as “indispensáveis para o desenvolvimento da instrução e independência do professorado”:

- Reorganização da Escola Normal²¹²;
- Exames para o provimento de cadeiras de capelas, bairros e freguesias nas cabeças de comarca, restringindo o programa das matérias exigidas; continuando os exames de concursos para as de vilas e cidades como até aqui; [...]
- Incluir no programa das matérias de exame o conhecimento de métodos aperfeiçoados, seguidos pelos melhores pedagogos;
- Subvencionar as escolas particulares nos lugares onde haja cadeiras criadas e não providas;
- Fornecer casa e moveis para as escolas, ou designar uma subvenção correspondente ao seu aluguel e custo;
- Ensino obrigatório;
- Criação de cadeiras em vasta escala por todos os bairros e capelas, cuja população reclame tal melhoramento.²¹³

Tal elenco não parece ter vingado, pois anos depois o tema “Instrução Pública” é retomado em editorial. Segundo este, os legisladores reclamavam urgência na reforma da instrução, “pendão de efeito que se arvora no princípio de todas as sessões, com invocações patrióticas, com sonoros rasgos de retórica”, mas em seguida o assunto era

²¹² Instituição responsável pela formação de professores de ensino elementar.

²¹³ *O Guaripocaba* – Editorial – 07/03/1880.

“posto de lado como objeto dispensável,”²¹⁴ ou seja, os representantes do povo não levavam a sério assunto tão importante e urgente.

O Jornal continuava a repetir sua defesa da instrução pública, já agora relacionando-a também ao problema da criminalidade:—

A instrução é a base de todo o desenvolvimento; como a ignorância é a origem de todos os vícios, de todos os crimes. Assim é que, ao passo que a civilização avança, a criminalidade diminui. [...] ²¹⁵

Em suas pesquisas, Heloisa de O. S. Villela abordou a questão, lembrando a época na qual, “havia um enorme temor por parte das elites dirigentes com a massa de homens ‘incultos’ que habitava [nosso] vasto território, os ‘bárbaros dos sertões’”, conforme expressão do tempo. Era comum os governantes relacionarem a criminalidade à ignorância existente, “tanto que um dos slogans em defesa da instrução escolar” dizia que “abrir escolas era fechar prisões”. ²¹⁶

Assim:— “não havia intenção de subverter a ordem estabelecida, mas, ao contrário, o propósito de unificar certos padrões sociais, difundindo o que aqueles homens denominavam uma ‘moral universal’”. ²¹⁷

É bastante claro que *O Guaripocaba* almejava o progresso e os avanços da civilização para Bragança e para o país, pautando-se em referenciais vindos da Europa — “berço das luzes, da modernidade e símbolo da civilização”. O caminho para esta última deveria passar, necessariamente, pela educação popular através das letras, que supunha

²¹⁴ *O Guaripocaba* – Editorial – 18/01/1885.

²¹⁵ *Idem*.

²¹⁶ Cf. VILLELA, Heloisa de O. S. “O mestre-escola e a professora”. *Op. cit.* p. 95-134. Grifos nossos.

²¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 95-134.

a “difusão da instrução por todas as camadas sociais.”²¹⁸ Acompanhava, pois, as inquietações de sua época, fortemente influenciada pela europeização que vinha ocorrendo desde o final do século do século XVIII.

Contudo, apesar do desejo de progresso, estava de acordo com o que aponta Heloisa Villela:– “‘derramar a instrução por todas as classes’ não significava que todas [...] deveriam chegar ao mesmo [nível] de ‘adiantamento’, mas, apenas, que deveriam ascender, independentemente umas das outras, a estágios mais avançados da ‘civilização’”. Através “da instrução elementar se adquiriam certas noções, certas práticas e sentimentos que devem ser gerais assim para as primeiras como para as classes superiores da sociedade. É essa instrução comum, essa identidade de hábitos intelectuais e morais, [...] que constituem a unidade e a nacionalidade.”²¹⁹

Com referência a termos institucionais, embora os letrados locais defendessem medidas que objetivavam a melhoria dos padrões sociais, a efetivação das mesmas era complexa, já que dependia de ações coordenadas dos governos municipal, provincial e imperial. Além da falta de recursos, não havia consenso a respeito delas e como já se viu, mesmo a população rural, a mais atingida, dava-lhes pouca importância.

3.1.3. Bibliotecas

Em sua preocupação com a instrução pública, *O Guaripocaba*, além das escolas, reclamava junto à classe dirigente bragantina a criação de outras instituições de apoio à mesma: as bibliotecas, por exemplo. A ausência de livrarias seria uma causa a mais para o baixo número de leitores e a fim de minimizá-la, o Jornal sugeria a leitura de periódicos como alternativa:–

²¹⁸ Editorial – *O Guaripocaba* – 30/07/1877.

²¹⁹ Cf. VILLELA, Heloisa de O. S. “O mestre-escola e a professora”. *Op. cit.* p. 95-134.

[...] À mingua de recursos para obterem livrarias o jornal supre essa falta: em pouco tempo uma coleção de folhas forma uma pequena biblioteca variada de conhecimentos, notícias, estatísticas, biografias, descrições, noções de ciências e artes, enfim uma verdadeira enciclopédia. [...] ²²⁰

Tal “enciclopédia” incentivaria a leitura, especialmente entre os membros das camadas menos afortunadas da população.

[...] Nos Estados Unidos e cantões da Suíça o jornal faz parte dos hábitos do povo; é n’ele que bebe conhecimentos e os dados para julgar do andamento dos negócios públicos e do grau de moralidade dos depositários do poder. As mesmas classes proletárias têm instrução relativa, e os próprios vaqueiros e guardadores de rebanho trazem debaixo do braço o livro e o jornal, para não desperdiçarem as horas vagas. A leitura n’esses países é um *vício*, uma necessidade. Entre nós o jornal ainda não está aclimado; ainda não tem a consagração da indispensabilidade ao viver social. [...] ²²¹

Com essa citação, o periódico chama a atenção para si como órgão importante para fixar o hábito da leitura. Secundando tal ação, o professor Adelino Campos, o já citado professor do *Club Literário dos Escravos*, em cerimônia realizada no *Club dos Estudantes*, afirmaria que os jornais teriam um só fim:– “propagar a instrução, consagrar seus leitores à construção da grande pirâmide de luz que se chama – civilização.” ²²² No dizer do orador, os responsáveis pela imprensa bragantina seriam verdadeiros “sacerdotes das letras”. Combatiam um inimigo comum – “as trevas” – através da biblioteca, da discussão e do próprio jornal. Esse era o caminho que levaria ao progresso.

²²⁰ Editorial – *O Guaripocaba* – 03/03/1878.

²²¹ *Idem*.

²²² Discurso – *O Guaripocaba* – 26/06/1879. (grifos nossos).

A referida associação de estudantes foi anunciada na época da fundação como: “jovens amigos do progresso” que tinham por fim discutir diversos temas e literatura ²²³ Contava entre seus membros com José Guilherme Christiano, Manuel de Almeida Carneiro e Nicolau Asprino, todos membros d’*O Guaripocaba*, revelando íntima proximidade entre os dois empreendimentos.

Como já mencionado anteriormente, *O Guaripocaba* se originara de outra importante associação – o *Club Literário Bragantino* – que lutava pela instalação de bibliotecas na cidade e chegou a contar com um acervo de 440 volumes. Nas reuniões desse *Club*, eram discutidos variados temas, entre os quais podem ser citados:–

[...] Quem estabeleceu no mundo a sociedade intelectual pública?
Bibliotecas e suas vantagens. – Meios econômicos e eficazes de se fundar uma em Bragança.
Quem é Maçom pode ser Católico Apostólico Romano, e a excomunhão de alguns Bispos contra a Sociedade Maçônica é anticristã e injusta?
Por que a mulher é repelida dos negócios sociais?
Qual influência do cristianismo nas sociedades modernas?
A arte e o cristianismo.
Influência do cristianismo na ciência do direito.
Quais são as ideias inatas?
Utilidade social e política do trabalho.
Influência do celibato sobre o físico e moral do homem.
Essência e divisão da filosofia.
Defesa legítima.
Pena de morte.
Até onde pode chegar a força de vontade.
A intolerância dogmática é diversa da intolerância civil – A primeira, é de necessidade absoluta; a segunda, depende das circunstâncias do Estado.²²⁴

²²³ Cf. Bragança – *Correio Paulistano* – 30/03/1876 – Edição 05838 (1).
http://memoria.bn.br/docreader/090972_03/6996, consultado em 04/10/2019.

²²⁴ Cf. Segundo o *Almanach Bragantino 1914*. *Op. cit.* p. 105-108.

Pelos temas ali discutidos, os letrados do *Club Literário Bragantino* se interessavam por amplos setores do conhecimento, tais como: política, economia, educação, direito, religião, filosofia. Certamente pretendiam influenciar de algum modo aqueles que de fato tinham o poder de criar instituições, ou seja, a classe política.

Os sócios do *Club*, encareciam constantemente a necessidade do surgimento de bibliotecas públicas, cuja ausência dificultava o papel das escolas. Também enalteciam os governos de países cultos que destinavam vultosas quantias à manutenção e criação das mesmas. No Brasil, no entanto, as ações de governos eram morosas e não satisfaziam as exigências e aspirações da “moderna civilização”.

Realmente, apenas por iniciativa de particulares e associações, como no caso de Bragança, surgiam bibliotecas no país.

De acordo com os editoriais do *Guaripocaba* de 3 e 10 de agosto de 1879, o *Club Literário Bragantino* desejava tornar pública sua biblioteca, mas faltavam-lhe recursos. Assim, o periódico instava a Câmara Municipal a ceder-lhe um cômodo para instalar os livros e mais uma subvenção de “150\$ a 200\$000 anuais” para manter a instituição, a fim de que fosse “franqueada ao público uma ou duas vezes por semana, das 4 horas da tarde às 9 da noite”. As demais horas, ficariam por conta do *Club* que, nas palavras do Jornal: “emprega seus esforços a bem da causa comum, nada pede para si. Interessa-se por um melhoramento público, de reais vantagens para a instrução e educação popular.” Por isso, o periódico dispunha-se a oferecer à biblioteca os jornais que recebia em permuta²²⁵ e concluía seus escritos e sugestões, esperando que o *Club Lite-*

²²⁵ Eis alguns dos jornais que *O Guaripocaba* recebia: *Gazeta de Mogy-mirim*, *Revista Ilustrada* (corte), *Jornal de Campos*, *O Constitucional* (São Paulo), *O Cinco de Janeiro* (Guaratinguetá), *Gazeta da Victoria* (ES), *Revista de horticultura*, *Revista médica*, *Mãe de família*, *Imprensa Evangélica* (jornal protestante), *Estação* (moda parisiense), *Deutsche Zeitung* (Jornal alemão da corte), *O Libertador* (Araçá/AL), *Campeão Lusitano*, *Pensamento* (periódico abolicionista da Bahia), *A Gazeta de Barbace-*

rário Bragantino fosse auxiliado pela Câmara Municipal e pudesse concretizar sua aspiração “pelo modo mais conveniente”.

Na solicitação de uma “sala desaproveitada e a módica subvenção ao zelador”, havia uma fina estratégia: se a edilidade local a recusasse, poderia ser acusada de retrógrada e impatriótica. No caso contrário, Bragança contaria com um espaço onde o público poderia acessar livros e jornais para “ilustrar seu espírito” e “se pôr ao fato dos acontecimentos mais notáveis e movimentos sociais que opera[va]m tanto no interior como no exterior”.²²⁶

Não se sabe se a solicitação teve êxito, pois *O Guaripocaba* não retomou o tema. Provavelmente, não, pois assuntos ligados à difusão da instrução pública, nunca mereceram a devida atenção dos políticos da época.

3.1.4. *Conferências*

Além do incentivo à leitura através da instrução escolar e das bibliotecas, *O Guaripocaba* também apoiou as *conferências* como forma de disseminar a instrução pública e não deixou de promovê-las.

Era hábito nas ocasiões apropriadas que um destacado letrado local falasse diretamente ao público por meio de seu talento oratório. Um importante advogado da época, Olympio da Paixão, destacava-se nessa atuação: “republicano e abolicionista [que] ao lado de Luiz Gama realizou ações de liberdade em benefício dos cativos ilegalmente

na, A Reacção, Evolução (semanário científico, literário e noticioso – Santos), *O Pery, Noventa e Três* (São Paulo), *Tribuna de Lorena, Guanabara* (corte), *Lucta* (Bahia), *O Oeste de São Paulo* (Casa Branca), *A Semana, Revista de Medicina, Jornal do Agricultor, Agoas Virtuosas*, etc.

²²⁶ Editorial – *O Guaripocaba* – 03 e 10/08/1879.

escravizados”,²²⁷ proferiu em 1879 duas *conferências* na Câmara Municipal de Bragança, publicadas pelo *Guaripocaba*. A primeira, em 18 de setembro, teve início com a “música do *Club dos Estudantes*, que tocou lindas e variadas peças” ante um público formado por “representantes de um e outro sexo”.²²⁸ Na linguagem e atmosfera da época,

[...] Disse o orador que não vinha falar à luz, aos que possuíam instrução, às estrelas que brilham no firmamento social, e sim às trevas, aos que vivem na ignorância; sendo seu empenho ir lapidando pedras brutas, levantar edifícios com os granitos chamados – massa popular. [...] ²²⁹

A conferência se destinava, pois, aos que viviam sem “luz”. Era preciso “repartir com os ignorantes o pequeno cabedal de saber que pudera conseguir pelo esforço próprio, vigílias e trabalho, tentando inculcar no espírito popular princípios científicos e preceitos morais.” A instrução não era, “como dizem, perigosa ao povo, a ignorância sim, é o pior dos males, que o baixa ao nível dos brutos.” Por meio da instrução, o homem se aperfeiçoa e a “perfectibilidade aproxima o homem de Deus”.

Ao ressaltar a eficácia das *conferências*, Olympio da Paixão comparava-as ao exemplo de Cristo, que disseminou seus ensinamentos também por meio da palavra.²³⁰

²²⁷ NOGUEIRA, 1952, Apud FRANCISCO, Renata Ribeiro. *A maçonaria e o processo de abolição em São Paulo*. Op. cit. p. 142. Veja também AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionistas na Província de São Paulo na Segunda metade do século XIX*. (Tese de Doutorado). Campinas: IFCH/Unicamp, 2003, p.171-172; MARTINS, Nelson Silveira. *Atibaia (O paraíso possível na terra)*. São Paulo: Editora M. Ponzini e Cia., 1940, p. 147-148. Para maiores detalhes, ver SILVEIRA, Waldomiro Franco da. *História de Atibaia*. São Paulo, 1950. S/e, p. 347-348; CONTI, João Batista. *História de Atibaia – Volume I*. Atibaia: Prefeitura da Estância de Atibaia / Editora Grosse, 2001, p. 23; 65-70).

²²⁸ *O Guaripocaba* – A Conferência de Domingo – 18/09/1879.

²²⁹ *Idem*.

²³⁰ *Idem*.

Para o orador, era indispensável instruir o povo que escutava e do qual sabia os problemas que enfrentava: o do *jogo*, por exemplo.

Aproveitando a ocasião, falou sobre o ambiente de jogatina – no caso, em Bragança – que incentivava comportamentos reprovados socialmente, como a fraude, o dolo e o artifício, especialmente quanto ao gênero masculino:– “O bom filho aí se corrompe, como o esposo esquece os doces afetos da família.”

Enaltecendo o orador, *O Guaripocaba* elogia a oratória como meio de instrução popular: “um poderoso elemento de instruir deleitando; convencer e persuadir por meio da palavra.” Levava “ao coração das massas populares sem cultura o conhecimento de si, de seus deveres e garantias, a compreensão da verdade e os princípios de ciências e da moralidade.”²³¹

As *conferências* eram, portanto, veículo para a instrução pública e outros temas candentes. Em 9 de outubro de 1879, o mesmo Olympio da Paixão tratou da “libertação da mulher pela instrução”, destacando-lhe a benéfica influência no meio circundante e a necessidade de sua “ilustração em todos os conhecimentos humanos.”²³²

Contudo, o espaço destinado a ela era o do ambiente doméstico. Sua vida sujeitava-se a três papéis: o de filha, esposa e mãe. Enquanto filha, deveria ter uma “educação acurada, livre de preconceitos em convivência com meninos”, o que a livraria de uma “simpatia repentina, quando em bailes e reuniões se vir em companhia dos mancebos”.

Já como esposa, teria o “dever de amenizar a vida trabalhosa do esposo com sua linguagem e influência”, a despeito de haver aquelas cuja conduta podia alternar-se en-

²³¹ *Idem.*

²³² *O Guaripocaba* – Conferência – 09/10/1879.

tre anjo a demônio e ser a felicidade ou a desgraça do marido. Para o orador, a ilustração da mulher talvez evitasse tais inconvenientes, tornando o ambiente doméstico mais harmonioso.

E como mãe, quem sabe o papel mais importante, seria ela a responsável pela primeira educação dos filhos “nos princípios da moral e de todos os outros conhecimentos.”

Portanto, o desenvolvimento da sociedade estava atrelado à instrução da mulher, núcleo central da família.

A partir da habilidade retórica do orador, as *conferências* pretendiam semelhanamente aos professores persuadir os ouvintes a assimilarem condutas morais adequadas que trariam mais harmonia ao ambiente familiar. Assim, tais conferências se aproximavam do papel das instituições defendido por autores como Douglass North, para quem, elas “abrangem quaisquer formas de restrição que os seres engendrem para moldar a interação humana.”²³³

Como lembra Aguilar Filho, há dois meios para “forçar o cumprimento das regras numa sociedade. No primeiro, as regras são garantidas por uma autoridade com o poder de punir, se necessário, pelo uso da força física. No segundo, as regras são *self enforcing*, baseadas em sanções e convicções pessoais, como a honra, a religião e a lealdade.”

As *conferências*, juntamente com outras formas de instrução pública, encaixam-se nesse segundo modo, pois visavam internalizar nos indivíduos regras sociais tidas como ideais, através de diferentes métodos educativos. Assim, os países que conseguem

²³³ NORTH, Douglass C. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*. Op. cit. p. 14.

oferecer às suas populações as referidas formas de instrução, conseguindo ampliar seus níveis educacionais, dispõem de um ambiente institucional mais favorável às transações econômicas e sociais, o que lhes garante maior previsibilidade no cumprimento dos acordos firmados.

3.1.5. Teatro

No programa defendido pelo *Guaripocaba* sobre a instrução pública, o teatro constituía outro apoio da mesma, pois não deveria ser considerado “unicamente pelo lado recreativo; não, seus fins vão além: é uma excelente escola onde a mocidade se vai instruir, aberrando muitas vezes de certos princípios que a moral condena e que a inexperience arrasta consigo.”²³⁴

Segundo o periódico, em 1885 Bragança apresentava,

[...] elementos incontestáveis de riqueza e progresso, com imprensa, telégrafo e linha férrea, com bastante movimento comercial e industrial, com uma sociedade civilizada e relativamente ilustrada, – não tem teatro, que a tanto equivale o desmantelado pardieiro conhecido por esse nome.²³⁵

O teatro a que se refere o Jornal, funcionava num “informe barracão”, não combinando com uma “sociedade civilizada e relativamente ilustrada”. Portanto, era a antítese do adiantamento da cidade. Tal fato se devia à “desídia de uns e pelo egoísmo de outros”.²³⁶

²³⁴ *O Guaripocaba* – Editorial – 17/07/1879.

²³⁵ *O Guaripocaba* – O nosso teatro - Editorial – 06/12/1885.

²³⁶ *O Guaripocaba* – O nosso teatro - Editorial – 06/12/1885.

A solução seria fazer uma grande reforma no acanhado prédio existente para torná-lo digno e a cidade poder dispor de uma boa sala de espetáculos, pois uma nova construção seria muito dispendiosa: custaria o triplo, se comparada à reforma a ser proposta.

Os custos desta, entretanto, também não seriam baixos e, desse modo, a abertura de capital, ou seja, a entrada de novos sócios no negócio, proporcionalmente ao capital investido, foi aventada como única solução para a concretização do projeto. Assim, as despesas se diluiriam entre os investidores, já que, de outra forma, dificilmente alguém aceitaria “gastar dinheiro em propriedade alheia”.²³⁷

[...] Estabelecendo, por hipóteses, para cada parte o valor de 150\$000, pode estipular-se cada ação em 50\$000; e, assim, cada primitivo acionista ficará com três ações e o valor do edifício será 3:450\$000, divididos em 69 ações.

Suponhamos que as obras de reconstrução e beneficiamento são orçadas em 4:550\$000; esse capital será representado por 91 ações a emitir, e o total da empresa elevado a 8:000\$000 representado por 160 ações de 50\$000. [...]²³⁸

Pela proposta dos redatores: os proprietários cederiam parte de sua propriedade naquela construção, o prédio seria então avaliado acima de seu valor naquele momento e far-se-ia um rateio entre os proprietários primitivos. Estes, nada perderiam, porque o capital das novas ações seria aplicado no melhoramento do edifício, mas passariam a dividir o controle do teatro com os novos sócios, o que talvez fosse um empecilho para a realização do projeto.

²³⁷ *Idem.*

²³⁸ *Idem.*

A despeito das dificuldades entrevistas, Bragança, insistia *O Guaripocaba*, deveria ter conforto para assistir “um espetáculo teatral [que] é um vivo painel de civilização, onde se denota o polimento dos núcleos sociais.” Os espetáculos não eram “meros folguedos” e, sim, um meio de revelar o avanço da civilização.²³⁹

Tais posições, deixam claro a importância que o Jornal atribuía ao teatro, além disso, seus textos denotam o europocentrismo que dominava os letrados brasileiros. Conforme lembra Luciano Mendes de Faria Filho: – “o ideário civilizatório iluminista irradiava-se, a partir da Europa, para boa parte do mundo e, também, para o Brasil. Como componente central desse ideário, estava a ideia da necessidade de alargar as possibilidades de acesso de um número cada vez maior de pessoas às instituições e práticas civilizatórias. O **teatro, o jornal, o livro, a escola**, todos os meios deveriam ser usados para instruir e educar as ‘classes inferiores’, aproximando-as das elites cultas dirigentes.”²⁴⁰

Do mesmo modo, para Marcus Vinícius Fonseca:– “não podemos nunca esquecer que educação não é uma atividade que está restrita à escola.”²⁴¹

Assim pensavam também os colaboradores d’*O Guaripocaba*, como já foi visto e repetido ao longo destas linhas. O cidadão ideal deveria ser moldado por meio de instituições relacionadas à instrução pública que iam da escola de primeiras letras aos espetáculos teatrais, passando pela criação de bibliotecas públicas, conferências e escolas noturnas, inclusive para escravos.

²³⁹ Idem; veja também *O Guaripocaba* – Folhetim – 13/01/1887.

²⁴⁰ FARIA FILHO, Luciano Mendes. “Instrução elementar no século XIX” In: FARIA FILHO, Luciano Mendes, LOPES, Eliane Marta Teixeira e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil. Op. cit.* p.135-150. Grifos nossos.

²⁴¹ FONSECA, Marcus Vinícius. “Espaço privado e educação no escravismo brasileiro: província de Minas Gerais, século XIX.” In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Moreira de; GOMES, Flavio dos Santos (orgs.). *Rascunhos Cativos... Op. cit.* p.19.

Tendo como pano de fundo os debates sobre o *elemento servil*, as propostas do Jornal para disseminar a instrução pública visavam alertar a sociedade bragantina quanto ao novo ambiente institucional que surgia, pautado pelo trabalho livre e assalariado. Contudo, não esquecia de sempre lembrar o imenso desafio a ser enfrentado para a implantação de novas instituições, devido às resistências, tanto de ordem política como o descaso dos parlamentares provinciais, quanto de ordem cultural, já que hábitos e costumes partilhados socialmente ao longo de séculos, sempre foram extremamente resistentes a mudanças.

Capítulo 4

EMANCIPACIONISMO E DESLEGITIMAÇÃO DO CATIVEIRO

Os custos de manutenção da ordem existente são inversamente relacionados à legitimidade percebida do presente sistema. Na medida em que os participantes acreditam no sistema como justo, os custos de manutenção das regras e dos direitos de propriedade são enormemente reduzidos pelo simples fato de que os indivíduos não irão desobedecer às regras ou violar os direitos de propriedade mesmo quando o cálculo privado custo/benefício tornasse essa ação vantajosa.

Douglass North (1981)²⁴²

A escravidão negra perdurou durante séculos no Brasil, graças a um conjunto de instituições, costumeiras ou impostas através de leis, que a legitimavam perante a população. São as regras formais e informais referidas pela Nova Economia Institucional.

Para a economista Carolina Miranda Cavalcante, tanto o sul-coreano Ha-Joon Chang, quanto o britânico Geoffrey Hodgson, dois influentes adeptos do institucionalismo: “não discordam que instituições possuem um componente restritivo no que concerne às regras, mas chamam a atenção para o fato de que as instituições moldam ao mesmo tempo em que são moldadas pela ação individual.”²⁴³ Sobre Douglass North, tão citado nestas páginas, a autora afirma que ele “entende instituições como regras fora da mente dos indivíduos, que são as regras formais e informais de uma sociedade, mas também admite que essas instituições possam ser internalizadas pelos indivíduos, constituindo seus modelos mentais ou a forma como entendem a realidade a sua volta.”²⁴⁴

²⁴² Apud CAVALCANTE, C. M. *Análise metodológica da economia institucional*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 26.

²⁴³ CAVALCANTE, Carolina Miranda. *A economia institucional e as três dimensões das instituições*. Op. cit. p. 373-392.

²⁴⁴ *Idem, ibidem*. Op. cit. p. 387.

Além das instituições moldarem e serem moldadas, constituem “restrições institucionais *internalizadas* e autoimpostas pelos indivíduos” que também podem ser entendidas por ideologia²⁴⁵, pois é a partir delas que as pessoas enxergam e explicam o mundo à sua volta.

A ideologia mencionada pela autora será aqui vista como “restrições institucionais *internalizadas* e autoimpostas pelos indivíduos” – que conferem legitimidade a um regime, no caso, o escravista e, portanto, garantem ao proprietário de escravos os direitos de propriedade sobre o mesmo.

No Brasil, esse panorama institucional iria se cristalizando ao longo do tempo graças à reprodução da referida ideologia nos mais diversos aspectos da vida social, como em sermões religiosos, discursos parlamentares, códigos jurídicos, obras literárias, jornais, além, é claro, do cotidiano nas fazendas e cidades do país. A escravidão se tornaria algo corriqueiro e aceito pela maioria da população.

Explicitando o processo, em *A construção social da realidade*, Peter Berger e Thomas Luckmann dizem que:–

[...] As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis. [...] Dizer que um seguimento da atividade humana foi institucionalizado já é dizer que este segmento da atividade humana foi submetido ao controle social.²⁴⁶

²⁴⁵ CAVALCANTE, C. M. *Análise metodológica da economia institucional*. Op. cit. p. 35-36.

²⁴⁶ BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas: *A Construção Social da Realidade*. Op. cit., p. 78-79.

Os autores acima citados ajudam a compreender melhor como a escravidão brasileira, enquanto instituição, influenciava o cotidiano social oitocentista oferecendo aos indivíduos “uma esfera ampliada de rotinas supostas naturais e certas”.²⁴⁷ Até então, era uma instituição histórica e cristalizada de modo a não surpreender ninguém. As pessoas a sentiam e utilizavam como se possuísse “realidade própria, realidade com a qual os indivíduos se defrontavam na condição de fato exterior e coercitivo.”²⁴⁸

Esse mundo institucional era transmitido às novas gerações, principalmente através da linguagem, e aparecia à criança como se fosse:—

[...] inerente à natureza das coisas, não podendo perceber a noção do caráter convencional dela. Uma coisa é aquilo que é chamada, e não poderia ser chamada por um nome diferente. Todas as instituições [como a escravidão] aparecem da mesma maneira como dadas, inalteráveis e evidentes. [...] Empiricamente, está claro, o mundo institucional transmitido pela maioria dos pais já tem o caráter de realidade histórica e objetiva. O processo de transmissão simplesmente reforça o sentido que os pais têm da realidade, quanto mais não seja porque, falando cruamente, ao dizer ‘É assim que estas coisas são feitas’, frequentemente o próprio indivíduo acredita que é isso mesmo.²⁴⁹

Assim, quem nascesse no cativeiro ao ser chamado de – “escravo” – acreditava nisto como um fato natural. Era a realidade objetiva experimentada por ele.

Em termos jurídicos, Mariana Armond Paes argumenta de modo semelhante ao comentar um excerto do historiador e jurista português António Manuel Hespanha – *“Realmente, muitos nomes não são apenas nomes. “Intelectual”, “burguês”, “proletário”, “homem”, “demente”, “rústico”, são, além de sons e letras, estatutos sociais*

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 82.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 84.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 86.

pelos quais se luta, para entrar neles ou para sair deles. Numa sociedade de classificações ratificadas pelo direito, como a sociedade de Antigo Regime, esses estatutos eram coisas muito expressamente tangíveis, comportando direitos e deveres específicos, taxativamente identificados pelo direito. Daí que, por outro lado, classificar alguém era marcar a sua posição jurídica e política”.

Como se vê, conclui a autora, o ordenamento jurídico brasileiro oitocentista também classificava os sujeitos de direitos em grupos com determinado rol de “direitos e deveres”: ser considerado “escravo”, “*statu-liber*”, “ingênuo”, “africano livre” ou “livre” estabelecia “a abrangência da personalidade jurídica” de quem portava tal denominação.²⁵⁰

O mundo institucional precisava ser legitimado, isto é, ter:–

[...] modos pelos quais pode ser “explicado” e justificado. [...] Esta realidade, porém, é histórica, o que faz chegar à nova geração como tradição e não como memória biográfica. [...] o significado original das instituições é inacessível a eles em termos de memória. Torna-se, por conseguinte, necessário interpretar para eles este significado em várias fórmulas legitimadoras. Estas terão de ser consistentes e amplas no que se refere à ordem institucional, a fim de levarem à convicção à nova geração. A mesma história, por assim dizer, tem de ser contada a todas as crianças. Segue-se que a ordem institucional em expansão cria um correspondente *manto de legitimações*, que estende sobre si uma cobertura protetora de interpretações cognoscitivas. Estas legitimações são aprendidas pelas novas gerações durante o mesmo processo que as socializa na ordem institucional.²⁵¹

²⁵⁰ PAES, Mariana Armond Dias. *Escravidão e Direito o estatuto jurídico dos escravos no Brasil oitocentista (1860-1888)*. São Paulo: Alameda, 2019, p. 25-26.

²⁵¹ BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas: *A Construção Social da Realidade*. *Op. cit.* p. 88-89, grifos nossos.

O *manto de legitimações* acima mencionado ajudaria na vigilância e controle do escravo. Numa localidade pequena como Bragança, onde as pessoas todas se conheciam, os cativos eram sempre relacionados aos seus proprietários, como mostram os jornais e documentos do judiciário:–

[...] Idalino, **escravo de** d. Anna Villaça, encontrado fora de horas na rua, conduzindo café de procedência suspeita.²⁵²

[...] A 20 de Junho, em o bairro do Guaripocaba, Jose Luiz deu um tiro em um **escravo de** José Alves de Sousa, atravessando-lhe um braço foi penetrar-lhe perto do quadril.²⁵³

[...] Respondeu que ontem às dez horas mais ou menos da noite, estando ele respondente em sua casa, aí chegou Lino **escravo de** Sabino Anselmo de Camargo e convidou-lhe para ir ao Lava-Pés que ali tinham chegado umas pessoas de Minas; isto foi presenciado por Joaquim Mathias e Silvana de Tal que foi **escrava de** José Elias de Godoi Moreira. [...] ²⁵⁴

Tais referências, tanto quanto as que denunciavam as fugas só reforçavam o caráter legítimo da escravidão:– “Em o dia 13 do corrente, fugiu da fazenda Nova Esperança o escravo de nome Benedito, mulato, [...] baixo e grosso de corpo, desempenado; e andar com movimento bonito, [...] Gratifica-se bem a quem o prender e entregar a seu senhor, abaixo assignado, ou nesta cidade ao sr. Joaquim José de Moraes Dantas.”²⁵⁵

Como se sabe, eram inúmeros os registros de escravos fugidos. Para facilitar a captura, eram minuciosamente descritos, já que representavam um “capital” a ser recuperado. Foi o caso de Jeremias Gaspar da Cunha, recolhido à cadeia pública sob acusação de ser fugitivo. Interrogado, disse ter sido preso ao “cobrar uma dívida de cinco mil

²⁵² *O Guaripocaba* – Parte Policial – 17/01/1886 – grifos nossos.

²⁵³ *O Guaripocaba* – Tiro e ferimento – 03/07/1879 – grifos nossos.

²⁵⁴ CDAPH/USF – Auto de Corpo de Delito. V: Rogério João Maria, ex-escravo do falecido ten. Cel. João Candido Ferreira, caixa 102, pasta 05, 1887 – grifos nossos.

²⁵⁵ *O Guaripocaba* – escravo fugido – 19/05/1878.

réis” que lhe devia outro escravo, de nome Sebastião e aí foi preso como fora ordenado pelo proprietário do cativo.²⁵⁶

Devido a tais circunstâncias, os que eram livres, precisavam dispor de uma rede de solidariedade ou da proteção do antigo senhor a quem deviam continuar a tratar com toda a deferência. Em queixa-crime registrada pelo Judiciário local, um liberto de Bragança trabalhava como camarada na propriedade do Alferes Sabino Anselmo de Carmargo, quando lá apareceu alguém “a cavalo com um relho grande na mão”. Ao provocar o liberto por estar calçado, este respondeu que “não lhe devia nada e que ele era forro e que estava no seu direito, podia andar calçado.” A resposta deve ter enfurecido o interlocutor, que “avançou com o cavalo sobre a janela onde estava o preto e deu duas ou três relhadas” em sua direção, mas que não o atingiram, pois conseguiu escapar. Insatisfeito, José da Cunha Magalhães – assim se chamava o agressor – ainda tentou arrombar a porta principal dizendo que “queria ensinar tanto o patrão como o camarada”. Nesse momento, teria chegado outra pessoa e, então, o dito Magalhães foi embora, mas, à noite, fez nova investida e, como não havia ninguém, retirou-se, sendo posteriormente objeto da mencionada queixa-crime.²⁵⁷²⁵⁸

É possível que o réu fosse afeito ao uso do relho em seus escravos, já que em 1879, novamente aparece na documentação acusado de infligir castigos excessivos ao seu escravo Faustino.²⁵⁹

²⁵⁶ CDAPH/USF – Auto de perguntas a Jeremias Gaspar da Cunha, caixa 95, pasta 12, 1884 – folhas avulsas.

²⁵⁷ CDAPH/USF – Queixa-crime – Réu: José da Cunha Magalhães, caixa 75, pasta 12, 1865.

²⁵⁸ Como se sabe, escravos não podiam usar calçado.

²⁵⁹ CDAPH/USF – Corpo de delito – Vítima: Faustino, escravo de José da Cunha Magalhães, caixa 90, pasta 01, 1879.

No caso relatado, pode-se ver que o estigma da cor, marca da escravidão, acompanhava pela vida afora os que haviam se tornado livres, de maneira que nunca desfrutavam da liberdade em sua plenitude. Como lembra Sidney Chalhoub, em geral, os negros eram sempre tratados com suspeição, até que se provasse o contrário.²⁶⁰

As corriqueiras prisões estampadas nos jornais reforçam a ideia de que a Imprensa também participava do *manto de legitimações* mantenedor da escravidão, *O Guaripocaba* registrava sempre os incidentes ocorridos, como os que se seguem:–

- Adão, escravo do finado João de Sousa Campos, por ordem do cap. delegado de polícia, por estar fugido. Acha-se à disposição de seu Senhor. [...]
- Lino, escravo do alfs. Sabino Anselmo de Camargo, por ordem do delegado, por ser encontrado fora de horas na rua.²⁶¹

Contudo, a partir da segunda metade do século XIX, foi ocorrendo “um paulatino aumento da sensibilidade em relação às condições de vida da população escrava”, fruto talvez das “contingências pelas quais passava a instituição” devido ao “surgimento de uma opinião pública nas cidades, às denúncias dos jornais, ao maior alcance da atuação policial e judiciária e, anos mais tarde, à atuação dos abolicionistas.”²⁶²

Quanto a estes últimos, Pedro Carvalho de Mello e Robert W. Slenes, concordam que a *pressão abolicionista*, chamada por eles de ideologia antiescravista, teve papel importante na derrocada do regime. Por *pressão abolicionista*, esses autores referem-se:– “não apenas ao movimento político da abolição, mas também, a outros ele-

²⁶⁰ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. CHALHOUB, Sidney. “Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil império”, in AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina P. e CHALHOUB, Sidney, *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2009, p. 23-62.

²⁶¹ *O Guaripocaba* – Notas da Polícia – 17/02/1887.

²⁶² MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico*. Op. cit. p. 23.

mentos, tais como a deslocação de escravos do Nordeste para o Sudeste e a conseguinte perda de apoio político nas primeiras regiões; as mudanças ideológicas, fruto da crescente conscientização de ilegitimidade da escravatura nos centros europeus de cultura; o crescente número de países e colônias emancipando seus escravos, etc.”²⁶³

4.1. Papéis sociais e a ordem escravista

São importantes, evidentemente, os papéis a serem desempenhados pelos indivíduos na sociedade. Definidos pela ordem institucional, serão responsáveis pela sustentação das “instituições continuamente,”²⁶⁴ pois, ela “pressupõe que ações do tipo X serão executadas por atores do tipo X.”²⁶⁵ Ou seja, servem de modelo a todos aqueles que desempenham papéis semelhantes.

No contexto institucional oitocentista, ser escravo significava estar “submetido ao sistema escravista e ao arcabouço disciplinar a este subjacente.”²⁶⁶ Já o senhor, deveria impor a seus cativos o regime disciplinar do cativo, impondo-lhe sua autoridade moral, e, se necessário, recorrendo ao uso de castigos corporais. Qualquer “conduta dissidente” poderia ser vista como risco à ordem institucional.

Um curioso episódio, ocorrido no termo de Jambeiro, em 1883, citado por Maria Helena Machado, pode exemplificar o que foi dito acima: oitenta escravos do Major Francisco Alves Moreira, rico fazendeiro local, recorreram ao Judiciário “pelo reconhecimento de sua condição de libertos, argumentando exatamente que seu direito de liber-

²⁶³ MELLO, Pedro Carvalho de & SLENES, Robert W. “Análise Econômica da Escravidão no Brasil.” Em: NEUHAUS, P. (coord.) *Economia Brasileira: uma Visão Histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 104, nota 28.

²⁶⁴ BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas: *A Construção Social da Realidade*. Op. cit. p. 104.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 79-80.

²⁶⁶ MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico*. Op. cit. p. 27.

dade repousava no fato de que seu ex-senhor não os explorava enquanto escravos.” Depois de longa disputa judicial, ao final do processo, os escravos foram favorecidos.²⁶⁷

Em outras palavras: o Major Francisco Alves Moreira não cumpria à risca o papel de proprietário justificando com isso que seus escravos pleiteassem a liberdade, pois já eram tratados dessa maneira. Enfim, não bastava ser senhor, era preciso agir como tal.

Certamente, o fato teria chamado a atenção dos fazendeiros locais, pois, a forma como Moreira lidava com seus escravos significaria uma “quebra do padrão de tratamento da mão de obra vigente”, uma “inversão da ordem e a destruição do poder senhorial”.²⁶⁸

Outro caso exemplar é o que já foi citado em capítulo anterior, relativo à inauguração do *Club Literário dos Escravos* em 1882. Como foi visto, o propósito de alfabetizar os cativos, “encarado como coisa do outro mundo”, foi duramente criticado por jornais²⁶⁹ e escravocratas.²⁷⁰

Para a sociedade de então, um escravo em sala de aula aprendendo a dominar um código restrito aos bem-nascidos não seria algo “normal”, pois seu *papel* era outro, não o de romper a barreira imaginária que delimitava os dois. Entretanto, o fato de senhores

²⁶⁷ *Idem*, p. 27.

²⁶⁸ *Idem*, p. 35.

²⁶⁹ Veja como noticiou o jornal *O Iniciador*, de Pitangui, MG, em 09/04/1882:

“Clube Literário de Escravos

O Baependyano dá notícia de um clube dos escravos, fundado agora em Bragança, S. Paulo.

O presidente é um escravo, e escravo é também o secretário e tudo mais.

Ora os escravos metidos em letras!

O progresso não tem limites.

Que perniciosas propagandas hão de sair desse clube!

Dar luzes ao escravo antes de dar-lhe liberdade é fazê-lo conhecer a humilhação de seu estado, aspirar a igualdade e odiar aquele que lhe extorquiu o sagrado direito da liberdade – o senhor.

Parece-nos, portanto, que não é por aí que se devia começar a caridosa reforma.” Cf.

<http://memoria.bn.br/DocReader/816965/41>

²⁷⁰ MARTINS, Nelson Silveira e LAURITO, Domingos. *Bragança 1763-1942*. São Paulo: Editora M. Ponzini & Cia., 1943, p. 176-177.

e escravos escaparem dos papéis “programados”, já era sinal do enfraquecimento da instituição, embora a sociedade em geral lutasse ainda contra o mesmo.

Corroborando as ideias de Berger e Luckmann, os institucionalistas acreditam haver “uma mútua dependência ontológica entre instituições e ação humana, em que uma não pode existir sem a outra.”²⁷¹

Desse modo, ao mesmo tempo que as instituições definem o caráter dos papéis sociais, estes mesmos papéis precisam ser continuamente representados para que a própria instituição sobreviva. Ou seja, quando atores começam a agir de forma dissidente, a instituição responsável pela definição de seus papéis pode entrar em colapso. Caso por exemplo, de juízes que agem de modo parcial comprometendo a confiança no Poder Judiciário e na própria ideia de justiça; sacerdotes que desvirtuam suas práticas; políticos corruptos que levam à descrença na Política e no estado de Direito.

Se instituições são reformadas ou criadas, como no caso das leis Eusébio de Queiróz e Ventre Livre, por exemplo, os papéis dos atores sociais vão sofrendo mudanças gradativas. Após as referidas leis, senhores foram se adaptando ao trabalhador assalariado enquanto escravos ampliavam as experiências de liberdade. A abolição seria assim uma consequência desse processo de mudanças institucionais.

4.2. Abolicionismo e emancipacionismo

O presente item discute os conceitos de emancipacionismo e abolicionismo, ressaltando a importância do primeiro e a vinculação do *Guaripocaba* a ele.

²⁷¹ CAVALCANTE, Carolina Miranda. *A economia institucional e as três dimensões das instituições*. Op. cit. p.385.

Contemporâneo de alguns congêneres paulistas como, o *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo* e *A Redenção*, o periódico bragantino mantinha contato com esses jornais, especialmente com os dois primeiros, que reproduziam notícias de Bragança extraíndo-as dele.

Como se posicionavam esses periódicos em relação à *questão servil*? Segundo Lilia Schwarcz, o *Correio Paulistano* muda de “defensor discreto” a “advogado” da abolição só depois de 1887, quando passa a publicar a coluna de título “movimento emancipador”, na qual avultavam os proprietários do Partido Conservador, que alforriavam “desinteressadamente” seus escravos.²⁷² A partir de então, num “passe de mágica”, o Jornal abandona seu viés “monarquista conservador e escravocrata,” para apoiar a causa abolicionista e republicana.

Já *A Província de São Paulo*, embora constituída e financiada por republicanos vinculados aos interesses dos grandes proprietários, se autoproclamava um jornal “não comprometido” e, em relação à abolição, pouco ou nada afirmava. Conforme Lilia Schwarcz:— “*A Província*, a princípio, não se comprometeu politicamente de maneira acintosa. Apesar das recorrentes afirmações de simpatia, só em 1884 assume uma postura oficialmente republicana (já que até então se encobria, evitando um choque direto e fatal com outros setores e buscando ainda maior aceitação por parte do público leitor).”²⁷³

Para essa autora e também para Ana Luiza Martins, o *Partido Republicano* vivia um dilema, pois, embora não defendesse a continuidade do escravismo, também não

²⁷² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. — 2ª Ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 79.

²⁷³ *Idem, ibidem*, p. 89.

endossava abertamente a bandeira abolicionista, pois muitos de seus correligionários eram proprietários de escravos.²⁷⁴ Desse modo, assumia posição claramente contemporizadora em relação ao tema.²⁷⁵

O abolicionismo, de fato, teria começado a se projetar na capital paulista em fins de 1860, a partir das ações de Luiz Gonzaga Pinto da Gama, um dos mais importantes atores na luta pela extinção do cativeiro. “O rábula e ex-escravo” iniciou sua luta “defendendo escravos contra seus senhores em processos de ação de liberdade, publicando em jornais da época os argumentos utilizados nos processos com a finalidade de que outros advogados como ele também atuassem”. Porém, com sua morte, em 1882, “ficou um vácuo de liderança na campanha”, em espaço posteriormente ocupado por Antonio Bento de Souza e Castro, editor do jornal *A Redempção*, que passou a “organizar a campanha abolicionista principalmente no entorno da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios, da qual era provedor.” Antes da fundação do mencionado periódico, Antonio Bento utilizava outros jornais paulistanos, especialmente o *Diário Popular*, para publicar seus artigos de cunho abolicionista.²⁷⁶

A Redempção, surgido em 1887, já em momento de radicalização do abolicionismo, apresentava uma proposta bem diferente da de seus congêneres, “tratava-se de um jornal ligado ao grupo dos caifazes, que praticavam o que na época era denominado como ‘abolicionismo ilegal’, já que seus membros não se apoiavam só nos ‘benefícios

²⁷⁴ MARTINS, Ana Luiza. “Imprensa em tempos de Império”. In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tania Regina. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 74.

²⁷⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro*. *Op. cit.* p. 91.

²⁷⁶ OTSUKA, Alexandre. “Memória da Imprensa Abolicionista: o jornal *A Redempção*”. In: Revista do Arquivo, Ano IV - Nº 7 – p. 107-109, Outubro de 2018. Confira também OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antonio Bento: discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de 1880*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2015.

da lei’, mas antes buscavam, através de formas mais diretas, como o incitamento à fuga, chegar à libertação total de grupos de escravos.”²⁷⁷

Em síntese, quanto à *questão servil*, a sociedade da época englobava três grandes grupos: o dos emancipacionistas, partidários da extinção gradual da escravidão; os abolicionistas, pretendendo libertação imediata dos escravizados; e, naturalmente, o dos escravistas.²⁷⁸

Para Angela Alonso, que estudou o movimento abolicionista, não faz muito sentido se preocupar com a diferenciação entre “emancipacionistas/moderados/gradualistas” e “abolicionistas/radicais/imediatistas”, pois tais conceitos, surgidos no mundo anglo-saxão, seriam “clivados por facções em permanentes negociações de objetivos e líderes.”²⁷⁹ Os ativistas negociavam sempre e podiam até inverter as tendências conforme fosse preciso. *O abolicionismo* de Joaquim Nabuco, por exemplo, tinha proposta “emancipacionista”, e o autodesignado “emancipacionista” Manuel de Souza Dantas chegou a propor a liberalização do acesso à terra para os futuros libertos.

280

Como o foco da autora acima citada foi a atuação do movimento social abolicionista pelo viés da ciência política, talvez para ela não fosse mesmo importante separar emancipacionistas de abolicionistas, já que ambos eram contrários à continuidade do regime escravista. No entanto, quando o foco é a atuação da Imprensa, especialmente a

²⁷⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro*. Op. cit. p. 99. Veja também QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *A Abolição da escravidão*. 2ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Tudo é História)

²⁷⁸ Cf. PRIORE, Mary del; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010, p. 173.

²⁷⁹ ALONSO, Angela. “Abolicionismo como movimento social.” In: Novos Estudos – CEBRAP, n. 100, São Paulo, nov., 2014, p. 120, nota 7. Confira também ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. Op. cit.

²⁸⁰ ALONSO, Angela. “Abolicionismo como movimento social.” Op. Cit. p. 120, nota 7. Confira também ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. Op. Cit.

local, a diferenciação é importante. Inicialmente, porque jornais locais e suas tendências em relação à libertação total dos escravos não mereceram muita atenção da historiografia até há bem pouco tempo, diferentemente da imprensa abolicionista, que sempre ganhou maior destaque entre os pesquisadores.

Assim, em decorrência dessa circunstância, há ainda muito a conhecer sobre tendências da imprensa de cidades interioranas, como é o caso do *Guaripocaba*, que pudessem favorecer relativas generalizações. Muitos periódicos expressavam cuidadosamente suas opiniões, podendo até serem classificados erroneamente como escravistas.

Para Mary del Priore e Renato Venâncio, o “emancipacionismo tinha uma longa tradição” e a experiência da metrópole lusitana seria um exemplo bem-sucedido. Embora Portugal não tivesse um número expressivo de escravos, por lá a escravidão não teria sido “abolida de uma só vez, mas sim por intermédio de leis que gradativamente a extinguiram.” Uma delas, sancionada em 1773, tratava da “liberdade do ventre”. Transcorridos cinquenta anos da primeira alteração institucional, a escravidão se extinguiu.²⁸¹

No Brasil, José Bonifácio d’Andrade e Silva já revelaria ideias emancipacionistas em 1823, com uma Representação que fez à Assembleia Geral Constituinte comparando a escravidão a um “cancro”.²⁸² Embora suas ideias não tenham ido à frente na ocasião, iriam refletir-se em 1850 e 1871, nos debates que levaram ao final do tráfico internacional de escravos e na Lei do Ventre Livre.²⁸³

²⁸¹ PRIORE, Mary del; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil. Op. cit.* p. 173-174.

²⁸² SILVA, José Bonifácio de Andrada e. “Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura”. In: DOLHNIKOFF, Miriam (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras / Publifolha, 2000, p. 23-43.

²⁸³ PRIORE, Mary del; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil. Op. cit.* p. 174.

De acordo com Robert Conrad, já em 1865, o Imperador se obrigava a pensar em uma reforma na instituição da escravidão e, no final daquele ano, pediria a José Pimenta Bueno (mais tarde, Marquês de São Vicente) que preparasse um projeto sobre o assunto que, entre outros pontos, previa a liberdade dos nascituros. Este ficaria pronto em janeiro de 1866, mas acabou sendo arquivado pelo conservador Visconde de Olinda, então Presidente do Conselho.²⁸⁴

Na época, além do Brasil, apenas as colônias espanholas de Cuba e Porto Rico mantinham o cativeiro e isso atingia a reputação da nação, preocupando o Imperador. Havia ainda receio de que surgissem acontecimentos semelhantes aos da época de vigência do tráfico externo que chegaram a colocar em risco a soberania nacional. Contudo, as circunstâncias não eram favoráveis, pois a economia e as finanças públicas se mostravam fragilizadas com o envolvimento do país na Guerra do Paraguai.

A situação exigia, portanto, cautela. Travou-se então a batalha pela libertação dos escravos recém-nascidos, mas, sabe-se bem, foi conseguida após intensa resistência resultando na Lei do Ventre Livre promulgada em 1871. Segundo Robert Conrad, no momento não havia ainda “qualquer onda irrepresível de sentimento emancipacionista entre a elite agrícola em qualquer parte do Brasil ou mesmo entre a população em geral. Havia, no entanto, uma disposição maior em quase todas as províncias fora da região do café.”²⁸⁵

²⁸⁴ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 93-94.

²⁸⁵ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. *Op. cit.*, p. 91.

Efetivada a lei, considerada por muitos como uma primeira grande medida “emancipacionista”,²⁸⁶ a mesma foi alvo de críticas acerbas na ocasião, por aqueles que já desejavam a libertação total da escravaria, uma “lei pérfida”, que possibilitaria a “escravização na menoridade”.²⁸⁷

A despeito da Lei ter sido aprovada pelo Parlamento, a maioria dos votos contrários a ela veio de parlamentares do Centro-Sul, representantes da grande lavoura cafeeira, para quem “a libertação de alguns escravos fomentaria uma revolta geral”. José de Alencar falaria em “dias lúgubres, com todo seu cortejo de crimes, horrores e cenas escandalosas”. A ideia de emancipar as crianças, disse o parlamentar Capanema, citado por Conrad, “vai quebrar inteiramente os laços de subordinação, vai dividir em duas classes a população servil dos estabelecimentos agrícolas, criando a impossibilidade de marcharem debaixo do sistema de obediência passiva, que é o único possível enquanto existirem escravos em nosso país.”²⁸⁸ Para Andrade Figueira, membro do partido Conservador, o “governo não podia perturbar a ordem estabelecida sem que houvesse uma reação por parte dos interesses consagrados [e] a mera introdução do projeto de lei na Câmara já causara grandes prejuízos à agricultura. O valor das propriedades baixara incisivamente e o crédito já se tornava difícil de obter.”²⁸⁹

Para muitos historiadores, lamentações, como as acima citadas, não tinham na verdade razão de ser, pois a lei teria sido uma garantia de manutenção do escravismo.

²⁸⁶ BARROS, José D’Assunção. “Emancipacionismo e abolicionismo”, *Cultura* [Online], Vol. 25 | 2008, posto online no dia 01 outubro de 2013, consultado a 08 de agosto 2019, p. 209. URL: <http://cultura.revues.org/695> ;

²⁸⁷ LAIDLER, Christiane. “A Lei do Ventre Livre: interesses e disputas em torno do projeto de ‘abolição gradual’”. *Revista Escritos – Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, Ano 5, no 5, 2011, p. 169-205.

²⁸⁸ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. Op. cit.*, p. 122.

²⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 123.

Contudo, a historiografia recente vem argumentando que foi uma medida em favor da emancipação. Como abjeta Christiane Laidler, professora do Departamento de Ciência Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a lei em pauta “ao condenar a escravidão a um fim, mesmo que indeterminado, significou um golpe definitivo na moral ou legitimidade da instituição.”²⁹⁰ Extinguindo gradualmente o cativo, de modo que a sociedade teria tempo de absorver a nova conjuntura institucional em formação. Assim, preservava-se um ambiente de ordem e a economia não sofreria abalos significativos.

Em editorial de 1879, *O Guaripocaba* ecoa esse argumento ao afirmar que a dita Lei dera “um passo importante para a extirpação do cancro”. Contudo, ressalta também o caráter prudente da mesma, salvaguardando o direito de propriedade e dos interesses da lavoura.²⁹¹

Lembra Christiane Laidler que, desde a época da Independência, além de José Bonifácio, outras figuras públicas, tais como José Eloy Pessoa da Silva, Justiniano José da Rocha, Frederico Leopoldo César Burlamaque, Henrique Velloso de Oliveira e Cae-tano Alberto Soares apresentaram propostas de cunho emancipacionista. Em todas elas,

[...] a argumentação contrária à escravidão lançou mão de diversos elementos que implicavam o atraso social, econômico e um perigo político inevitável diante do antagonismo entre senhores e escravos. [...] O respeito ao direito de propriedade, no entanto, não é o único elemento que determina a opção por uma transformação gradual. A ordem pública sempre foi considerada como aspecto crucial, e muitas medidas preparatórias seriam a condição ne-

²⁹⁰ LAIDLER, Christiane. “A Lei do Ventre Livre: interesses e disputas em torno do projeto de ‘abolição gradual’”. *Op. cit.*, p. 169-205.

²⁹¹ *O Guaripocaba* – Editorial – 27/07/1879.

cessária para promover uma transição segura e sem alterações do padrão de hierarquização da sociedade.²⁹²

Ante essa relação de autores e figuras históricas, pode-se dizer que o programa do *Guaripocaba* se enquadrava perfeitamente nos ideais do emancipacionismo. Embora se apresentasse como um órgão imparcial, em diversos momentos, o Jornal se mostraria contrário à instituição escravista, afirmando que ela não era compatível com os ideais de progresso e civilização da época, defendidos pelo Jornal de modo contumaz. Mas, ressaltava a questão econômica: a escravidão não poderia acabar de modo abrupto, como queriam os abolicionistas, pois a lavoura era ainda dependente do braço escravo e, conseqüentemente, os cofres públicos também seriam afetados.

Em sua posição, as propostas de “derramar a instrução por todas as classes”, incluindo os cativos, vistas no capítulo anterior, teriam por objetivo a superação do escravismo e a adaptação ao mercado de trabalho livre que se configurava. Mostrava-se fiel ao escopo emancipacionista da Lei 2040 de 1871.

A preservação do escravismo exigia, como já foi dito anteriormente, que os senhores e escravos sempre mantivessem seus papéis, pois qualquer “conduta dissidente” poderia ser vista como risco à ordem institucional. Porém, faltou relacioná-la a outra questão também importante para a sua manutenção – a legitimidade.

Segundo a historiadora Joseli Mendonça,

[...] a definição da “propriedade servil” incluía o exercício do domínio por parte do senhor e o reconhecimento, pelo escravo, da legitimidade de tal domínio. [...] Ou seja, defender a propriedade escrava significava manter a possibilidade – ou a viabilidade – do exercício do domínio dos senhores so-

²⁹² LAIDLER, Christiane. “A Lei do Ventre Livre: interesses e disputas em torno do projeto de ‘abolição gradual’”. *Op. cit.*, p. 189.

bre seus escravos, afastando ao máximo as possíveis contestações sobre a legitimidade de tal domínio.²⁹³

A autora afirma ainda: “era a legitimidade da escravidão que possibilitava sua existência legal.”²⁹⁴ Os direitos de propriedade sobre o cativo não se sustentavam somente pelo seu caráter legal: deveriam ser legítimos também aos olhos da sociedade e do próprio escravo, para que o *manto de legitimações* não desfizesse.

Nesse sentido, *O Guaripocaba* ganhava relevância, já que seus impressos contribuía para o esgarçamento daquele *manto*.

Em recente pesquisa para captar o modo como a escravidão era percebida no Segundo Reinado, André Dutra Boucinhas dividiu o período em três grandes fases com vistas a analisar 62 romances do século XIX transcorridos integral ou parcialmente na cidade do Rio de Janeiro e chegou a conclusões que evidenciam a contínua deslegitimação do cativo revelada pela literatura.

[Na primeira fase] (1840-1859), a mais homogênea e conservadora, a escravidão era naturalizada e os cativos não tinham destaque algum, com raríssimas exceções. Nos vinte anos seguintes [1860-1879], o panorama tornou-se mais complexo. Continuamos a encontrar a mesma defesa do sistema escravista, às vezes de maneira mais contundente, justamente porque surgiram as primeiras obras que apontam explicitamente para os limites e os problemas dessa instituição, tentando converter o leitor para sua causa. Já a última fase (1880-1889) evidencia a disseminação do abolicionismo e a chegada do movimento às ruas, aparecendo nos romances apenas a constatação de que o escravismo já havia perdido a legitimidade quase por completo.²⁹⁵

²⁹³ MENDONÇA, Joseli Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999, p. 160.

²⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 164.

²⁹⁵ BOUCINHAS, André Dutra. “A escravidão nos romances do Segundo Reinado” in: Eixo Roda, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 105-130, 2018.

Importantes acontecimentos transcorridos na 2ª. fase, tais como os efeitos da Lei Eusébio de Queiróz, a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1861-1865) e a Guerra do Paraguai (1865-1870), foram destacados na pesquisa. O autor mostra que as referências e a posição dos escritores à instituição e seu término, variava bastante, “sendo alguns mais explícitos, como [Manuel de] Macedo, outros agindo por meio de sugestões, como Machado de Assis; uns contra, como Bernardo Guimarães, outros a favor, como José de Alencar; mas era quase impossível escapar ao debate. ”

No último período analisado – 1880-1889 –, “como o abolicionismo foi se tornando cada vez mais aceito pelo público leitor, nos romances encontramos críticas à escravidão em passagens que tratam de outros assuntos, como se não fosse mais necessário convencer o público disso.”

O escravismo ia, pois, se deslegitimando e o abolicionismo ocupando espaço.

4.3. Deslegitimação do cativo

Quanto ao *Guaripocaba*, seus escritos afirmavam que o escravismo não combinava com o momento histórico ante o qual a nação almejava o status de civilizada. Em editorial de 1878 declara:– “a civilização mostra que a posse do homem pelo homem não é mais que um resto de barbárie dos tempos idos”.²⁹⁶ Contudo, a sociedade da época não poderia ser culpada “dos erros e abusos dos antepassados”. A escravidão era um “fato garantido pelas leis e enquanto esse cancro” não desaparecesse era necessário que o Estado garantisse os direitos de propriedade.²⁹⁷

²⁹⁶ *O Guaripocaba* – Editorial – 26/10/1878.

²⁹⁷ *O Guaripocaba* – Editorial – 26/10/1878.

Na verdade, à semelhança de muitos, o Jornal procurava não se indispor com os senhores locais, pois sua sobrevivência dependia daqueles que anunciavam em suas páginas. A conjuntura impunha barreiras à liberdade de expressão da Imprensa, especialmente a interiorana.²⁹⁸

O mencionado editorial de 1878 foi escrito num momento de progressão de “assassinatos de senhores, administradores e feitores de escravos” na Província de São Paulo.²⁹⁹

No ano anterior, o Jornal já destacara seguidos atos de violência, como o da prisão dos “escravos – Manoel, Isaías, Raphael, Amâncio, Guido, Silvério e Lucas, pertencentes ao capitão Francisco de Assis Gonçalves de S. Antonio da Cachoeira”³⁰⁰, e “indiciados na morte do feitor José Roberto dos Santos.”³⁰¹

A escravidão estava se tornando uma instituição arriscada e perigosa: os frequentes anúncios de fugas também acabavam corroborando essa percepção. Todavia, não eram somente os casos de violência perpetrados por cativos os responsáveis pela construção de uma imagem pouco positiva da escravidão. No cotidiano, diversos outros acontecimentos também iam pincelando tons sombrios no quadro institucional que a amparava.

Fazendeiros locais mostravam-se preocupados com o cenário, especialmente quando autoridades se intrometiam em seus negócios, como no caso de Hypolito Firmينو de Souza Peruche, que se queixou duramente do então juiz de paz José Marcellino

²⁹⁸ CAPELATO, Maria Helena. “A Imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador”. *Op. cit.*, p. 123.

²⁹⁹ *O Guaripocaba* – Editorial – 26/10/1878.

³⁰⁰ Santo Antonio da Cachoeira é o antigo nome da cidade de Piracaia, vizinha de Bragança Paulista.

³⁰¹ *O Guaripocaba* – Prisões – 26/08/1877.

Cavalheiro, também secretário da Câmara Municipal, defensor e curador de cativos que buscavam a liberdade através da Justiça.³⁰² O referido juiz foi acusado de “roubar” os “brios” do fazendeiro queixoso ao apresentar, “falsa denúncia sobre castigos imoderados” em sua escrava. “Esses miseráveis hipócritas”, diria, “além de tudo, mandam seus agentes da vizinhança ameaçar com espingardas os meus empregadores, só porque esses homens dedicados ao trabalho, não querem seguir os conselhos sinistros desses desgraçados vadios que procuram seduzi-los e convertê-los em verdadeira anarquia.” Em Bragança, continua ele, havia “homens inimigos do trabalho que seduzem nossos escravos e camaradas do cumprimento de seus deveres. [...] Se no Brasil houvesse em cada Província dez Juizes de Paz, do modo de proceder como o sr. Cavalheiro, era bastante para estar aberta uma revolução”.³⁰³

O texto parece revelar um certo temor em relação aos direitos de propriedade sobre escravos e camaradas, que tornava os senhores até desrespeitosos ante autoridades, mas o relato evidencia também o quanto a instituição ia se esgarçando. É o que a estudiosa Elciene Azevedo reponta: –

[...] a intervenção de uma autoridade pública na esfera privada de sua relação com seus escravos, indo contra os seus interesses, caracterizaria o desvio individual dessa autoridade. Por outro lado, contudo, essas autoridades – informadas também por ideias que condenavam o regime escravista e sua crueldade, que começavam a formar uma opinião pública menos tolerante a certas violências senhoriais – não respeitavam, assim como os escravos, o se-

³⁰² Confira, entre outros,: CDAPH/USF – Auto de Liberdade, Adão, Paulo e Delfina, pertencentes aos herdeiros do finado Felix Domingos de Farias, 1872, caixa 82, pasta 04; CDAPH/USF – Arbitramento do valor de Anna, escrava pertencente a Francisca Antonia de Lima, 1875, caixa 85, pasta 09; CDAPH/USF – Ação de Liberdade. Benedito africano, 1875. Réu: Luiz Álvares da Cruz, 1875, caixa 85, pasta 13.

³⁰³ *O Guaripocaba* – O despotismo em ação –16/09/1877.

nhor que havia perdido sua autoridade moral ao tratar de forma tão bárbara seus cativos.³⁰⁴

O comportamento desviante das autoridades, constatado também em Bragança Paulista e em outras localidades, revela, pois a crescente fragilidade do cativo como instituição, confirmando a íntima relação entre instituições e papéis sociais. Ou seja, uma instituição moralmente enfraquecida perderia a capacidade coercitiva de manter os papéis sociais sob sua atuação e, assim, para um proprietário sem autoridade moral fazer-se respeitar, o controle seria mais difícil e, sobretudo, mais dispendioso.

Quanto ao tema em questão, ou seja, a relação entre autoridade moral e papel social, *O Guaripocaba* estampou uma publicação inicialmente anônima sob o título de *A Polícia e o rolo*, cujo autor, de nome logo descoberto, Basílio Ferreira do Apocalipse, não era proprietário rural e sim, um negociante de 31 anos. Na publicação, referia-se ele a um caso que envolvia o palhaço de circo da *Companhia Borel* e um grupo de jovens da cidade. Um dos moços sentiu-se ofendido quando o palhaço “dirigiu-lhe uma chalaça” e, com os demais rapazes prometeu revidar. Surgiu, então, um boato que logo se espalhou pela cidade, aumentando de volume até chegar aos ouvidos do delegado de Polícia, Capitão José Francisco Buenos Aires: –

[...] dizia-se então que os rapazes estavam prevenidos para um grande barulho no circo, todos iriam armados e ninguém sairia vivo de lá, seria uma hecatombe inaudita!!! À vista disto, o sr. capt. Delegado tratou de munir-se de trinta e tantos policiais, a maior parte armada de *cacete*, e na quinta-feira marchou sobranceiro com a sua corte para o espetáculo, com a dupla soberania do delegado de polícia e de quem dispõe de força bruta de *sessenta e tantos* braços prontos para tangerem o cacete na humanidade, ao seu menor aceno. A conclusão lógica deste fato selvagem é que **o sr. capt. delegado**

³⁰⁴ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos. Op. Cit.* p. 31.

não deposita a menor confiança na sua força moral, de certo por ... modestia.³⁰⁵

Na verdade, tudo não passara de um mal-entendido e o autor se perguntava em tom de espanto: como o delegado acreditara tão cegamente no boato:—

Se o sr. capitão delegado quisesse raciocinar um pouco, havia de concluir que o boato não passava de uma simples pilhéria, o sr. delegado deixou-se apanhar facilmente. [...] Se quisessem brigar com o palhaço, não seria no circo, à vista de suas famílias e da polícia: o palhaço anda pelas ruas de noite à deshoras [sic]. [...] não seria prudente e delicado **o sr. capitão delegado armar-se somente com sua força moral** e dirigir-se pessoalmente aos moços e falar-lhes com urbanidade, [...] É deste modo que as autoridades devem procurar manter a ordem; nunca, **em país civilizado, armar-se de caceiteiros, esse meio produz indignação e provoca conflitos.** [...] ³⁰⁶

Como se viu, o articulista põe em dúvida a *força moral* do Delegado, sem a qual não gozaria do respeito perante a população, precisando recorrer ao uso da força física e das armas para obter respeito.

As pesquisas no *Guaripocaba* revelam que há muitas publicações e transcrições indicando enfraquecimento do escravismo, como as do Parlamento, por exemplo. Quanto a estas, pode-se destacar os projetos do deputado Perdigão Malheiros, que, em julho de 1877, pretendia proibir o tráfico interprovincial de escravos³⁰⁷ e também à iniciativa do então senador Joaquim Nabuco, de organizar na Corte uma *Sociedade Abolicionista*

³⁰⁵ CDAPH/USF – Exibição de Autógrafo – A: O delegado de Polícia Capitão José Francisco Buenos Aires, R: Basílio Ferreira do Apocalipse, caixa 93A, pasta 4, 1881 (*O Guaripocaba – A Polícia e o rolo – 20/03/1881 – documento incluso no processo*). Grifos em negrito nossos.

³⁰⁶ CDAPH/USF – Exibição de Autógrafo – A: O delegado de Polícia Capitão José Francisco Buenos Aires, R: Basílio Ferreira do Apocalipse, caixa 93A, pasta 4, 1881 (*O Guaripocaba – A Polícia e o rolo – 20/03/1881 – documento incluso no processo*). Grifos em negrito nossos.

³⁰⁷ *O Guaripocaba – Projeto importante – 15/07/1877.*

em maio de 1880 a fim de incentivar “não só as alforrias como a abolição da escravatura.”³⁰⁸

O periódico bragantino também publicava os editais de entrega de cartas de liberdade provenientes do Fundo de Emancipação criado a partir de 1871, cujo responsável era o juiz de órfãos de Bragança. Informava-se a população sobre o dia em que seria realizada a audiência para alforria dos cativos através de editais afixados na porta da igreja matriz local. Uma dessas publicações, por exemplo, divulgava aos bragantinos que em agosto de 1885 seriam libertados sete homens e uma mulher por 4:650\$000 (quatro contos e seiscentos mil réis) beneficiados pela 6ª quota do referido Fundo.³⁰⁹ O fato de publicá-los em seguida àquela ação é um sinal da posição do periódico.

A quantidade dos cativos beneficiada pelo Fundo foi pouco numerosa, mas, de qualquer modo, contribuía para a redução progressiva dos mesmos, alertando a população local para a possibilidade de crescente insegurança nas transações escravistas.

Em 1879, a Folha de Bragança reproduz uma notícia curiosa publicada no *Comércio de Iguape* segundo a qual “há tempos, em uma das sessões da sociedade para abertura do istmo do Panamá alguém aventou a ideia de se comprarem escravos no Brasil para empregá-los como trabalhador no projetado canal entre as duas Américas, libertando-os depois de algum tempo de serviço, visto serem homens acostumados a um clima tropical, e ao mesmo tempo favorecer a emancipação.” Em seguida, informou que soubera de outra notícia vinda de Paris e publicada no *Jornal do Comércio*, indicando que o conde Ferdinand de Lesseps, um dos membros honorários da *Associação Literá-*

³⁰⁸ *O Guaripocaba* – Sociedade abolicionista – 30/05/1880.

³⁰⁹ *O Guaripocaba* – Editais – 23/08/1885.

ria *Internacional*, teria escrito ao Imperador brasileiro demonstrando interesse na compra de “escravos no Brasil para trabalhar no canal interoceânico.”

Tais fatos eram apresentados com bastante entusiasmo pelo *Guaripocaba*, afirmando que não podia “deixar de aplaudir” a iniciativa, pois visava “acelerar a emancipação”.³¹⁰ E assim, dias depois, ou seja, em 21 de setembro de 1879, destacaria uma “ação meritória” ocorrida durante a *Exposição Portuguesa* na Corte, quando o diretor geral daquele evento teria entregue “em nome e na presença de um grupo de gerentes, empregados e expositores [...] a carta de liberdade ao preto Martinho, carpinteiro, escravo do sr. Serra, que se achava ao serviço da mesma exposição e que aquele grupo” alforriaria por 1:400\$000. Presente na ocasião, o “sr. barão de Wildick, cônsul de Portugal”.³¹¹

Não só europeus eram sensíveis à causa emancipacionista. Também os sul-americanos, pois em 1882 o periódico de Bragança informava que um congênere de Buenos Aires – *A Pátria Argentina* – doara 100\$000 ao *Club Literário dos Escravos* da cidade.³¹²

No decorrer da década de 1880, o ambiente local vai se agravando e as incertezas se ampliam, como no início de 1885, quando *O Guaripocaba* faz um balanço bem pessimista do ano anterior:–

[...] pelas oscilações sociais e econômicas, pelo estremecimento do crédito, pela dificuldade das transações, pela depreciação da propriedade e dos principais gêneros de produção agrícola, e finalmente pela incandescente questão do elemento servil, que, arrastada para o terreno da política traz em balança a

³¹⁰ *O Guaripocaba* – Aquisição de escravos – 18/09/1879.

³¹¹ *O Guaripocaba* – Ação meritória – 21/09/1879.

³¹² *O Guaripocaba* – Donativo ao “Club dos Escravos” – 10/12/1882.

lavoura e todos os homens que têm que perder, e está sendo posta à prova das urnas.³¹³

Realmente, em 1885, a turbulência descrita atingia nível nacional e a manutenção dos escravos vinha sendo amplamente contestada. As discussões parlamentares avançavam, resultando na Lei dos Sexagenários que, como é sabido, limitava ainda mais os direitos de propriedade dos senhores sobre os cativos. Para *O Guaripocaba*, fora uma medida necessária ao esfriamento dos ânimos e por oferecer “garantias de paz e estabilidade” ante a “efervescência abolicionista” que ameaçava a “sorte da lavoura e das indústrias” com a “desorganização do trabalho”.³¹⁴

As fontes de suprimento de braços cativos iam, pois, secando. Desde 1871, os nascituros eram livres, não se podia importar africanos e os sexagenários também haviam sido libertados. Segundo o Jornal, a escravidão se extinguiria em breve:– “era questão de tempo apenas.”

Em 1886, outra alteração institucional ocorreu:– a proibição da pena de açoites. Conforme a nova medida:

[...] ao réu escravo serão impostas as mesmas penas decretadas pelo código criminal e mais legislação em vigor para outros quaisquer delinquentes, segundo os aspectos dos delitos cometidos, menos quando forem essas penas de degredo, de desterro ou de multa, as quais serão substituídas pela de prisão, sendo no caso das duas primeiras, por prisão simples pelo mesmo tempo para elas fixado, e no de multa, se não for ela satisfeita pelos respectivos senhores, por prisão simples ou com trabalho [...].³¹⁵

³¹³ *O Guaripocaba* – Editorial – 04/01/1885.

³¹⁴ *O Guaripocaba* – Editorial – Elemento Servil – 24/09/1885.

³¹⁵ *O Guaripocaba* – Pena de açoites – 21/10/1886.

São abundantes os relatos historiográficos sobre punições aos que cometiam crimes anteriormente à lei. O réu Prudêncio, por exemplo, escravo de Samuel F. Saul, julgado em dezembro de 1885 “por ter assassinado a Dionísio liberto da sra. Idalina Maria das Dores” e “condenado no grau mínimo do art. 193, e na forma do art. 60 do cód. crim., [teve] a pena convertida em 200 açoites e ferros no pé por 6 meses.”³¹⁶

Sem poder contar com essa punição, os senhores perdiam o instrumento que durante séculos utilizaram para a manutenção da ordem em suas propriedades.

Os escravos iam se tornando crescentemente rebeldes. Através do *Guaripocaba*, a população bragantina se inteirava dessa rebeldia, como a que ocorreu no município de São Simão em 1887: importante fazendeira, depois de castigar “uma escrava que a havia desatendido”, foi surpreendida com o ataque do marido da mesma, que reagiu “de faca em punho, avançou para a vítima, tentando feri-la.” A filha da proprietária conseguiu interferir e lutar com o agressor, mas foi ferida no braço. O assassino, então, “de um salto, agarrou sua senhora, lançando-lhe o joelho sobre o corpo, varou-lhe o coração com uma facada.”³¹⁷

Esse tipo de relato deveria seguramente deixar os proprietários, seus familiares e feitores, bastante apreensivos.

O certo é que o ambiente institucional no qual o cativo era encarado como natural, foi se desfazendo. As instituições formais e informais, responsáveis pela manutenção do escravismo, perdiam seu caráter coercitivo e a escravidão, enquanto instituição, fragilizava-se de maneira progressiva.

³¹⁶ *O Guaripocaba* – Crônicas do Júri – 24/12/1885.

³¹⁷ *O Guaripocaba* – Crime bárbaro – 03/02/1887.

Acompanhando a época, *O Guaripocaba* veiculava em suas páginas, estratégias que buscavam sensibilizar o leitor sobre as injustiças do cativo. No início de 1887, estamparia na primeira página, no espaço reservado aos editoriais, a poesia “O escravo” de Alfredo Duarte³¹⁸, com vistas a sensibilizar os leitores ante alguns aspectos mais sombrios da escravidão.

Os versos destacavam os castigos a que o negro estava sujeito: “Amarram-no sem dó, assim como um bandido. Tiram-lhe a rôta veste, e nos seus membros nus. Com fúnebre cadência um azorrague hórrido. Batendo as carnes corta e corre o sangue a flux.” Vivendo “num cárcere frio, escuro”, sem desfrutar “do sono a placidez”. Não obstante, como um “autômato se atira ao ríspido labor” “sob a pressão cruel” do covarde senhor.

“Assim o desgraçado, o pobre ser humano, que a sorte colocou na torpe escravidão, não vê da liberdade um facho soberano, que rutila em meio à criação”. Mas “o gênio do progresso penetra em toda parte, e faz render justiça, valente, fulminando a voz do retrocesso, o escravo há de trazer da sociedade – à liça!”.

Via-se ali que a escravidão, relacionada ao atraso, contrapunha-se à ideia de justiça que viria com o avanço do progresso.

Poemas semelhantes que circularam em diversos jornais mineiros do período pré-Abolição, indicam que a “escravidão, de instituição social e legal, foi deslocada e apresentada como uma prática desumana e imoral”. Nesses poemas, segundo estudiosos, a ênfase discursiva recaía sobre as “condições desumanas de vida” nas quais homens eram submetidos por serem escravizados. A constante afirmação da humanidade

³¹⁸ *O Guaripocaba* – Poesia – 10/02/1887, confira Anexo.

dos cativos, negava um dos pressupostos básicos da escravidão e a tornava moralmente condenável, portanto, deveria ser extinta.³¹⁹

O uso da poesia como recurso persuasivo certamente contribuía para os leitores construírem uma outra imagem a respeito da instituição, passando, talvez a vê-la com olhar mais crítico. Além disso, versos sobre o sofrimento do escravo já seriam comuns no movimento abolicionista, que, segundo Angela Alonso, teria se desenvolvido como *espelho inverso* do escravismo de circunstância, amparado em três esquemas interpretativos: compaixão, direito e progresso.

Como lembra a autora, a compaixão apelava à sensibilidade ao demonstrar que o escravo era um ser humano como qualquer outro.³²⁰ Já o campo do direito foi usado especialmente por Luíz Gama, que utilizou outro aspecto: a ilegitimidade da escravidão dos africanos que entraram no país após 1831.³²¹

Quanto ao progresso, a ideia do mesmo já se generalizara no século XIX e o abolicionismo passou a classificar o cativeiro como instituição arcaica, impeditiva da “marcha do progresso”.³²²

³¹⁹ ARNAUT, Luiz; RODRIGUES, Márcio dos Santos e CUNHA, Valdeci da Silva. “‘Suspiros e dores’: escravidão, piedade e metáfora”. In: Revista Eletrônica Cadernos de História, vol. VI, ano 3, n.º 2, dezembro de 2008.

³²⁰ Curiosamente, embora o célebre abolicionista Antônio Bento tenha agido de modo semelhante no início de sua campanha em São Paulo, Angela Alonso enfatiza apenas a atuação do jornalista José do Patrocínio como exemplo.

³²¹ No arquivo do Judiciário de Bragança Paulista há alguns processos desse tipo, como a Ação de Liberdade de Benedito Africano cujo curador, o já mencionado Marcellino Cavalheiro, solicita sua liberdade alegando que o dito escravo teria sido trazido ao país depois da Lei de 1831, portanto, caracterizaria uma escravidão ilegal. CDAPH/USF – Ação de Liberdade – Benedito Africano. Réu Luiz Álvares da Cruz, caixa 85, pasta 13, 1875.

³²² ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas. Op. Cit.*

Certo é que *O Guaripocaba*, embora abraçasse o emancipacionismo, pode ter sido influenciado por algumas das táticas abolicionistas, ainda que sem os discursos inflamados e, até mesmo corrosivos, então surgidos.

Àquela altura, isto é, em 1887, a um ano apenas do 13 de Maio, também outros jornais, anteriormente contrários à abolição imediata, começam a mudar de tom e a se posicionar mais claramente a favor da abolição, encorajando o periódico de Bragança a enfrentar possíveis críticas de escravistas locais.

O apoio do Jornal ao emancipacionismo se revelava nos elogios a determinadas ações, como por exemplo, a de um cavalheiro que libertou Rosa, escrava do tenente coronel Bernardo Avelino de Carvalho Pinto pela quantia de 500\$000. Embora pedisse anonimato, o libertador foi desatendido e teve o nome revelado: era o major Manoel Jacintho de Moraes e Silva,³²³ a quem o Jornal enviou seus louvores.³²⁴

Atitudes como as do referido major poderiam ser interpretadas pela sociedade bragantina como um ato de bondade, um exemplo a ser seguido,³²⁵ podendo até resultar em algum fruto político futuro. Porém, ao dar publicidade a pequenos atos como esse, *O Guaripocaba* também contribuía para a legitimação da instituição escravista ir sendo gradualmente minada, revelando-se sutilmente contrário a sua continuidade.

Na verdade, *O Guaripocaba* nunca conclamou a população a tomar atitudes radicais, mas o aspecto negativo do cativeiro se avolumava nitidamente em suas páginas.

³²³ Posteriormente, Manoel Jacintho de Moraes e Silva viria a ser presidente do Conselho de Intendência no início da República entre 21/01/1890 a 20/12/1891.
<https://camarabp.sp.gov.br/vereadores/legislaturas-antiores> consultado em 27/08/2019.

³²⁴ *O Guaripocaba* – Manumissão – 13/02/1887.

³²⁵ Também classificado pelos neoinstitucionalistas como *enforcement* positivo.

Em 3 de abril de 1887 publicaria um balanço do número de escravos realizado pela Coletoria a partir da matrícula exigida pela Lei dos Sexagenários de 1885:–

Foram matriculados 1331 escravos e alistados somente 17 sexagenários. Comparado o número de cativos agora matriculados com os dados à matrícula em 1872 [Lei do Ventre Livre], há uma diminuição de 1221, não entrando em conta os que dessa data em diante entraram no município.³²⁶

Dias depois, em 17 de abril, surgiriam mais detalhes da *matrícula de Escravos*, tais como, estado civil, profissão, domicílio, sexo, faixa etária. Comparada a da Lei do Ventre Livre, apontava:–

Escravos matriculados na coletoria desta cidade em virtude da lei de 28 de setembro de 1871 -----	2:290
Averbados como entrados no município -----	826
	3:116
Tendo sido matriculados de acordo com a lei de 28 de setembro de 1885 -----	1331
Diferença para menos por óbitos e manumissões, inclusive 17 sexagenários alistados -----	1785 ³²⁷³²⁸

Já então, a sociedade em geral e seus membros em particular percebiam a situação vigente: um Delegado de Polícia de Itatiba, município vizinho de Bragança, que, ante a repressão a uma revolta de negros em fazenda da região, ocorrida ainda no início da década de 1880, já dizia que a escravidão era uma “miséria estampada na face da sociedade brasileira” e a causa dele – delegado – passar por “horríveis torturas”. O fazendeiro lhe pedia garantia da vida e da propriedade, mas, “a humanidade, a religião, o espírito do século” lhe pediam “que garantisse o sangue do escravo”. Por toda parte sussurravam-lhe que, se acaso não assentisse aos pedidos do proprietário, seria conside-

³²⁶ *O Guaripocaba* – Matrícula de Escravos – 03/04/1887.

³²⁷ *O Guaripocaba* – Matrícula de Escravos – 17/04/1887.

³²⁸ Vale frisar que o Censo de 1872 informava que em Bragança havia 1975 cativos. O número apresentado no Jornal – 2.290 – se refere à matrícula obrigatória exigida pela Lei 2040 de 1871 (Ventre Livre). Na prática, essa matrícula se efetivou após à regulamentação da referida Lei, portanto é posterior aos dados do Censo.

rado “agente de Nabuco, comparsa de Luíz Gama”. Embora titubeante, sucumbiu às pressões e ordenou que aplicassem aos nove escravos revoltosos “cinquenta açoites em cada um”. Mas continua:– “o estalar do chicote do algoz, os gemidos das vítimas davam àquela cena o aspecto da época negra do Santo Ofício”.

A ação agradou ao proprietário e ao grupo de populares que o acompanhava, mas a autoridade ainda se perguntava:– “o que diria Castro Alves se fosse vivo?”³²⁹

O exemplo citado revela que, mesmo entre autoridades, começa já haver dissidência em torno da legitimidade da escravidão, colocando-a em risco contínuo.

Outro caso documentado e ocorrido em 1885, de grande repercussão, foi o dos escravos Diolindo, Paulino, Damião e Sabino, de uma fazenda localizada no distrito de Campo Largo³³⁰, na época pertencente ao termo de Atibaia, e cujo dono era o Tenente José Ignácio da Silveira. Andavam eles “em ferros como pena que lhes era aplicada por terem estado durante algum tempo fugidos”, mas haviam sido recapturados com “muita dificuldade, pela proteção que tiveram em São Paulo, como tem tido ali todos os escravos fugidos”.

Seus captores tiveram de exercer rigorosa vigilância, fazendo-os pernoitar em quarto seguro. Durante o dia eram vigiados de perto pelo feitor Antonio Bento da Cruz e por um escravo de sua confiança, dada a frequência das fugas e o atrevimento dos fugitivos.

Nas palavras de um destes, registradas num processo judicial no ano final de 1885,

³²⁹ DAESP. Polícia. Ordem 2600, Caixa 165 de 1880, citado por MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico. Op. cit.* p. 74.

³³⁰ Atualmente, o bairro de Campo Largo faz parte do município de Jarinu.

[...] ia ele interrogado [Diolindo] preso por uma corrente, que estava segura a um argolão, a qual trazia enrolada à cintura para poder caminhar, ajoujado por outra corrente pelo pescoço a seu parceiro e correu Sabino, guardados pelo correu Manoel e Paulino preso ajoujado da mesma forma com Damião, guardados pelo feitor.³³¹

Mesmo estando “em ferros” e com toda a vigilância, conseguiram encontrar uma brecha para escapar. Segundo o relato, a fuga ocorreu quando,

[...] Chegados à porteira que separa o gramado da fazenda das terras de cultura, e logo que a passaram, ele interrogado gritou *fora* – sinal que costumavam a dar quando tinham de sair para alguma necessidade corporal – e portou com seu companheiro de prisão no mato acompanhados pelo vigia Manoel, e as outras pessoas o seguiram indo também atrás deles Paulino, Damião acompanhados pelo feitor. Que satisfeita a necessidade que os obrigou a ir ao mato seguiram para o cafezal, encontrando-se pouco adiante com Paulino e Damião, trazendo este na mão a faca e o paletó do feitor, Manoel lhes perguntou o que era aquilo, e Damião respondeu-lhe que tinha feito tiveram de matar o diabo do caboclo e que tinha morto, e os convidando para fugirem, ele e seu companheiro, que estavam carregados de ferro não hesitaram em aceitar o convite, sendo acompanhados na fuga por Manoel.³³²

Em edição de 31 de dezembro de 1885, *O Guaripocaba* tornou público esse assassinato até então restrito ao processo, estampando-o com chamativo título: “Sublevação e fuga de escravos”.

Na mesma edição, imprimiria outra notícia sob o título de:

³³¹ Sumário de culpa pelo assassinato do feitor Antonio Bento da Cruz. Réus: Diolindo, Paulino e Manoel escravos do Tenente Jose Ignácio da Silveira e Damião e Sabino escravos de Dona Bárbara da Silveira Campos. 1886. Caixa 16 Júri 1.º Ofício – Fórum de Atibaia. Confira também: SILVA, Jacinto. *No tempo da escravidão. Op. cit.*

³³² Sumário de culpa pelo assassinato do feitor Antonio Bento da Cruz. Réus: Diolindo, Paulino e Manoel escravos do Tenente Jose Ignácio da Silveira e Damião e Sabino escravos de Dona Bárbara da Silveira Campos. 1886. Caixa 16 Júri 1.º Ofício – Fórum de Atibaia. Confira também: SILVA, Jacinto. *No tempo da escravidão. Op. cit.*

PROVIDÊNCIAS

Correndo boatos de um plano geral sublevação de escravos em diversas fazendas da província, as autoridades providenciaram de modo que as combinações, se as houve, ficaram frustradas pelo emprego preventivo dos meios repressivos.

Da corte veio para S. Paulo um reforço de 100 praças, e vários contingentes de força foram destacados para diversos pontos do oeste da província.

Felizmente o pânico vai diminuindo, e segundo parece, os receios de insurreiçāo do elemento escravo foram puramente fantásticos e sem fundamento.

Antes assim.

Coincidência ou não, o fato aqui transcrito e ocorrido em Campo Largo parecia confirmar os boatos de uma sublevação generalizada em fazendas paulistas, mas o Jornal acalmaria seus leitores informando que as providências tomadas conseguiram frustrar a ação.

Todavia, como lembra Maria Helena Machado, “a checagem dos dados contidos nos papéis policiais frente ao material jornalístico indica que uma das táticas da polícia era manter os assuntos mais explosivos sob censura. Muitas vezes mal informados sobre a extensão dos eventos ocorridos em torno da *questão servil*, as informações contidas nos jornais chocavam-se com aquelas encontráveis nos papéis policiais, sobretudo naqueles intitulados reservados.”³³³

É provável que a autora tenha razão quanto à censura, pois pouco mais se sabe sobre a revolta de Campo Largo envolvendo os escravos Diolindo, Paulino, Damião e Sabino. Testemunhas e informantes dizem que os rebelados estavam há pouco tempo naquela fazenda, portanto, não tinham vínculo familiar,³³⁴ o que talvez explique o com-

³³³ MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico*. Op. cit. p. 73.

³³⁴ O único que pôde ser ouvido nos autos foi Diolindo: era solteiro e tinha 25 anos.

portamento insubmisso, pois como lembram Robert Fogel e Stanley Engerman, a constituição de família era “um importante instrumento para manter a disciplina no trabalho. Ao reforçar os fortes laços familiares, os proprietários reduziam o perigo de fuga de seus escravos.”³³⁵

Em dissertação de mestrado, Marcelo Mallet Siqueira Campos também constata que, especialmente na região gaúcha fronteiriça ao Uruguai, “a existência de ligações familiares seria uma espécie de ‘seguro’ contra a fuga. O escravo com cônjuge e filhos era menos propenso a fugir que um solteiro e sem filhos, pois sua família arcaria com o custo da fuga”, sofrendo ainda o abandono.³³⁶

Já os que vinham através do tráfico interprovincial, chamados de *negros maus vindos do Norte*³³⁷, pelos parlamentares paulistas, eram mais propensos à rebeldia e às fugas devido à inexistência dos vínculos familiares.

Sidney Chalhoub relata que, quando em 1854 se debatia no Parlamento um projeto com vistas a restringir o tráfico interno de escravos, o então deputado João Maurício Wanderley, futuro Barão de Cotegipe, sutilmente justificava a má fama e insubordinação daqueles cativos, desenhando em “cores vivas o sofrimento humano associado” àquele tráfico:– “tão bárbaro, tão inumano, [...] mais inumano do que era o tráfico da costa d’África. [...] Vê-se mais (e é um horror, senhores!) crianças arrancadas das mães,

³³⁵ FOGEL, Robert . W. ENGERMAN, Stanley L; *Tiempo en la cruz. La economía esclavista en los Estados Unidos*. Madrid: Siglo XXI, 1981, p. 109.

³³⁶ CAMPOS, Marcelo Mallet Siqueira. *Mudanças institucionais a partir da proibição do tráfico de escravos: o caso do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas, PPG em Economia, Porto Alegre, 2008, p.109.

³³⁷ Confira AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco*. *Op. cit.*, p. 101 em diante.

maridos separados das mulheres, os pais dos filhos! Ide à rua Direita, esse *novo Valongo*, e ficareis indignados e compungidos com o espetáculo de tantas misérias!”³³⁸

Fato é que, já nos anos 80, auxiliada ou não por quem não desejava mais a manutenção do cativeiro, os cativos mostrariam maior rebeldia.

Pesquisas, como as de Hebe Mattos, indicam essa rebeldia como decorrente também da constatação de que antigos “direitos” não seriam reatualizados³³⁹, apontando, portanto, para uma piora nas condições do cativeiro, comparando-o com áreas de onde os escravos haviam sido trazidos. Para Sidney Chalhoub, os milhares de negros deslocados para o Sudeste viram-se “subitamente arrancados de seus locais de origem, da companhia de seus familiares, e do desempenho das tarefas às quais estavam acostumados”. Muitos deles “reagiam provocando brigas ou desordens que impedissem sua ida para as fazendas de café, fugindo e procurando retornar à sua província de origem.”³⁴⁰

Como se tem vindo demonstrando, a escravidão se mantinha graças a um conjunto de instituições formais e informais que lhe garantia legitimidade jurídica e moral. Sem elas, somente pela imposição da força, os custos seriam proibitivos.

Um dos eventos que mais demonstra talvez essa impossibilidade diz respeito ao Tenente Coronel Antonio Manoel Gonçalves, que, de acordo com seu inventário, feito em 1886, possuía 103 cativos, sendo possivelmente o maior escravista bragantino na

³³⁸ CHALHOUB, Sidney. “Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império”, in AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina P. e CHALHOUB, Sidney, *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2009, p. 23-62.

³³⁹ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 154-155.

³⁴⁰ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 27.

época. Em 1887, registrou-se a tentativa de recapturar 22 escravos fugidos do dito Tenente Coronel. Segundo um de seus auxiliares – Theodoro Franco de Camargo –, os fugitivos se encontravam acoitados na cidade de Santo Antonio de Jacutinga (MG), na fazenda de Pedro Ferreira da Silveira. Auxiliados por camaradas locais, os captores partiram de madrugada para encontrá-los, e cercaram a casa onde os escravos se abrigavam

[...] estes resistiram aparecendo dois deles, o pardo Rufino e o preto Sebastião Rodrigues, fizeram fogo sobre a gente que foi com o suplicante caindo o suplicante [Theodoro Franco de Camargo], que também estava à frente de sua escolta por um tiro de garrucha, que recebeu na cabeça, fazendo os mais escravos fogo dentro da casa, aos gritos de mata por terem conhecido o suplicante e outros camaradas do Tenente Coronel Gonçalves.

O suplicante caindo sem sentido, nada mais viu, sabendo que quem deu-lhes esse tiro foi o escravo Rufino, e depois de caído levou segundo tiro que só sabe depois que voltou a si, levado para outro lugar, por seus companheiros, ignorando se o segundo tiro lhe foi dado pelo pardo Rufino ou pelo preto Sebastião Rodrigues.³⁴¹

Os escravos reagiram, pois, fortemente à tentativa de recaptura e, provavelmente, conseguiram escapar porque, no início de 1888, logo após o falecimento do Tenente Coronel, seu inventário foi aberto e entre os bens da partilha constava a mesma listagem de escravos de 1886. Todavia, como a maioria deles fugira e não fora recapturada, restavam na propriedade apenas aqueles que tinham acordo de alforria condicional, tornando-se livres depois de cumprirem determinado tempo de serviço.³⁴²

³⁴¹ CDAPH/USF – Corpo de delito (traslado) – Vítima: Theodoro Franco de Camargo, caixa 102, pasta 07, 1887.

³⁴² CDAPH/USF – Testamento de Antonio Manoel Gonçalves, caixa 102, pasta 11, 1887. Apesar desse inventário ser datado de 1887, a lista de cativos de sua propriedade foi elaborada em 1886. A obrigatoriedade desta lista foi determinada pela lei dos Sexagenários de 1885. A lei do Ventre Livre já criara uma lista nos mesmos moldes em 1871. Confira também SILVA, Jacinto. *No tempo da escravidão*. *Op. cit.* p.160.

É importante considerar, então, que a dita rebeldia compreendendo fugas, crimes e outras ações negativas, associadas a fatores tais como, circunstâncias políticas e sociais geravam custos adicionais aos proprietários que, além de verem diminuída a sua força de trabalho, precisavam reunir capangas para a recaptura em casos de fuga, oferecer gratificações a quem desse informações ou entregasse o fugitivo, publicar anúncios em jornais. Enfim, tais gastos eram os *custos de transação*, como lembram os teóricos da Nova Economia Institucional, que corroeram a já frágil estrutura do escravismo.

Nesse processo que leva à extinção do cativeiro, *O Guaripocaba* foi importante para a população da pequena cidade onde se situava, ao informá-la simultaneamente sobre os problemas que desgastavam o cativeiro e, através de diferentes iniciativas, estimular cautelosamente as elites proprietárias a se prepararem para o que se prenunciava no futuro, isto é, o surgimento da Lei Áurea.

Tal atuação, pode ser claramente classificada como emancipacionista, fazendo eco a uma boa parte dos jornais brasileiros da época.

CONCLUSÃO

A presente tese buscou tratar de um aspecto ainda relativamente pouco explorado pela historiografia, qual seja, a posição da Imprensa local sobre o término da escravidão.

Para tanto, recorreu à pesquisa em um pequeno jornal de Bragança Paulista – *O Guaripocaba* – encarando-o sob a perspectiva da Nova Economia Institucional (NEI), teoria econômica explicitada sobretudo por Douglass North, premiado com o Nobel de Ciências Econômicas em 1993.

Segundo a mencionada teoria, as transformações econômico-sociais ocorridas nas sociedades em geral, não dependem unicamente da mera criação de regras e leis formais. É necessário também, como foi visto em páginas antecedentes, uma estrutura institucional mais ampla, que envolva costumes, tradições e códigos de conduta. Daí a lentidão observável na mudança completa de tais estruturas.

Tendo sempre em vista estas últimas e sob o prisma do institucionalismo, o jornal pesquisado que, evidentemente, tem como função a notícia e a proximidade com os agentes político-econômicos, foi sendo desdobrado em temas constitutivos dos capítulos que compõem a tese.

Por tal razão, embora cubra o período compreendido entre 1877 e 1888, os referidos capítulos não seguem uma ordem cronológica e, sim, a frequência com que aparecem as notícias e opiniões do periódico.

É importante notar que a pesquisa do conjunto de fontes selecionadas propiciou uma visão panorâmica do funcionamento das instituições locais, possibilitando ver no primeiro capítulo como estavam elas na pequena cidade interiorana da Província de São Paulo.

Avulta no momento estudado a repercussão de medidas governamentais que levam a população a se posicionar contra ou a favor das mesmas e que permitem entrever o esgarçamento do instituto da escravidão. Daí a frequência com que o Jornal noticia os problemas ligados à introdução do trabalho livre, às dúvidas sobre a coexistência entre escravos e trabalhadores livres, a possível insegurança que a mesma comportava.

Foi possível assim, através do noticiário e dos artigos inspirados pelo mesmo, acompanhar a posição d'*O Guaripocaba*, suas mudanças de ideias ou não, os argumentos utilizados pelos colaboradores.

Dessa forma, como já visto, os capítulos foram assim organizados: o primeiro traça um panorama das instituições na pequena cidade, no qual se destacam as questões de segurança e administração. Bragança convivia com problemas diversos, como a falta de estradas e de pontes, a má conservação das que existiam, o “inconveniente das tavernas” e os “focos de ociosidade, de latrocínio e de imoralidade”.

O segundo capítulo revê as questões noticiadas pelo jornal sobre a evolução do trabalho livre no país, os problemas surgidos com a referida evolução e a posição d'*O Guaripocaba* ante a mesma.

Já o terceiro capítulo aborda sobretudo a solução que o periódico pesquisado advogava para o momento: a educação pública em todos os seus níveis e possibilidades.

Esse tema provocou a elaboração de editoriais, artigos e noticiários sobre índices de analfabetismo, escolas noturnas, inclusive para escravizados, associações literárias e outros mais.

O quarto e último capítulo busca abordar o processo que pôs fim ao escravismo sob o referencial teórico da Nova Economia Institucional e dos conceitos de Peter Berger e Thomas Luckmann, que também tratam da temática institucional.

Ficou demonstrado que a vida cotidiana de uma localidade está sujeita às contingências do ambiente institucional à qual pertence e isso deve ser levado em conta numa pesquisa histórica. No caso de Bragança, tais contingências impactavam negativamente nas atividades econômicas e provocavam prejuízos aos proprietários.

Tendo em vista que as páginas dos jornais afloram um mundo institucional a ser explorado, os dados revelam ser possível a realização de uma pesquisa de cunho institucional através da Imprensa. Porém, deve-se considerar que esse mundo institucional é fruto da percepção que os humanos têm da própria realidade e, na qual, a própria Imprensa participa e ajuda a construir. Desse modo, cabe identificar a visão de mundo do jornal a ser explorado para melhor compreender sua postura frente às instituições vigentes.

Ainda que a redação d'*O Guaripocaba* fosse constituída por republicanos e liberais, procurava manter uma imagem de imparcialidade ante à pauta político-partidária, emitindo opiniões sempre de modo cauteloso, certamente devido ao receio de confrontar interesses de potentados locais. Não era alheio às questões candentes da época, mas o fazia ponderadamente, valendo-se de argumentos bem-fundamentados, porém sem poupar críticas à conduta de agentes públicos e autoridades em geral, quando necessário.

Empunhando a bandeira da liberdade de Imprensa, o Jornal cedia espaço a colaboradores locais para que pudessem externar seus pontos de vista, mesmo divergentes dos seus. Permitindo assim ao pesquisador a oportunidade de conhecer a opinião pública de uma pequena cidade interiorana, como era Bragança na época.

Como se viu, os escritos do *Guaripocaba* acompanhavam os desdobramentos das mudanças institucionais a exemplo daquela que pôs fim ao tráfico negreiro em 1850, pressionando a sociedade brasileira a encontrar alternativas ao trabalho servil

Na sequência do tempo, outras leis, como as do Ventre Livre e dos Sexagenários, foram contribuindo para o enfraquecimento do cativeiro como instituição.

Contudo, o processo de mudança institucional em curso trazia consigo muitas incertezas, pois a escravidão se entranhava na sociedade brasileira desde os tempos coloniais, não se sabendo como esta se comportaria com o fim do trabalho compulsório. Além da legislação, ou regras formais, valores, hábitos e costumes compunham as regras informais praticadas pela população.

Ante tal cenário, torna-se compreensível a defesa do emancipacionismo adotada pelo Jornal:— a escravidão deveria sim ser extinta, pois não atendia aos ideais de civilização e progresso da época, mas deveria acontecer de modo gradual, de maneira a evitar sobressaltos econômicos e sociais que pudessem provocar instabilidade na ordem institucional vigente.

O caráter progressista e emancipacionista do periódico se revelava com frequência, especialmente quando defendia a difusão da educação por todas as camadas sociais, com o objetivo de ampliar o acesso à cidadania. Escolas, bibliotecas, jornais, conferências e teatro deveriam incutir na população local hábitos e costumes mais condizentes com os ideais de civilização em franca ampliação na Europa.

Em relação ao *Club Literário dos Escravos*, a experiência dessa associação em Bragança foi algo bastante significativo, ao permitir que os próprios cativos participassem da gestão do *Club*, inclusive cuidando dos valores arrecadados para mantê-lo.

Sob o viés da Nova Economia Institucional, ao dar visibilidade a tais projetos, *O Guaripocaba* buscava indicar caminhos para superar os entraves da *questão servil* a fim de evitar lutas quanto ao término do cativeiro.

O arcabouço teórico adotado permitiu perceber a importância da legitimidade de uma instituição para sua sobrevivência e, conseqüentemente, para garantir os direitos que a mesma comportava.

Lembram Berger e Luckmann que a conservação de uma instituição está condicionada à representação contínua dos papéis sociais por ela definidos. A ordem institucional “é real apenas na medida em que é *realizada* em papéis executados e que, por outro lado, os papéis são representativos de uma ordem institucional que define seu caráter”. No Brasil oitocentista, à medida em que o escravismo foi sendo deslegitimado em decorrência das pressões exercidas sobre ele, senhores e escravos iam deixando de representar seus papéis adequadamente, enfraquecendo as bases institucionais do escravismo.

Para Douglass North, “os custos de manutenção da ordem existente”, como os que mantinham a escravidão, seriam “inversamente relacionados à legitimidade percebida do presente sistema.” Em outras palavras, se um sistema for considerado ilegítimo, seus custos de manutenção serão elevados, o que o tornará inviável do ponto de vista econômico. No caso específico da escravidão, tais custos crescentes poderiam advir, por exemplo, da maior vigilância sobre cativos rebeldes que se viam submetidos a um regime tido como injusto.

Não se deve esquecer que as instituições têm como função justamente criar um ambiente mais previsível e, como mostram as fontes, o regime escravista foi descaracterizando, especialmente a partir da década de 1880, quando a Imprensa aponta um cenário nebuloso para os negócios que envolviam o mercado de trabalho servil.

A estrutura garantidora dos direitos de propriedade na época pesquisada, assentava-se na ideologia do escravismo que, por sua vez, dependia do *manto de legitimizações*, ou seja, de um conjunto de regras formais e informais. Mas, a ideologia dissidente

e antiescravista (abolicionista ou emancipacionista) ganharia força ao longo do século XIX, tornando difícil ao escravismo justificar-se ante às novas gerações.

Como se viu, o caráter “injusto e imoral” da escravidão foi sendo destacado pela Imprensa antiescravista, fosse abolicionista ou emancipacionista, como no caso d’*O Guaripocaba*. Provavelmente, outros pequenos jornais espalhados pelo país devam ter atuado de maneira similar, afirmação, no entanto a ser feita somente quando surgirem outras pesquisas a respeito.

Fatores conjunturais e estruturais, tanto internos quanto externos, favoreceram o processo de deslegitimação do cativeiro, ao ponto de províncias como o Ceará, por exemplo, extinguiam-no antes do 13 de Maio.

Pode-se então concluir que a Nova Economia Institucional permite a adoção de uma nova maneira de vislumbrar o processo institucional que culminou com a abolição da escravidão.

Repetindo ainda uma vez: o fim do escravismo é explicável a partir de uma análise institucional.

Nesse processo, a Imprensa local é de grande importância no conjunto de fontes que o explicam. A capilaridade de sua atuação, como foi o caso d’*O Guaripocaba* age permanentemente sobre a deslegitimação de instituições, explicando mudanças profunda das mesmas.

FONTES CONSULTADAS

1 – CDAPH/USF (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO/ UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO)

- ✓ *Jornal O Guaripocaba* (1877-1888)
- ✓ Fundo do Poder Judiciário de Bragança Paulista
 - ⇒ Ação de Liberdade. Benedito africano, 1875. Réu: Luiz Álvares da Cruz, caixa 85, pasta 13, 1875.
 - ⇒ Arbitramento do valor de Anna, escrava pertencente a Francisca Antônia de Lima, caixa 85, pasta 09, 1875.
 - ⇒ Auto de corpo de delito V: José, escravo de José Domingues de Oliveira, 1874, Cx. 85 pasta 04.
 - ⇒ Auto de Corpo de Delito. V: Rogério João Maria, ex-escravo do falecido ten. Cel. João Candido Ferreira, caixa 102, pasta 05, 1887.
 - ⇒ Auto de Corpo de delito – Vítima: Faustino, escravo de José da Cunha Magalhães, caixa 90, pasta 01, 1879.
 - ⇒ Auto de Corpo de delito (traslado) – Vítima: Theodoro Franco de Camargo, caixa 102, pasta 07, 1887.
 - ⇒ Auto de Liberdade, Adão, Paulo e Delfina, pertencentes aos herdeiros do finado Felix Domingos de Farias, caixa 82, pasta 04, 1872.
 - ⇒ Auto de perguntas a Jeremias Gaspar da Cunha, caixa 95, pasta 12, 1884 – folhas avulsas.
 - ⇒ Queixa-crime – Réu: José da Cunha Magalhães, caixa 75, pasta 12, 1865.
 - ⇒ Exibição de Autógrafo – A: O delegado de Polícia Capitão José Francisco Buenos Aires, R: Basílio Ferreira do Apocalipse, caixa 93A, pasta 4, 1881 (*O Guaripocaba* – A Polícia e o rolo – 20/03/1881 – documento incluso no processo).
 - ⇒ Inquérito policial – Réu: Beraldo Leme de Moraes, caixa 89, pasta 14, 1879.
 - ⇒ Inventário – Joaquim Roberto de Carvalho Pinto, caixa 99, pasta 7, 1886.
 - ⇒ Inventário – Pe. Simplício Bueno de Siqueira, Inventariante: Satiro Zotico, caixa 111, pasta 8, 1892.
 - ⇒ Inventário – Capitão Francisco de Assis Valle, 1877, caixa 87B, pasta 15, p. 108 v.
 - ⇒ Inventário – Testamento de Antonio Manoel Gonçalves, caixa 102, pasta 11, 1887.

- ⇒ Pedido de instauração de inquérito policial contra Aureliano Dantas. Caixa 95 pasta 12. (folhas avulsas), 1884.
 - ⇒ Protesto para indenização (traslado). Ingênua: Verônica, pertencente ao protestante Antonio Jose de Oliveira, 1881, caixa 93, pasta 08.
 - ✓ ALMANACK de Bragança para 1900. Typ. Comercial Bragança, 1899.
 - ✓ ANNUÁRIO para 1902. Typ. da Cidade de Bragança, 1901.
 - ✓ ANNUÁRIO para 1904. Typ. Andrade & Mello, 1903.
 - ✓ ALMANACH Bragantino para 1914, organizado pela Papelaria Almeida, 1913.
- 2 – APESP (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO)
- ⇒ Transação do Club Literário dos escravos – 1882, Número de ordem C9873A, documento 10.
- 3 – CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA
- ✓ Código de Posturas Municipais de 1858, 1877³⁴³ e 1881.
- 4 – ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DE ATIBAIA
- ✓ Sumário de Culpa pelo Assassinato de Antonio Bento da Cruz (feitor), Réus: Diolindo, Paulino e Manoel, escravos do Tenente José Ignácio da Silveira e Damião e Sabino, escravos de Dona Bárbara da Silveira Campos, 1886, Caixa 16 Júri 1º. Ofício – Fórum de Atibaia.
- 5 – HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA DA BIBLIOTECA NACIONAL
- ✓ Jornal *O Guaripocaba* (exemplares avulsos de 1878 a 1888)
 - ✓ Jornal *Correio Paulistano* (diversos)
 - ✓ Jornal *Diário de S. Paulo* (diversos)
 - ✓ Jornal *O Bragantino* (exemplares avulsos de 1876, 1877, 1879 e 1880)
 - ✓ Jornal *O Iniciador* (09/04/1882)
 - ✓ Jornal *O Baependyano* (12/03/1882)
 - ✓ Jornal *Mirim* (números 15 e 21, de 1878 e 1879, respectivamente)
 - ✓ Jornal *O Almiré* (Números 4 e 13, de 1880; e número 32 de 1881)

³⁴³ Obs.: este código foi publicado pelo jornal *O Guaripocaba*.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Martha; VIANA, Larissa. “Festa e cidadania (séculos XIX e XX)”. In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ABREU, Martha; TERRA, Paulo Cruz (orgs.) *Os poderes municipais e a cidade: Império e República*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- AGUILAR FILHO, Hélio Afonso de. *O Institucionalismo de Douglass North e as interpretações weberianas do atraso brasileiro*. Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Econômicas, PPG em Economia – UFRGS, 2009.
- ALMANACK de Bragança para 1900. Typ. Comercial Bragança, 1899.
- ANNUÁRIO para 1902. Typ. da Cidade de Bragança, 1901.
- ANNUÁRIO para 1904. Typ. Andrade e Mello, 1903.
- ALMANACH Bragantino para 1914, organizado pela Papelaria Almeida, 1913.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-1878)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- _____. “Abolicionismo como movimento social.” In: Novos Estudos – CEBRAP, n. 100, São Paulo, nov., 2014.
- ANDRADE, Rômulo. *Apontamentos sobre a microeconomia do escravo e sua interação com a família e as solidariedades*. X Seminário sobre a Economia Mineira, 2002.
- ANDRÉ, Demétrio. Irmão. *Variedades*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução Magda Lopes; revisão técnica e apresentação Maria Lígia Coelho Prado. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- ARAÚJO, Francisco César de. *Estrada de Ferro Bragantina: uma trajetória nos trilhos do tempo (1872-1967)*. Bragança Paulista: Prefeitura Municipal de Bragança Paulista / Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1998.
- _____. *História da imprensa Bragantina*. Bragança Paulista: Centro de Memória Regional/USF, 1982.

- ARNAUT, Luiz; RODRIGUES, Márcio dos Santos e CUNHA, Valdeci da Silva. ““Suspiros e dores”: escravidão, piedade e metáfora”. In: Revista Eletrônica Cader-nos de História, vol. VI, ano 3, n.º 2, dezembro de 2008.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o Negro no Imaginá-rio das Elites – Século XIX*. 3ª Edição. São Paulo: Annablume, 2004.
- AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionistas na Provín-cia de São Paulo na Segunda metade do século XIX*. (Tese de Doutorado). Campi-nas: IFCH/Unicamp, 2003.
- _____. “Antonio Bento, homem rude do sertão: um abolicionista nos meandros da justiça e da política.” In *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, 2007. V.13, n. 1, p. 123-143.
- BARBOSA, Marialva. “Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro 91880-1920). In: Intercom – Rev. Bras. de Com., S. Paulo, Vol. XX, n.2, p. 87-102, jul./dez. 1997.
- _____. “Escravos e letrados: uma página (quase) esquecida.” In: *E-Compós*, Brasília, DF: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 12, n. 1, p. 1-19, jan./abr. 2009
- BARROS, José D’Assunção. “Emancipacionismo e abolicionismo”, *Cultura* [Online], Vol. 25 | 2008, posto online no dia 01 outubro de 2013, consultado a 08 de agosto 2019. URL: <http://cultura.revues.org/695>
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. “A presença negra e escrava em escolas públi-cas de São Paulo (segunda metade do século XIX).” In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Moreira de; GOMES, Flavio dos Santos (orgs:). *Rascunhos Cati-vos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Le-tras/Faperj, 2017, p. 139-160.
- _____. “Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX.” In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, 2016.
- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 2. Edição. São Paulo: Pioneira, 1977.

- BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e Educação Popular: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas: *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*, trad. Floriano de Souza Fernandes. 14ª. Edição. Rio de Janeiro, editora Vozes, 1978.
- BOUCINHAS, André Dutra. “A escravidão nos romances do Segundo Reinado” in: Eixo Roda, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 105-130, 2018.
- BUENO, Maria de Fátima Guimarães. *O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900-1920)*. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- BUENO, Newton Paulo. “Possíveis Contribuições da Nova Economia Institucional à pesquisa em História Econômica Brasileira: Uma Releitura das Três Obras Clássicas Sobre o Período Colonial.” In: Estudos Econômicos, São Paulo, 34(4): 777-804, out-dez 2004.
- CABALLERO MIGUEZ, Gonzalo. “Economía de las instituciones de Coase y North a Williamson y Ostrom” in: Ekonomiaz: Revista vasca de economía: n.º 77, 2.º trimestre, 2011, p.14-51 (Ejemplar dedicado a: La nueva economía institucional). Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=2048>
- CADERNOS DO CENTRO DE MEMÓRIA REGIONAL, Universidade São Francisco, v.1, n.º 2. Bragança Paulista: CMR, 1993.
- CÂMARA Municipal de Bragança Paulista. *Trajetória e identidades, 1797-1997 Câmara Municipal Da Estância de Bragança Paulista*. Bragança Paulista, SP: Câmara Municipal, 1998.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. “A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil” in: separata dos *Anais do V simpósio Nacional dos Professores de História*, Campinas, 1971.
- CAMPOS, Marcelo Mallet Siqueira. *Mudanças institucionais a partir da proibição do tráfico de escravos – o caso do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CANO, Jefferson. “Liberdade, cidadania e política de emancipação escrava”. In: *Revista de História*, n. 136. São Paulo: USP, 1º sem., 1997, p. 107-120.

CAPELATO, Maria Helena. “A Imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador”. In: *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. VILLAÇA, Mariana e PRADO, Maria Ligia Coelho (Orgs.). São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. Disponível em:

<http://leha.fflch.usp.br/sites/leha.fflch.usp.br/files/inline-files/Historia%20das%20Americas.%20Fontes%20e%20Abordagens%20historiogr%C3%A1ficas.pdf>

Acessado em 10/01/2020.

_____. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CAVALCANTE, C. M. *Análise metodológica da economia institucional*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. *A economia institucional e as três dimensões das instituições*. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 373-392, set-dez/2014

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. “Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil império”, in AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina P. e CHALHOUB, Sidney, *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2009, p. 23-62.

_____. CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONGRESSO Agrícola, Rio de Janeiro, 1878. Anais. Introd. e Notas de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa. (Ed. fac-similar).

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

- CONTI, João Batista. *História de Atibaia – Volume I*. Atibaia: Prefeitura da Estância de Atibaia / Editora Grosse, 2001.
- CORRÊA, Maria Letícia; CHAVES, Monica Piccolo Almeida; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta, [org.] *História Econômica e Imprensa*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia – 5.ª ed.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010.
- _____. *A Abolição – 9.ª ed.* São Paulo: Editora UNESP, 2010b.
- _____. *Da monarquia à república: momentos decisivos – 7.ª ed.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.
- _____. e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa” in: *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 255-272, dez. 2007.
- DE LUCA, Tania Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo. 3. ed. Contexto, 2011. p. 111-153.
- DEAN. Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura – 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DEQUECH, David. “O conceito de instituições e algumas tipologias.” In: SALLES, Alexandre Ottoni Teatini; PESSALI, Huáscar Fialho; FERNÁNDEZ, Ramón García (Orgs). *Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 159-182.
- DORNELLES, Beatriz. “O futuro dos jornais do interior”. In: INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, 4(1): p. 21-36, 2012.
- DRESCHER, Seymour. “A Abolição brasileira em perspectiva comparativa”. In: *História Social*, Campinas-SP, n. 2, 1995, p. 115-162. Tradução de Jaime Rodrigues.

- _____. “A sociedade civil e os caminhos para a abolição”. In: *História (São Paulo)* v. 34, n. 2, jul./dez., 2015, p. 29-57.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2.^a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995
- _____. “Sociabilidades sem História: Votantes Pobres no Império – 1824-1881” in: *Historiografia brasileira em perspectiva*. Marcos Cezar de Freitas (org.) 2.^a ed. São Paulo: Contexto, 1998.p. 57-72.
- EISENBERG, Peter L. “A mentalidade dos fazendeiros no congresso agrícola de 1878”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, pp.167-194.
- ESPINO, J. A. Instituciones y economía: una introducción al neoinstitucionalismo económico. México: Fondo de Cultura Económico, 1999.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes, LOPES, Eliane Marta Teixeira e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2.^a edição.
- _____. “Instrução elementar no século XIX” In: FARIA FILHO, Luciano Mendes, LOPES, Eliane Marta Teixeira e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (2.^a edição). p.135-150.
- FARINA, Elizabeth M. M. Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SAES, Maria Sylvia Macchione. *Competitividade: Mercado, Estado e Organizações*. São Paulo, 1997.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.
- FENELON, Déa Ribeiro. “Trabalho, Cultura e História social: perspectivas de investigação”. In: Projeto História n.º 4. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: EDUC, 1985.p.21-37
- _____. e outros (orgs.). *Muitas memórias, outras Histórias*, São Paulo: Olho D’Água, 2004.

- FERREIRA, Higor Figueira. *Em tintas negras: Educação, Ensino e a Trajetória de Pre-textato dos Passos e Silva na Corte Imperial – Novas evidências*. Revista da ABPN, v.10, n. 25, mar – jun 2018, p. 26-42.
- FIANI, Ronaldo. *Crescimento econômico e liberdade: a economia política de Douglass North*. Economia e Sociedade 11 (1), 2002.
- _____. *Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- FOGEL, Robert y ENGERMAN, Stanley. *Tiempo en la cruz: la economía esclavista en los Estados Unidos*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1981.
- FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista-SP: EdUSF, 2002.
- FONSECA, Marcus Vinícius e BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.) *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.
- _____. “Espaço privado e educação no escravismo brasileiro: província de Minas Gerais, século XIX.” In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Moreira de; GOMES, Flavio dos Santos (orgs.). *Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2017, p.17-41.
- FRANCISCO, Renata Ribeiro. *A maçonaria e o processo de abolição em São Paulo*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2018.
- _____. *As sociedades antiescravistas na cidade de São Paulo (1850-1871)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2010.
- FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, São Paulo: Contexto, 1998.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27.^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Publifolha, 2000.
- GALA, Paulo. *A teoria institucional de Douglass North*. Revista de Economia Política 23 (90), 2003.

- GALÍPOLO, Gabriel; GALA, Paulo; FERNANDES, Danilo Araújo. “Notas para uma avaliação da influência de Marx em Douglass North”. In: 33º Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 2005. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A013.pdf>, consultado em 10/01/2020].
- GLEZER, Raquel. “História da Historiografia brasileira construção e permanências”. In: *Historiografia brasileira em debate: “olhares, recortes e tendências”*. Eni de Mesquita Sâmara (org.). São Paulo: HUMANITAS/FFLCH/USP, 2002.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. “Negros e Educação no Brasil” In: FARIA FILHO, Luciano Mendes, LOPES, Eliane Marta Teixeira e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (2ª. edição). p.325-345.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e PRADO, Maria Emília (Orgs.) *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. 2. Edição. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. *As três versões do neo-institucionalismo*. Lua Nova, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.
- HODGSON, Geoffrey M. “O que são instituições? In: SALLES, Alexandre Ottoni Teatini; PESSALI, Huáscar Fialho; FERNÁNDEZ, Ramón García (Orgs.). *Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 121-158.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil – 26.ª ed.* – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO INTERNACIONAL DE GOVERNABILIDAD BARCELONA (IIGB). 1998. Douglass C. North: *La teoría económica neoinstitucionalista y el desarrollo latinoamericano*. <http://www.unsa.edu.ar/histocat/haeconomica07/North.pdf>, consultado em 04/10/2019.

- KOERNER, Andrei. *Judiciário e Cidadania na Constituição da República brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, Departamento de Ciência Política-USP, 1998. p.81-14
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *Da escravidão ao trabalho livre, 1550-1900*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- LAMONIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papirus, 1988.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira – 1870-1920*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1985, dissertação de mestrado.
- LARA, Sílvia Hunold. “Escravidão, Cidadania e História do trabalho no Brasil”. In: Projeto História16: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1998. p.25-38.
- LAIDLER, Christiane. “A Lei do Ventre Livre: interesses e disputas em torno do projeto de ‘abolição gradual’”. Revista Escritos – Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Ano 5, no 5, 2011.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. Brasília: FCP, 2013.
- MACAGNAN, C. B. “Teoría institucional: escrito teórico sobre los protagonistas de la escuela institucionalista de economía.” In: BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS, v. 10, n. 2, p. 130-141, 2013.
- MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Moreira de; GOMES, Flavio dos Santos (orgs:). *Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2017.
- MACÊDO, Manoel Moacir Costa, YEGANIANZ, Levon. “Sociologia no direito: a convergência entre a legalidade, a legitimidade e a ética.” In: Revista de informação legislativa, v. 40, n. 158, p. 299-308, abr./jun. 2003.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais da década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, EDUSP, 1994.

_____. e GOMES, Flávio dos Santos. “Eles ficaram ‘embatucados’, seus escravos sabiam ler: abolicionistas, senhores e cativos leitores no alvorecer da liberdade.” In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Moreira de; GOMES, Flavio dos Santos (orgs.). *Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2017.

MACIEL, Laura Antunes e outros (orgs.). *Outras Histórias: memórias e linguagens*, São Paulo: Olho D’Água, 2006.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ABREU, Martha; TERRA, Paulo Cruz (orgs.) *Os poderes municipais e a cidade: Império e República*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

MAIA, Clarissa Nunes. *Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

MARTINS, Ana Luiza. “Imprensa em tempos de Império”. In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tania Regina. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 45-80.

MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tania Regina. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Nelson Silveira e LAURITO, Domingos. *Bragança 1763-1942*. São Paulo: Editora M. Ponzini & Cia., 1943.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MELLO, Pedro Carvalho de & SLENES, Robert W. “Análise Econômica da Escravidão no Brasil.” Em: NEUHAUS, P. (coord.) *Economia Brasileira: uma Visão Histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

MELLO, Pedro Carvalho de. *Aspectos econômicos da organização do trabalho da economia cafeeira do Rio de Janeiro, 1850-88*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Economia, 32 (1):19-67, jan./mar. 1978.

- MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- _____. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.
- MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. “Abolição no Brasil: a construção da liberdade”. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 36, p. 83-104, dez. 2009.
- MOREL, Marco. “Os primeiros passos da palavra impressa”. In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tania Regina. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p.23-43.
- MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio de um quadro estatístico da província de São Paulo*. 3.^a ed. São Paulo: Governo do Estado, 1938 (1.^a ed. 1838)
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NEALE, Walter. “Instituições” In: SALLES, Alexandre Ottoni Teatini; PESSALI, Húscar Fialho; FERNÁNDEZ, Ramón Garcia (Orgs). *Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 83-120.
- NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. *História s Econômicas de Economistas – Cliometria e Nova Economia Institucional*. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 14, n. 1 p. 91-112, 2008
- NORTH, Douglass C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. Trad. de Augustín Bárcena. – México: FCE, 1993.
- _____. *Desempenho económico em el transcurso de los anos*. Conferência em Estocolmo, Suécia, em 9/12/1993 ao receber o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas – Tradução do inglês de Herzonía Yáñez, 1993b. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel.htm>. Consultado em 01/05/2018.
- _____. *Custos de Transação, Instituições e Desempenho Económico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.
- _____. *Understanding the process of economic change*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

_____. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*; tradução de Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

_____. “Institutions”. In: *Journal of Economic Perspectives* — Volume 5, Number 1 — Winter 1991 — Pages 97–112. Traduzido para o espanhol por Enrique Bour. Disponível em: <http://ebour.com.ar/pdfs/Instituciones,%20de%20Douglass%20North.pdf> . Consultado em 01/05/2018.

NORTH, Douglass C., William Summerhill, y Barry R. Weingast. “Orden, desorden y cambio económico: Latinoamérica vs. Norte América.” In: *Revista Instituciones y Desarrollo*. No 12-13 (2002) págs. 9-59. Institut Internacional de Governabilitat de Catalunya. Barcelona, España. Disponível em <https://www.williamsummerhill.com/#publications-1-section> . Consultado em 04/10/2019.

OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antonio Bento: discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de 1880*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2015.

_____. “Memória da Imprensa Abolicionista: o jornal *A Redenção*”. In: *Revista do Arquivo*, Ano IV - Nº 7 – p. 107-109, outubro de 2018.

PAES, Mariana Armond Dias. *Escravidão e Direito o estatuto jurídico dos escravos no Brasil oitocentista (1860-1888)*. São Paulo: Alameda, 2019.

PANTALEÃO, Olga. “A presença inglesa” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *O Brasil Monárquico – O Processo de Emancipação*. São Paulo: Betrand Brasil, 2003. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, Vol. 3). p. 74 a 114.

PASSANEZI, Paula. “O processo de criação das instituições segundo Douglass North (1990) e uma avaliação crítica da lógica northiana.” In: *Revista Gerenciais*, São Paulo, v., set. 2003, p. 75-83.

PESSANHA, Andréa Santos. “Aristides Lobo e André Rebouças: paternalismo e abolição da escravatura na imprensa do Rio de Janeiro”. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Andrea%20Santos%20Pessanha.doc> consultado em 12/08/2019.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. *A história da escravidão*. Tradução Mariana Echar. São Paulo: Boitempo, 2009.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

PRIORE, Mary del; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

PROJETO HISTÓRIA 35: *História e Imprensa*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 2007.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. (Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda). Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, INL, 1977.

_____. “Aspectos ideológicos da escravidão”. In: Estudos Históricos, São Paulo, IPE-USP, 13 (1), jan./abr., 1983.

_____. *A Abolição da escravidão*. 2ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Tudo é História)

_____. *Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1987. (Série Princípios)

RIBEIRO Jr., Florisvaldo Paulo. *De Batuques e Trabalhos: Resistência Negra e a Experiência do Cativo – Uberaba, 1856/1901*. Dissertação de Mestrado – PUC/SP, 2001.

ROLNIK, Raquel. “História urbana: história da cidade”. In: FERNANDES, Ana e GOMES, Marco A. A. Filgueiras (Orgs.). *Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, 1992, p. 27-30.

- SAES, Flávio de Azevedo Marques de. “Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870 – 1900.” In: SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (organizadores). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira de pesquisadores em História Econômica / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa oficial, 2002. p. 177-196. (Coletânea de textos apresentada no I Congresso Brasileiro de História Econômica – Campus da USP, setembro de 1993).
- SALLES, Alexandre Ottoni Teatini; PESSALI, Huáscar Fialho; FERNÁNDEZ, Ramón García (Orgs). *Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- SCHEFFER, Rafael da Cunha. “Discutindo a liberdade: emancipação, libertos e trabalho no Brasil e Estados Unidos.” In: Revista Tempos Acadêmicos (UNESC) n. 8, 2010.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. – 2ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- _____, e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Migração portuguesa para São Paulo na segunda metade do século XIX: um estudo de caso*. In: Almanack n. 17 Guarulhos set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alm/n17/2236-4633-alm-17-86.pdf>, consultado em 18/04/2019.
- SILVA, Jacinto. *No tempo da escravidão: experiências de senhores e escravos em Bragança Paulista – 1871-1888*. São Paulo: Annablume, 2015.
- _____. “A sociedade escravista bragantina nas páginas do jornal *O Guaripocaba* – 1877-1888.” In: *Conectiva* – Pouso Alegre, Ano V, v 6, nº.9, p. 29-54, Jul-Dez, 2007.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. “Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura”. In: DOLHNIKOFF, Miri-

am (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras / Publifolha, 2000, p. 23-43.

SILVA, Noemi Santos da. “Um passo para a liberdade: experiências de instrução de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial (1871-1888).” In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Moreira de; GOMES, Flavio dos Santos (orgs.). *Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2017, p. 121-138.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3ª.Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVEIRA, Waldomiro Franco da. *História de Atibaia*. São Paulo, 1950. S/e.

SIQUEIRA, Lucília. *Bens e costumes na Mantiqueira: Socorro no prelúdio da Cafecultura paulista (1840-1895)*. São Paulo: CLA/FAPESP, 2005.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

STOLKE, Verena e HALL, Michel M. *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo*. Revista Brasileira de História, n. 6, 1984, p. 80-120.

SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. 2. Edição. São Paulo: Hucitec /Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / EDUSP / Imprensa Oficial, 2002.

TESSARI, Cláudia Alessandra. *Tudinhas, Rosinhas e Chiquinhos: o processo de emancipação dos escravos e libertos no mercado de trabalho – Piracicaba: 1870-1920*. Campinas, SP: Unicamp (Instituto de Economia), 2000. Dissertação de Mestrado.

VERSIANI, Flávio Rabelo. “Escravidão no Brasil: uma análise econômica.” Tradução de “Brazilian Slavery: toward an Economic Anaalysis”, In: Revista Brasileira de Economia 48(4): 463-478, dez. 1994. Traduzido por Fábio Souza de Oliveira, com revisão do autor.

VILLELA, Heloisa de O. S. “O mestre-escola e a professora” In: FARIA FILHO, Luciano Mendes, LOPES, Eliane Marta Teixeira e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (2ª. edição). p. 95-134.

- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Letramento e escolas” In: SCHWARCZ, Lília Moritz e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 292-297.
- _____. “Cartas, procurações e patuás: os significados da escrita no mundo da escravidão.” In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2017, p. 59-76.
- WILLIAMS, Daryle. “‘A Necessária distinção entre liberdade e emancipação’: Noções africana, inglesa e brasileira do que é ser emancipado”. In: LIMA, Ivana Stolze, GRIMBERG, Keila, REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Instituições nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.
- WOLKMER, Antonio Carlos. “Legitimidade e legalidade: uma distinção necessária”. In: *Revista de informação legislativa*, v. 31, n. 124, p. 179-184, out./dez. 1994.
- ZICMAN, Rennée Barata. “História através da imprensa – algumas considerações metodológicas”. In: *Projeto História 4: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: Educ, 1985. p.89-101.
- ZYLBERSZTAJN, Decio e SZTAJN, Raquel (org.). *Direito e Economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ANEXOS

Nº. 1
Bragança – População (1872)

Condições			Raças			
	Sexos	Almas	Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	H	4819	2235	1413	797	374
	M	4829	2285	1390	776	378
	S	9648	4520	2803	1573	752
	%	83,0	38,89	24,12	13,53	6,47
Escravos	H	993	---	381	612	---
	M	982	---	366	616	---
	S	1975	---	747	1228	---
	%	17,0	0,00	6,43	10,56	0,00
Soma total		11.623	4520	3550	2801	752

Obs.: H: homens. M: mulheres, S: soma

Fonte: CENSO de 1872, apud SILVA, Jacinto. *No tempo da escravidão. Op. cit. p. 68.*

O GUARIPOCABA

SEMANARIO IMPARCIAL LITTERARIO E NOTICIOSO

PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO FUNDADA SOB OS AUSPÍCIOS DO CLUB LITTERARIO BRAGANTINO

REDACTORES DIVERSOS.

GERENTE Manoel d'Almeida Carneiro

TYPOGRAPHIA E ESCRITORIO RUA DIREITA N.º 20, SOBRADO.

ASSIGNATURA
ANNO . . . 40\$000
ANNUENCIO
Até oito linhas, 500 rs
diária em diante a 60 rs
PUBLICAÇÕES PEDIDAS
100 rs.
Pagamentos adiantados.

Acceptam-se indistinctamente publicações em termos comerciais, com a responsabilidade legal. Os escriptos de utilidade publica terão inserção gratuita.

PROV. de S. PAULO.

Bragança, Domingo 9 de Junho de 1878.

BRASIL

O GUARIPOCABA

—9 de Junho de 1878

Com este numero termina o nosso periodico o primeiro anno de sua existencia, e ao entrar no segundo chama de novo a attenção para seu artigo-programma, inserto no primeiro numero, que continua a sustentar; porque, se como organo livre de publicidade não quer abrigar-se á sombra de qualquer politica, nem tem recebido subvenção publica ou particular para limitar suas ideias a um fim, tem por esse lado de continuar no equilibrio, e por outro de ser franco sem azedume em suas apreciações, que, não obstante, a uns parecerão frouxas, a outros parciais. Não importa!

O meio de servir a todos seria nada dizer. Teríamos de entender ao pé da letra o dicto de Chateaubriand:

« E' tal o nada das cousas humanas, que, fóra do Ente existente por si mesmo, só é bello o que não existe. »

O amor proprio de uns, as paixões de outros, a inercia inimiga d'este poderoso propulsor, o vigor que busca a luz da publicidade, a modestia que a ella se furta, o crime que a odeia, os litteratos que a nobilitam, ora demasiado sensíveis, ora remissos, emfim um complexo multicolor, um verdadeiro espelho

ustorio, tornam a imprensa um encargo por demais pesado; nem lhe vale a os proventos, senão uma força de vontade para sustentá-la no lugar, em que seria vergonhoso deixar ella de existir.

Não devemos, pois, desanimar. Sobre-nos dedicação, que não houvera falta de bons cidadãos para cooperarem com seu apoio e luzes na sustentação da imprensa bragantina.

A imparcialidade a alguns desagradia, repetimol-o; mas poderemos, sem quebra de lealdade, arvorar uma bandeira onde só existe uma arma? Virá outra para o duelo, drão. Mas o campo é estreito para alucta e tudo irá ingloriamente ao fubedouro, como as cabras da sabida.

Apovemo-nos o que diz o nosso romancista Macodo:

« Etudar o mundo e os homens, observando-os pela enfezada lente do pessimismo é tão perigoso e fallaz, como estudar-os, observando-os pela inopudente prisma do optimismo. »

Marchemos desassombrado pelo meio, arindo as valvulas de ineditorias e questões sociaes afim de que porahi saia o fumo das paixões.

Teremos cuidado em evitar a explosão. Não reprovamos a dedicação á causa da eligião. Ao contrario respeitamos todas as suas bases e pontos incontestes; fazemos mesmo

a justiça de não julgar-a, em sua pureza, incompatível com o progresso; mas abtemo-nos de taes discussões, porque a seus ministros cabe a tarefa, de que tractam com ardor louvavel, quando não são levados por motivos estranhos.

Agradecemos a todos que nos coadjuvaram até hoje com seus esforços e assignaturas, cuja continuação contaremos como segundo favor e como a virtude da constancia n'um bem incontestavel.

Noticias da Europa

Pelos telegrammas que em outra parte de nossa folha transcrevemos deprehendese que a questão do Oriente vae tomando um caracter conciliador.

A reunião do congresso para decidir esta questão é facto resolvido e marcado para 11 do corrente em Berlim. Apesar de não podermos desde já contar com o resultado seguro, é, no entanto, provavel que os representantes das grandes potencias venham a um accordo. Esta só circumstancia já tem produzido beneficio resultado em todas as praças commerciaes, animando-se as transações, e subindo as cotações dos fundos publicos.

Este passo era de intuitiva necessidade, pois que a situação da

Europa tornava-se cada vez mais critica pela paralyzação do commercio e industria e forçoso era cortar o nó gordio, activando o desenlace por meio do congresso, ou apellando para as armas.

Desembarcou em Lisboa a 3 do passado o embaixador marroquino Sib Tibi Benhima; que devia ser recebido a 9 pelo rei. Conduzia seis cavallos arabes e varios caixotes de objectos de valor, com destino a s. m. el-rei d. Luiz.

A 4 do mesmo realizou-se em Lisboa a solemne inauguração do monumento erigido a Jose Estevam o mais notavel orador politico portuguez dos tempos modernos.

Os ultimos jornaes trazem a encyclica de Leão XIII, cuja publicação era ansiosamente esperada por todos os que por esse documento queriam ajuizar das intenções, tendencias e vistas do novo pontifice.

E' uma peça habilmente elaborado que não desmente os juizos feitos pela imprensa livre, nem desgosta os mais austeros ultramontanos.

Sendo a primeira encyclica do papa a manifestação official e dogmatica do chefe da igreja, especie de programma pontifical, não se pode duvidar de sua importancia ante o mundo catholico; não satisfaz, porem, nem aos livres pensadores nem aos intransigentes retrogrados, conservando-se calmo e sobranceiro ás luctas que se agitam sem comprometter a dignidade de

sua elevada posição ecclesiastica.

Apesar de conformar-se e confirmar todos os actos e decisões de seus predecessores, Leão XIII fallou em termos assas moderados e conciliadores.

Transcrevemos alguns topicos da uma correspondencia da Europa, que traduzindo o pensamento da imprensa liberal assim se exprime: « A linguagem da encyclica será acolhida com satisfação por todos os que pensam que a religião é tarefa de paz e de concordia, não do provocação e combate.

« Não se veem as referencias ao impio Sennacherib, fulminado pelo raio celeste, os anathemas contra os usurpadores da propriedade clerical, a promessa do proximo desforço e prostração dos reprobos.

« O documento divide-se em quatro partes; e em todas ellas se manifesta um espirito de moderação e cordura. . . . Quando arcebispo de Perugia, o cardeal Pecci, publicou uma pastoral, em que demonstrava, por theor catholico e inconcusso, que a Igreja não era, nem fóra nunca inimiga da civilização. A redacção era comedida e conciliadora, sem expressões se quer remotamente offensivas. A encyclica de hoje é a continuação desse methodo, em escala mais ampla.

« Sua sanctidade descreve a grandes traços o estado moral e religioso do mundo, contaminado nos principios de ordem social, pelo menoscabo e olvido da auctoridade

Folhetim

ULTIMA NOITE

(Continuação)

Torpes usurarios e millionarios, que riem-se da miseria alheia para ostentarem a sua fortuna, tem-no admirado e disputado a posse d'elle, e por grande prepo, e na verdade é um primor de um genio artistico da França, e foi bento por aquelle bom e virtuoso sacerdote em quem vós confiáveis tanto, e vos ministrou os ultimos socorros, e vos abriu a porta do céu com a sua benção; . . . e com tudo elle acanhado insensível e indifferente as

contrações do estomago que pelo pão, e o ar do peito onde a estiguidade crivou as duras garras. . .

Puxa com força e quebra o cordão de ouro que prendia o relicario: — eil-a aqui já mareado pelo men suor, e pelas minhas lagrimas, antes fosses convertido em dinheiro com que se compra pão, a venalidade dos tomens e dos ministros de Christo. . . . estúpido! pois não tens quando t'o comprei? . . . sim, tenho. . . mas não vendendo, oh minha mãe, vivo reverberando a luz divina pomba do amor em dias de borrasca, pharol que o vento das campas apagou com frio acóito, estrella que sumio-se nas brumas de plumbas atmosphera não vendo, quero chorar, deli-

char, morrer á fome; mas conservando sempre a vossa herança, não quero profaná-la, não quero que seja visto e admirado somente como uma obra d'arte. Porque será isso, oh minha mãe? . . . Ah! sim, não filteria á fé? . . . Talvez! . . . A fé! phenomeno do espirito que desaparece quando aquelle para quem algum se inclina, ou não existe, ou é surdo aos seus clamores. . .

A fé se robustece quando se traz em uma realidade, ou em um consolo efficaç; ella não é o resultado necessario e infallivel das ideias e das crenças que nos influirão n'alma; varia como o vento e oscilla como o mar; ás vezes de-

pende das disposições do organismo e das tendências do espirito.

A fé é o positivo, o real.

Oh eu desvaio! como é horrivel a ultima noite da existencia! dá um beijo na menina adormecida, chora, leva as mãos aos cabellos, dá alguns passos medita e continúa.

Livre arbitrio! irrisão, mentira, escarneo! livre arbitrio! Quando se prendem os nossos actos, os nossos impulsos, as nossas tendencias aos frageis grilhões de conveniencias; quando se nos manietta para cumprirmos e satisfazermos caprichos e vaidades de fortunas e etiquetas, quando se nos lança uma corrente á garga, e se atrai-

uma ponta ao céu e outra á terra: verdadeiros manequins que somos!

Sciencia, um mal que nos faz conhecer e pôr em relevo a nossa fraqueza e miseria e alimentar o orgulho.

Orgulho! sentimento vil, idéa falsa e fatal, quando o homem prefere morrer, vagar pelas solidões como lobo faminto, arrojando a branca flor, vida aos mares do acaso e ás lufadas da desesperação e do desanimo, á vestir blusa e empanhar o escorpo o martello do operario, e quando, elle, na pertinácia louca da convicção de que a sociedade que o despreza o ri-se d'elle, nega-lhe aquillo que a sua consciencia diz que exija d'elle, e que da

O Guaripocaba

ORGÃO IMPARCIAL DO PROGRESSO

REDACTORES DIVERSOS

GERENTE Manoel d'Almeida Carneiro

N. 121

Anno III

TYPOGRAPHIA E ESCRITORIO RUA DO COMMERCIO N. 49.

Prov. de S. PAULO

Bragança, Domingo, 10 de Agosto de 1879.

BRASIL

Assignatura : por anno, 10\$000 : por 6 meses, 6\$000. — Annuncio : até 8 linhas, 500 : d'ahi em diante a 60 reis. — Publicações pedidas 100 reis
 Aceitam-se indistinctamente publicações em termos concedidos, com a responsabilidade legal. Os escriptos de utilidade publica terão inserção gratuita
 PUBLICA-SE AS QUINTAS E DOMINGOS

O GUARIPOCABA

— 10 de Agosto de 1879.

Já mostrámos em numero anterior que a bibliotheca do Club Litterario só com a intervenção da camara municipal pôde ser franqueada ao publico : hoje faremos novas considerações acerca do assumpto.

As corporações, como os homens, elevam-se pelos seus actos e bons serviços.

A municipalidade, protegendo o club e tomando sob suas vistas tão util instituição, nos altos fins que tem em vista, terá dado um grande passo, a bem do progresso e civilização.

Uma bibliotheca publica em Bragança não só é uma utilidade, como dará idea vantajosa de nosso adiantamento.

E o que falta ?

Bem pouco : tornal-a publica.

A bibliotheca existe, ahí jaz inutilizada : é um thesouro desaproveitado, um foco de luz extincto.

Pilhas de livros que representam não só importante capital, mas a somma de ideas preciosas e conhecimentos uteis, o fructo de esforços intellectuaes, o empenho dos que propugnam pela diffusão da instrução, a generosidade e benevolencia dos que os doaram, tudo ahí está atirado ao canto, servindo de pasto ás traças e ás baratas.

Resultam daqui dois grandes prejuizos : um material, o deterioramento ; outro moral, o desaproveitamento.

Batendo ao Club os meios, como fizemos ver em anterior artigo, só a camara municipal pôde operar o milagre de dar á bibliotheca as franquias publicas.

Se a nossa edilidade não é uma corporação retrograda, se tem patriotismo, se quer prestar a Bragança um bom serviço, não deve recusar para fim tão util uma sala desaproveitada e a modica subvenção ao zelador.

Tudo o mais pôde correr por conta do club.

Demais : não cedrá em proveito do publico senão aquillo que é dos proprios municipes.

O Club Litterario, que ha fundado a bibliotheca, que emprega seus esforços a bem da causa commum, nada pede para si. Interessa-se por um melhoramento publico, de reais vantagens para a instrução e educação popular.

A municipalidade, secundando as vistas do club cumpre um dever, visto que tem obrigação de promover todos os melhoramentos uteis ao logar.

Franqueada a bibliotheca ao publico, novos donativos affluirão, e ella marchará sempre em seu progressivo incremento.

Ninguém recusará fazer donativos á bibliotheca, vendo que os livros são estimados e vão ter applicação justa ; e alem de tudo, porque dá cada um aquillo que pôde aproveitar com grande vantagem.

O Club dos Estudantes, que possui uma riquissima collecção de obras importantes, talvez já ou mais tarde resolva doar á bibliotheca sua livreria.

Alem dos jornaes que o club pôde vir a receber, mediante pedidos, a redacção desta folha, por sua parte, offerece á bibliotheca os jornaes que recebe em permuta.

A bibliotheca pôde tornar-se um centro de grata reunião, onde o publico terá copia de livros para illustrar seu espirito, e abundantes jornaes para se pôr ao facto dos acontecimentos mais notaveis e movimentos sociais que se ope-

ram tanto no interior como no exterior.

O club, no entanto, deve continuar a ter a direcção interna do estabelecimento, podendo a camara reservar para si a suprema inspecção sobre o modo e conveniencia com que é feito o serviço.

O Club Litterario Bragantino conseguindo dotar esta cidade com uma bibliotheca publica, ainda que outros titulos não tivesse a consideração publica, terá levantado um padrão immorredouro que attestará aos posteros sua dedicação e esforços. A camara municipal, coadjuvando-o nessa empresa, associará seu nome a esse melhoramento, e tanto alcance.

Cremos ter cumprido o nosso dever. Cumpre agora ao club estudar a questão e tractar de a resolver pelo modo mais conveniente.

NOTICIARIO

Bom Jesus de Nazareth.

— Estiveram animadissimas as festas que se costumam celebrar nesta capella, em os dias 4, 5 e 6 de Agosto. Houve grande concurso deromeiros, e felizmente a ordem não foi alterada, como sóe acontecer quasi sempre que ha grande aglomeração de povo.

Eleição Senatorial.

— Está marcado o dia 7 de Setembro para a reunião dos collegios electorales da provincia de Minas para formação da lista triplice para escolha de um senador que preencha a vaga deixada no vacante pelo sr. Firmiano Rodrigues da Silva, ha pouco fallecido em Paris.

Das duas folhas serem indigitadas os srs. Lafayette, dr. Lima Duarte e dr. Martinho Campos.

Club Litterario Bragantino. — De ordem do presidente convidam-se os socios para a sessão de hoje, a fim de se tractar de assumpto importante.

Registro civil. — A 31 do passado foi na camara dos deputados approved em 3.ª discussão o projecto sobre registro civil, sendo approved o substitutivo do sr. Saldanha Marinho, e rejeitadas diversas emendas, com excepção de uma que dá auctorisações ao governo. Conseguirá o defensor das liberdades patrias ver passar no senado a sua idea ?

Veremos.

Senadores por S. Paulo.

A 2 do corrente, encerrada a discussão sobre o parecer da commissão, relativo á eleição senatorial por esta provincia, e procedendo-se á votação, deu em resumo os seguintes resultados principaes :

Ficou prejudicada a lista sextupla sobre a qual já fez o imperador a escolha dos candidatos, srs. José Bonifacio e Carrão ;

Não foi approvada a emenda do sr. Godoy, annullando toda a eleição ;

Foi approvada uma emenda do sr. Leão Velloso, mandando subir nova lista sextupla, directamente ao imperador, sendo dispençada a nova apuração da camara municipal da capital de S. Paulo.

O parecer ordena outrossim que sejam processados muitos funcionarios que influíram na eleição, e nomeadamente o presidente da provincia, sr. Baptista Pereira.

Assim, as cartas imperiaes dos senadores, escolhidos foram mandadas archivar, indifferente-se dos das provincias do Espirito Santo e Ceará, até nova resolução do poder moderador.

Note-se que a lista apresentada,

Nº. 4

« **O Guaripocaba** » — E' o titulo de um novo jornal que no dia 17 do corrente foi publicado na cidade de Bragança.

E' um semanario imparcial, litterario e noticioso, propriedade de uma associação fundada sob os auspícios do Club Littérario Bragaotino.

São seus redactores os srs. : José Guilherme Christiano, padre João Baptista de O. Salgado, Pedro Alva-
res Coutinho, Nicoláo Asprino, Joaquim R. de C. Pinto Junior, e Manoel de A. Carneiro.

Os nomes de tão distinctos cavalheiros são indubitavelmente uma segura garantia da prosperidade do novo organ de publicidade.

Cumprimentamos o novo collega almejando-lhe todas as venturas de que é merecedor.

Correio Paulistano – 20/06/1877 – Edição 06188 (1)

Notícia de fundação de um novo jornal em Bragança- *O Guaripocaba*

http://memoria.bn.br/DocReader/090972_03/8355

Nº. 5

POESIA

O ESCRAVO

Vergado servilmente ao peso atroz e insano
Que em lugubres grilhões lhe lança a ferrea lei,
Assim como se fosse um aspero tyranno,
Um despota cruel, um sanguinario rei ;

O escravo, o rude escravo, os longos dias passa,
Curtindo occultamente a magoa mais intensa,
Emquanto em seu olhar impavido perpassa
Energico protesto á voz de tal sentença.

Suffocam-lhe do peito os grandes sentimentos
Da patria, da familia, amor e caridade ;
E, como uma barreira, os barbaros tormentos
Lhe impedem o gozar da santa—liberdade !

E quando do labor do dia fugado
Descansa os membros seus em career frio, escuro,
Parece o pobre escravo um triste condemnado
Por deshumano crime horripilante e duro.

Não pode conseguir do somno a placidez ;
Esforça-se debalde, e permanece afflicto,
Porquanto umas visões lhe vem, de quando em vez,
Lembrar do seu feitor o respeitado grito.

Apenas espadana a aurora os rubros raios,
E inunda a natureza a luz da poesia,
E os passaros, triando uns magicos ensaios,
Saúdam docemente o despontar do dia ;

Taciturno e sereno, o paria, o rude escravo,
Automato se atira ao rispido labor,
Sob a pressão cruel deste poder ignavo
Que infunde-lhe incessante o grito do senhor !

Se acaso se revolta ; e, contra o fero jugo,
Soluça uma blasphemia em raiva convulsiva,
E, immerso em fundo pranto, em frente do verdugo,
A morte pede aos ceus em prece ardente e viva ;

Amarram-n'o sem dó, a-sim como um bandido,
Tiram-lhe a rêta veste, e nos seus membros nus,
Com finebre cadencia um azorrague horrido
Bateudo as carnes corta e corre o sangue a flux.

.

Assim o desgraçado, o pobre ser humano,
Que a sorte collocou na torpe escravidão,
Não vê da liberdade o facto soberano,
Que esplendido rutila em meio á criação !

* * *

Mas hoje que veloz o genio do—progresso
Penetra em toda parte, e faz render justiça,
Valente, fulminando a voz do—retrocesso,
O escravo ha-de trazer da sociedade—á liça !

E quando assim brilhar a luz da nova aurora,
E se lavar da Patria a mancha infame, escura,
Então ha de surgir altiva, redemptora
Da augusta Liberdade—a angelica figura !

ALFREDO DUARTE.

Nº.6

O Club Litterario dos Escravos, de Bragança, dirigiu aos jornaes, em dia e mez não mencionados, de 1882, a seguinte circular:

" Srs. Redactores d....

" Aviltados por sua abjecta condição, eliminados do seio da humanidade e equiparados aos mais infimos animaes, nós, os escravos, somos a mancha mais negra do nome brasileiro. Sem patria e sem liberdade, somos parias errantes em uma terra que não é nossa, -somos renegados de uma civilização, que não nos olha. Para reerguermo-nos moral e intellectualmente de tão misera condição, pensamos que a instrucção é o unico meio possivel. Tal é o motivo da fundação do CLUB LITTERARIO DOS ESCRAVOS em Bragança. Colheremos resultados com os inauditos esforços empregados nas horas de descanso, que nos sobram do duro trabalho quotidiano? O futuro mostrará que não é vã nossa dedicação, e que o trabalho insano de hoje será amanhã um lenitivo para as misérias de uma vida, que nunca teve sóes, nem auroras. Temos fé e temos coragem. Virá breve o dia em que o progresso, como o Jehovah hebraico, fará a luz neste cahos informe, onde não ha moral nem direito. A instrucção é um preventivo necessario para os males sociaes, que podem resultar da emancipação. Por ella preparamo-nos para a liberdade. É porisso que ousamos nos dirigir aos amigos do progresso, da liberdade e da patria, solicitando seu apoio para esta associação, enviando-lhe seu conceituado jornal. E desde já nos confessamos profundamente gratos.

Presidente O ESCRAVO THOMAZ AUGUSTO

Secretario O ESCRAVO JOÃO AVELINO "

(Da Revista Academica de 12 de Junho de 1882)., cujos redactores foram Oscar Macedo Soares e outros)

Cópia da circular que o *Club Literário dos Escravos* de Bragança enviava a diversos jornais espalhados pelo país solicitando apoio.

APESP, Número de ordem C9873A, documento 10 – Transação do *Club Literário dos Escravos* – 1882.

Nº. 7

Club litterario de escravos.—Recebemos a circular de um que creou-se em Bragança, na provincia de S. Paulo.

E' firmada pelo presidente da associação, o escravo Mathias Henrique da Silva, e pelo secretario, o escravo Faustino da Silva Paiva, que nella pedem-nos a remessa de nossa folha para seu club.

Satisfazendo a seu pedido, enviamos aos dignos escravos cordeaes parabens pelo louvavel proposito de melhorar-se pela educação para melhor cumprirem os deveres de seu estado e habilitarem-se para o logar que a sociedade lhes reserva no meio dos cidadãos e que muito desejamos tenha de ser occupado por todos os membros do *Club litterario dos escravos* de Bragança, pois que d'elle mostram-se dignos.

Melhorar o escravo pela educação: parece-nos que devêra o principal empenho dos neaboliconistas, que acham insufficiente a lei de 28 de Setembro, mesmo lealmente executada ou com reformas razoaveis.

Parece-nos que dessa maneira prestariam ao paiz melhor serviço que agitando inconsideradamente um problema melindrosissimo, cuja solução deve-se procurar com a maior prudencia, porque a elle estão legados elevadissimos interesses publicos e privados.

O Baependyano, 12 de março de 1882 — Baependy, MG

Notícia do *Club Literário de Escravos* de Bragança

<http://memoria.bn.br/docreader/225762/599>

Nº. 8

O INICIADOR

ORGAM

HEBDOMADARIO, NOTICIOSO, LITTERARIO E IMPARCIAL.
REDACTOR F. Capanema Junior, COLLABORADORES Diversos.

DOMINGO, 9 DE ABRIL DE 1882.

ANNO I	Apedidos 60 rs por linha	AVULSO 80 rs.	Annuncios & a 40rs.	NUM. 10
--------	-----------------------------	---------------	------------------------	---------

ASSIGNATURA.

Trimestre 1\$000.

O INICIADOR

PITANGUY 9 DE ABRIL DE 1882

—“O”—

BIBLIOTHECA MUNICIPAL.

Em Baependy foi inaugurada no dia 12 de março do corrente anno uma bibliotheca municipal.

Por essa occasião oraram os Srs. Dr. Francisco Xavier Rodrigues Campello, Dr. Cornelio de Magalhães, Tenente Marcos Nogueira, o Redactor do Baependyano o Sr. Amaro Nogueira e outros.

A bibliotheca já conta uns 500 volumes.

A nossa Camara, longe de nos proporcionar tão rica e facil fonte de instrucção, não nos dá sequer uma ponte para atravessar o S. João, dando lugar ao abuso que os particulares têm praticado, cobrando 200 rs. dos pobres tranzeuntes, que para não darem a grande volta, se assujeitam a essa nova forma de imposto.

Sabemos de varias pessoas que se offerecem para secundarem nas despesas dessa ponte, cotelando entre si por emprestimo á Camara.

Entre elles o sr. Capitão Francisco

Bahia da Rocha.

Fallou-se em avaliar o concerto feito na ponte e pagar-se aos proprietarios della, mas ficou em falas, e em quanto a Camara pensa o povo vae deixando 7\$ 8\$ e mais de barreira por dia! Temos informação exata.

—“O”—

Club Litterario de Escravos.

O BAEPENDYANO dá noticia de um club dos escravos, fundado agora em Bragança, S. Paulo.

O presidente é um escravo, e escravo é tambem o secretario e tudo mais.

Ora os escravos mettidos em letras!

O progresso não tem limites.

Que perniciosas propagandas hão de sair desse club!

Dar luzes ao escravo antes de dar-lhe liberdade é fazel-o conhecer a humilhação de seu estado, aspirar a egualdade e odiar áquelle que lhe extorquiu odireito sagrado da liberdade — o seu senhor.

Parece-nos portanto que não é por ahi que se devia começar a caridosa reforma.

—“O”—

Eleição de um Deputado á Assembléa Geral pelo 5º Districto de Minas. Reuniu-se a 4 do corrente a Junta Apuradora sob a presidencia do sr. Dr.